

ACTA N.º 08/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, no auditório do Centro Associativo Municipal de Leiria, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes: Fernando Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Pousos substituído por Filomena Coelho Baptista, Joaquim Pinheiro Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra substituído por Armando Oliveira dos Reis, Ana Elisa da Costa Santos substituída por Micael da Silva e Sousa, Patrícia Ervilha substituída por Artur Duarte Cordeiro e Vítor Lourenço substituído por Carlos António Cordeiro da Conceição.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: o senhor Presidente, Raul Miguel Castro, e os senhores vereadores: Isabel Damasceno Campos, Gonçalo Lopes, Lino Pereira, Neusa Magalhães, Blandina Oliveira e José Manuel Benzinho da Silva. Estiveram ausentes os senhores vereadores: Maria de Lurdes Machado, Luciano de Almeida, Isabel Gonçalves e António Martinho Gomes.

A sessão foi presidida pelo senhor Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelos senhores deputados José Alves e Maria Manuela Santos, 1º e 2º secretários da Mesa, respectivamente.

Havendo “quórum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21.00 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

- 1. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO – *Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;***
- 2. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2010 E OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA PARA 2010/2013 – *Apreciação, discussão e votação;***

- 3. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2010 E OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA PARA 2010/2013** - Apreciação, discussão e votação;
- 4. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE CARREIRA, REGUEIRA DE PONTES, MARRAZES E CARANGUEJEIRA. ALTERAÇÃO DOS OBJECTOS** - Apreciação, discussão e votação;
- 5. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA** - Apreciação, discussão e votação;
- 6. CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE DE CADA GRUPO MUNICIPAL** – Apreciação;
- 7. COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – INDICAÇÃO DE 4 REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA** – Apreciação e votação;
- 8. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS** – Apreciação e votação;
- 9. COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL – INDICAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA E UM REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE LEIRIA** - Apreciação e votação;
- 10. COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE LEIRIA** – Apreciação e votação;
- 11. ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO PINHAL LITORAL – INDICAÇÃO DE 9 REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE LEIRIA** – Apreciação e votação;
- 12. REGULAMENTO MUNICIPAL DO MOINHO DO PAPEL** - Apreciação, discussão e votação;
- 13. REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO DAS FEIRAS DO CONCELHO DE LERIA** – Apreciação, discussão e votação;
- 14. AUTORIZAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A DIVERSAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS E RECREATIVAS DO CONCELHO DE LEIRIA** – Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito boa noite a todos!

Peço aos senhores deputados e às senhoras deputadas que façam o favor de ocupar os lugares.

Vamos então dar início a esta primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal deste mandato, uma vez que a sessão anterior foi extraordinária.

Permitam-me que comece a sessão por saudar todas e todos, o senhor Presidente da Câmara, as senhoras e os senhores vereadores, as senhoras e os senhores deputados municipais e o público presente em grande número.

Eu gostaria de, com três dias de atraso, desejar boas festas de Natal a todas e todos os presentes, sejam membros desta Assembleia, da Câmara Municipal ou do público, espero que o Natal tenha sido vivido em tranquilidade, em paz, em serenidade e em alegria, e os votos de um ano novo de 2010 ficarão mais para o fim da sessão para quem tiver resistência para tanto.

Gostaria também de dizer que, tal como já era hábito no mandato anterior, mais para trás não posso falar porque não fiz parte da Assembleia, teremos um momento de pausa, para comemorarmos um pouco este espírito natalício com o tradicionalíssimo bolo-rei e o nosso vinho do Porto. A minha sugestão era que se fizesse depois do ponto forte da ordem de trabalhos, ou seja, esta Assembleia tem um ponto necessariamente longo que é o período de antes da ordem do dia e tem um ponto inequivocamente forte que é o orçamento para 2010. Apesar de esse ser o segundo ponto e de a nossa ordem de trabalhos ser longa, eu gostaria que a pausa fosse feita entre o segundo e o terceiro ponto, atendendo a que, na minha perspectiva, posso estar errado, os pontos seguintes correrão depois com uma velocidade muito mais célere. Se não houver nenhuma objecção por parte dos grupos políticos presentes, faríamos assim. Tomo o vosso silêncio como assentimento.

Gostaria ainda de informar que a Câmara Municipal me pediu que retirasse os dois últimos pontos da ordem de trabalhos, a saber o “Regulamento Municipal de Funcionamento das Feiras do Concelho de Leiria”, e, a “Autorização para a concessão de diversos apoios a instituições culturais e recreativas do Concelho de Leiria”. Uma vez que o agendamento foi sob proposta da Câmara Municipal não tenho nenhuma

objecção e entendi dever aceitar essa proposta do executivo e, portanto, a ordem de trabalhos terá apenas os doze primeiros pontos.

Em relação à nossa metodologia de trabalho e antes de entrarmos propriamente na ordem de trabalhos, que começará como é habitual pela aprovação da acta, tal como anunciei na sessão extraordinária, gostaria de dizer o seguinte:

Salvo erro de interpretação da minha parte, não há em ponto nenhum do nosso regimento nem da lei, nenhuma disposição que impeça as sessões extraordinárias de terem período de antes da ordem do dia. Estive outra vez a ler com atenção a última versão publicada da lei e não encontro nem na lei nem no regimento nada que me diga isso. Li com atenção, porque tive dúvidas a esse respeito, e não encontro nada que me diga isso. Portanto, salvo erro de interpretação, passaremos a ter também o período de antes da ordem do dia nas sessões extraordinárias. Em contrapartida, eu gostaria, sem com isto exercer nenhum critério de autoridade, que começássemos a ser cada vez mais disciplinados. O senhor deputado Manuel Antunes nas últimas sessões já chamou muito a atenção para esse facto e eu reconheci que ele tinha razão, sermos mais disciplinados na utilização do tempo. Não vou autoritariamente impedir nenhum deputado municipal de usar da palavra, nem vou limitar a liberdade de intervenção dos vários grupos políticos representados, mas não me levarão a mal que comece fazendo uso de uma certa pedagogia, a chamar a atenção de cada vez que se esgotar o tempo das pessoas ou de cada vez que se ultrapassar já razoavelmente o tempo dos grupos políticos. Isso é apenas um alerta, as pessoas tê-lo-ão em consideração ou não, eu agradeceria muito que tivessem em consideração para que a nossa ordem de trabalhos fosse o ponto central e não propriamente o período de antes da ordem do dia. Continuo a dizer, sem prejuízo da liberdade que os grupos políticos tenham de fazer todas as suas intervenções, mas tentaremos através desta forma de aviso regular, tentaremos que o período de antes da ordem do dia se possa conter dentro das balizas temporais que estão definidas regimentalmente.

E dito isto, creio que podemos passar à apreciação da acta da sessão anterior, que foi distribuída e esteve disponível no site, como é costume, eu pergunto se alguém tem alguma observação a fazer em relação a essa acta?

Não vendo nenhum deputado a manifestar essa intenção, vou colocar a acta da sessão extraordinária de 23 de Novembro de 2009 à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Duas abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, duas abstenções, aprovar a acta da sessão extraordinária de 23 de Novembro de 2009.

ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Entramos no período de antes da ordem do dia, aguardo as inscrições.

Tenho as inscrições dos senhores deputados Manuel Antunes, Domingos Carvalho, representante da Junta de Freguesia dos Pousos, João Cunha, José Alves, Manuel José Carvalho, Carlos Conceição, Vitorino Vieira Pereira, José Manuel Silva e Carlos Guerra.

Antes de dar a palavra ao senhor deputado Manuel Antunes, eu pedia autorização à Assembleia para dar a palavra num ponto prévio, como representante da Mesa, ao 1º secretário, deputado José Alves, pela seguinte razão:

Eu gostaria de informar esta Assembleia de que, devido ao facto de estar ausente do País, não pude representar a Assembleia Municipal no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Quem representou o Presidente da Assembleia Municipal de Leiria foi o 1º secretário da Mesa, que gostaria de dar uma informação sobre esse congresso a esta Assembleia, parece-me que é pertinente fazê-lo e suponho que é pertinente que seja feito, antes de mais nada, o senhor deputado Manuel Antunes não me levará a mal que utilize este procedimento. Para este efeito e uma vez que o deputado José Alves fala na qualidade de 1º secretário da Mesa não tem que se retirar da Mesa para usar da palavra.

DEPUTADO JOSÉ ALVES (1º SECRETÁRIO)

Boa noite a todos! Espero que tenham tido umas festas felizes.

Quero dar-vos conta que fui representar a Assembleia Municipal de Leiria ao Congresso da Associação Nacional de Municípios no dia 5 de Dezembro, porque o senhor Presidente, como disse, não pôde comparecer, e queria dar-vos uma súmula das impressões que lá colhi, se bem que, o texto integral que saiu para os próximos dois anos está publicado na internet e através da página da Câmara Municipal de Leiria, pode-se aceder às conclusões do congresso e ao programa de acção da Associação Nacional de Municípios.

Quero-vos dizer em primeiro lugar, para quem não conhece o sistema, como é que aquilo funciona em termos de eleição dos órgãos, eu acho que é importante dar esta explicação, também foi comigo a senhora deputada Céline Pinheiro, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo, como representante das Freguesias do Concelho, e naturalmente o senhor Presidente da Câmara que também lá esteve.

O processo eleitoral funciona com uma lista única, eleita pelo método de Hondt, discutia-se inicialmente a quem caberia a presidência do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios atento o facto de, o PSD isoladamente, porventura, não ter ganho as eleições autárquicas, e ganhou-as sim em fruto de coligações. Esse problema foi um problema de somenos importância, foi ultrapassado, e portanto naturalmente o Dr. Fernando Ruas foi reeleito de novo, Presidente do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios. Ao PS calharam mais lugares que anteriormente e desses lugares que calharam ao PS naturalmente também foram eleitos para o Conselho Fiscal o senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, representante do Município de Leiria. Os outros cargos que estavam em discussão foram todos reeleitos. O congresso da Associação Nacional de Municípios, como sabem, engloba todas as câmaras e assembleias municipais e uma freguesia por cada concelho. No entanto, eu não vi a intervir nem vi representadas condignamente as assembleias municipais. Olhei para a lista eleita e vi três pessoas como presidentes da Assembleia Municipal, presidentes de Junta não vi nenhum, não quer dizer que não haja mas que eu conhecesse ou que visse com esse título, não vi nenhum. O que quer dizer que, a meu ver, merece uma reflexão também por parte das assembleias municipais que me parece que por um lado justificadamente os presidentes de câmara têm naturalmente mais capacidade de tempo, mais logística, terão melhores condições para representar determinados cargos, mas noutros casos não, o conselho fiscal ou até a Mesa do Congresso ou até os suplentes dos diversos órgãos podiam muito bem ser membros das assembleias municipais e não são. Ou seja, parece que as assembleias municipais são um parente pobre desse congresso e dessa Associação Nacional de Municípios, e era bom que o deixasse de ser e eu como Diogo, não intervim mais porque fui representar o senhor Presidente da Assembleia, mas se fosse em nome próprio, teria dito lá no congresso umas coisas a este respeito, porque eu acho que as assembleias municipais não têm que ser o parente pobre dos municípios, têm que ser o primeiro órgão do Município e

o mais representativo se calhar dos eleitores. E portanto, não é justo nem é digno que tenham este papel secundário na associação.

Notou-se claramente que as câmaras municipais, uma grande parte, estão fortemente endividadas e que lutam com o Governo para que a Lei das Finanças Locais, por exemplo, seja alterada, e, aquelas cláusulas de salvaguarda que vão acabar em 2010 e que permitiu que câmaras mais pequenas tivessem ainda assim alguns fundos, e que passarão a ser bem menores a partir de 2010, que essas cláusulas de salvaguarda se mantenham e essas câmaras, quase todas do interior, possam continuar a beneficiar das receitas do Estado em montantes parecidos com aqueles que recebiam até agora. Depois, houve uma questão muito grande acerca da transferência de competências do Governo central para as autarquias. Como sabem foi transferida a Educação de um modo não muito regular mas foi transferida, a questão da Saúde e da Acção Social, a questão da Segurança, a questão da gestão das praias, a questão dos recursos hídricos, a questão dos julgados de paz, enfim, uma quantidade de assuntos que as câmaras passam a representar e a tratar, tudo isto acompanhado sempre dos meios financeiros porque sem isso as câmaras não querem nenhuma dessas competências.

Por parte do senhor 1º Ministro, que encerrou o congresso, eu não achei que ele tivesse muita vontade de, para já, alterar uma coisa ou outra, não sei se estão á espera, porque a Associação Nacional de Municípios defende a regionalização do País em regiões administrativas, das regiões para através dessas novas regiões transferirem esses poderes, certo é que eu não vi que daí houvesse alguma alteração profunda. Também participaram no congresso os PALOP, com quem aliás se celebrou um protocolo, e notou-se, além desta guerra entre as autarquias e o Governo em busca de fundos e de competências, eu penso que as competências também têm a ver com os fundos, uma guerra com o Tribunal de Contas que também lá esteve representado pelo seu Presidente, em que muitos autarcas manifestaram a sua insatisfação por serem responsabilizados pelo facto de tomarem decisões instruídas com os pareceres favoráveis dos técnicos da Câmara, e eles não sendo propriamente técnicos naquelas áreas, e aprovando em reunião de Câmara as propostas instruídas daquela maneira, sejam responsabilizados depois financeiramente pela reposição daquelas quantias, em que eles sem saberem ler nem escrever, se limitaram a dizer que sim aos pareceres favoráveis que vinham de trás. O que não acontece por

exemplo com os órgãos do Governo, em que os Secretários de Estado e os Ministros não são responsabilizados quando os pareceres técnicos são favoráveis às deliberações. Notou-se também, em sede de auditorias e em sede dos concursos públicos, uma clivagem bastante acentuada entre o Tribunal de Contas e as autarquias, parece que não é só o Governo a ter problemas com o Tribunal de Contas, parece que as autarquias também têm. Esse órgão de fiscalização que naturalmente é bem-vindo e existe com toda a legitimidade e é absolutamente necessário, no entanto cria também problemas, alguns quase insuperáveis, a muitos autarcas e que urgia ultrapassar.

Posto isto, não me alongo mais porque a noite é longa, mas quero dizer-vos que apesar de tudo, foi com gosto que lá estive, foi a primeira vez que lá fui, estava muita gente, o País estava condignamente representado, faltou muito pouca gente, e tive o gosto e a honra de representar esta Assembleia e todos vós naquele congresso, e agradeço ao senhor Presidente da Mesa a oportunidade de me ter proporcionado isso a mim.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado, eu é que agradeço o facto de ter aceitado representar-me.

Antes de dar a palavra ao senhor deputado Manuel Antunes, aproveito para informar, porque me esqueci há pouco, que tenho aqui os pedidos de justificação de falta dos deputados Ana Elisa Costa Santos que será substituída por Artur Cordeiro, Patrícia Ervilha que será substituída por Micael Sousa, Vitor Domingues Lourenço que será substituído por Carlos Conceição, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pousos que será substituído pela secretária da mesma Junta, Filomena Coelho Baptista.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Muito obrigado senhor Presidente.

Boa noite!

Correspondendo ao seu pedido, eu nesta minha curta intervenção quero em primeiro lugar saudá-lo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhoras e senhores deputados, ao senhor Presidente da Câmara e aos senhores vereadores, os representantes da comunicação social e os cidadãos de

Leiria aqui presentes, desejo a todos a continuação de boas festas e um bom ano de 2010.

Esta reunião marcada para o dia imediatamente a seguir ao fim-de-semana do Natal, obriga-me a vir aqui perguntar ao senhor Presidente da Assembleia se tem um critério específico para a marcação da data e horas das reuniões da Assembleia. No mandato anterior os senhores deputados, os que estão presentes e os que estavam nessa altura, foram chamados a definir a hora e a data padrão para as reuniões. Penso que independentemente do que venha a ser decidido, a definição de um padrão permitir-nos-ia a todos uma melhor preparação das nossas próprias agendas. E este é um pedido que faço ao senhor Presidente da Assembleia.

Quero também, congratular a Mesa pelo reaparecimento dos computadores nas bancadas, o que nos faz esquecer um episódio estranhíssimo, sobretudo porque muito mal explicado. Eu quero ainda pedir que à falta de acesso via internet, aos documentos das várias reuniões, que estes sejam mantidos na memória do computador enquanto esta os puder suportar, especialmente as actas das reuniões dos últimos anos para um mais fácil acesso, isto é, tudo aquilo que está disponível na página do Município ou da Assembleia Municipal via internet. Naturalmente isso tornar-nos-á mais aptos para discutir e até relembrar pontos do passado, que possa ser importante trazer à colação. Isto implica, obviamente, que estes computadores não sejam mais usados para outros fins e este é também um pedido que faço. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Eu depois responderei no final uma vez que pode haver mais intervenções que suscitem a resposta da minha parte.

Tem agora a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Boa noite a todos!

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente, excelentíssima Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, caríssima vereação, caríssimos colegas, excelentíssimo público, ilustres jornalistas!

A Câmara está ainda naquilo que convencionou chamar-se o estado de graça, aqueles cem dias que é suposto dar-se para a instalação, para o funcionamento, daí que não seja exactamente meu propósito vir aqui com questões muito complicadas. Houve no entanto duas situações que me levam a pedir a intervenção e a explicação do senhor Presidente.

A primeira porque acho que é inaceitável, depois de tudo o que ouvi em relação ao Oeste, porque com motivos profundamente graves houve dificuldades no restabelecimento da energia eléctrica e, a EDP fez um esforço espantoso para o conseguir, eu constato que na nossa cidade, em concreto na zona da Rua 20 de Junho, há mais de três semanas que não há luz. Eu acredito que não seja por maldade que isso acontece, mas que é estranho que isso aconteça é no mínimo estranho. Como eu costumo dizer, já o disse aqui algumas vezes, habitualmente nós obviamente constatamos aquilo que vimos, naquela eu passo e é toda aquela zona pelos vistos, ainda bem que está aqui o senhor deputado José Manuel Silva que também sofre na pele a questão, então já não foi por maldade.

A outra questão, tem a ver com uma intervenção que ocorreu no final da Rua Mouzinho de Albuquerque e que me leva a perguntar ao senhor Presidente se aquela intervenção, aliás quero dizer que eu sou completamente de acordo com ela, foi absolutamente casuística e enfim, para desfazer qualquer coisa que se entendeu que estava mal feito ou que não se queria de determinada maneira, ou se obedece a algum critério, ou se tem por trás, por exemplo, a resolução de outras questões sumamente importantes no tráfego leiriense, como é o caso da rotunda do sinaleiro, em que é inaceitável aquilo que às chamadas horas de ponta ocorre, e, a questão que já tem barbas, que ocorre no final da estrada de Santiago, junto aos CTT, com a utilização dos apartados. E portanto, eu queria pedir ao senhor Presidente, que uma vez que houve aquela intervenção claramente tipo emergência, tipo SOS, se esse SOS foi aplicado ali, acho que seria relevante que nestes dois casos que eu referi, essa emergência tem um imperativo ainda maior na minha perspectiva.

Termino com um pedido ao senhor Presidente, que me parece importante. O senhor deputado Manuel Antunes pediu que ficassem as actas do passado disponíveis, acho que era importante, era um acervo que nós poderíamos consultar, determinado tipo de intervenções, etc., há um outro documento que eu gostaria que estivesse presente, que era a Lei 169/99, com as actualizações, que é aquela que nos rege,

porque muitas vezes tenho dúvida e também como o senhor Presidente referiu, nós às vezes, quase diria pela tradição, pensamos que a lei diz uma coisa e na verdade diz outra, e se tivermos a possibilidade de recorrer à Lei n.º 169/99 teremos a nossa bíblia à mão o que dará sempre jeito. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra a senhora deputada que representa a Junta de Freguesia dos Pousos, Filomena Baptista.

DEPUTADA FILOMENA BAPTISTA (JUNTA DE FREGUESIA DE POUSOS)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Mesa, senhores deputados, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, boa noite a todos.

A Junta de Freguesia dos Pousos deliberou apresentar nesta Assembleia Municipal a moção que passo a ler:

MOÇÃO

Considerando que:

- O traçado previsto pela EP para o IC 36 divide a freguesia e a localidade dos Pousos em claro prejuízo destas e das suas populações. Mais claramente divide a zona de equipamentos (cemitério, zona desportiva, etc.) da zona residencial;
- A freguesia de Pousos, solidária com as necessidades nacionais e regionais, já contribuiu para a melhoria das redes viárias e eléctricas, cedendo importantes parcelas do seu território sem por isso ter recebido qualquer contrapartida. Parece-nos pois muito injusto que esta freguesia seja uma vez mais sacrificada com a passagem do IC36 a céu aberto;
- O atravessamento em via aberta para além de retalhar a freguesia e lugar de Pousos também origina um clima de insegurança e de poluição ambiental, quer estética quer de ruído e CO2;
- Apesar da Freguesia ter vindo desde 2002 a alertar o antigo ICERR, IEP, EP, Governo Civil e Câmara Municipal para os diversos inconvenientes dos projectos apresentados, ter apresentado abaixo-assinado, obtido deliberações camarárias e da Assembleia Municipal condizentes com as suas pretensões;

A população dos Pousos reunida em plenário de cidadãos, face ao insucesso de tais manifestações e deliberações, decidiu em 11 de Setembro de 2009, manter a

exigência de que o IC36 deve terminar ou passar junto à Estrada Nacional n.º 113 em túnel tendo este a extensão aproximada de 400 metros de modo a evitar o fraccionamento dos Pousos.

- Para tanto afastar-se-iam as rotundas de acesso ao IC36 mesmo que em prejuízo da ponte já existente podendo-se manter as três faixas de rodagem previstas para o futuro já que existe terreno disponível para tal efeito deslocando-se os acessos e as saídas para várias soluções possíveis que em nada prejudicam a realização da obra e em muito beneficiam a população dos Pousos, soluções que a freguesia ora apresenta.

- Desta forma evitar-se-ia o agravamento ou a existência de curvas convexas susceptíveis de pôr em causa a segurança rodoviária, não se vendo aliás razão para não serem adoptadas medidas de protecção e sinalização rodoviárias (e desde logo o limite de velocidade) que obstem a qualquer agravamento das condições de segurança.

- Dado que já foram recolhidas opiniões técnicas que suportam a sua tese, entende-se pertinente que a solução proposta seja analisada pelas Estradas de Portugal, pela Câmara Municipal de Leiria, pelo Governo Civil de Leiria e pelo Ministério das Obras Públicas.

Deste modo, e na sequência das deliberações tomadas pelos órgãos próprios, a população deliberou:

1 – Constituir uma comissão que a represente perante todos os organismos e instituições públicas e privadas, incluindo a concessão de procurações forenses, de modo a divulgar e obter esta pretensão.

2 – Manifestar ao Governo, através do senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ao EP, às autarquias locais, ao Governo Civil, a todos os deputados eleitos e candidatos pelo Distrito de Leiria, aos Grupos Parlamentares, ao senhor Presidente da República e da Assembleia da República, aos órgãos da comunicação social, sua discordância com a posição das Estradas de Portugal e, em consequência, exigir a correcção do traçado no sentido proposto.

3 – Tendo em conta que tal via é portajada para os utentes da freguesia de Pousos e para todos os utentes em geral, nenhuma razão economicista pode impedir a solução ora proposta porque tal acréscimo de custos é facilmente suportado pela concessão.

4 – Não sendo aceite a pretensão ora manifestada e concomitantemente com acções de divulgação e de manifestação pública desta pretensão, encetar todas as diligências judiciais necessárias ao impedimento da construção na freguesia dos Pousos do IC36 em via aberta, recorrendo para tal às providências cautelares que se mostrem adequadas e à interposição de qualquer tipo de acção ou recurso, designadamente a uma acção popular.

5 – Já que nenhuma obra, designadamente o IC36, se pode sobrepor aos direitos de personalidade legal e constitucionalmente consagrados, designadamente a uma vida de qualidade, a um ambiente saudável, ao sossego e descanso e bem-estar.

6 – Requerer à Junta de Freguesia dos Pousos e à Câmara Municipal de Leiria as competentes decisões políticas quanto a esta matéria e o necessário acompanhamento técnico-jurídico e financeiro para o êxito desta pretensão.

Ora, tendo em conta estes considerandos e o histórico deste assunto, designadamente as deliberações tomadas recentemente pela população e seus representantes, e tendo ainda em conta que, apesar de este órgão já ter deliberado sobre esta matéria, houve eleições para a Assembleia da República e autárquicas com alteração da composição dos respectivos órgãos, propõe-se a aprovação da seguinte moção:

A Assembleia Municipal de Leiria reunida a 28 de Dezembro de 2009 delibera o seguinte:

1 – Confirmar o teor da moção aprovada por esta Assembleia em 20/12/2007 e no seguimento da mesma manifestar ao actual Governo, através do senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ao IEP a sua concordância com a posição da junta, Assembleia de Freguesia dos Pousos e Comissão de representação dos Pousenses e, em consequência, exigir a correcção do traçado no sentido proposto pela Junta;

2 – Requerer que a Câmara Municipal aprove idêntica resolução e preste à autarquia dos Pousos o indispensável apoio político junto dos órgãos governativos e do EP, bem como o necessário apoio jurídico visando a defesa judicial dos direitos dos cidadãos dos Pousos, designadamente através da interposição das medidas cautelares que se vierem a entender pertinentes, bem como as acções subsequentes.

3 – Dar conhecimento desta moção ao senhor Governador Civil e aos senhores deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Leiria, solicitando a sua intervenção na defesa desta.

Muito obrigada!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Tem a palavra o deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Em primeiro lugar quero saudar todos os presentes na figura do senhor Presidente da Assembleia Municipal e excelentíssima Mesa, comunicação social presente, todos os autarcas locais, digníssimo público que aqui está, desejar a todos festas felizes e quero naturalmente saudar de uma forma especial a Freguesia da Bajouca, que no dia 17 de Dezembro concluiu o seu 38º aniversário, e portanto, um abraço para todos os bajouquenses e todos aqueles que trabalham em prol do futuro da freguesia.

Queria também saudar de forma especial o meu caro amigo e ilustre Presidente da Câmara, Dr. Raul Castro, é um estimado prazer, ainda não tinha tido oportunidade de o saudar porque não estive presente na última Assembleia, por razões profissionais, vê-lo aí sentado e não sentado lá em baixo, junto ao público, como por norma nos habituava nas últimas assembleias municipais. Portanto, é um prazer e espero que a sua vereação o acompanhe sempre deste lado e não daquele como era hábito até então.

Queria também saudar os outros restantes membros da vereação, que politicamente não ganharam as eleições mas que estão aqui também com a sua presença a ilustrar digamos esta Assembleia. A todos um especial cumprimento e naturalmente também aos serviços técnicos da Assembleia Municipal umas boas festas.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu trago aqui um assunto que me parece que é importante, sob o ponto de vista político, que urge notar.

Em entrevista ao Semanário “Região de Leiria” publicada no passado dia 18 de Dezembro de 2009 o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Raul Castro, afirmou a dado

momento que, cito; "(...) há intervenções da Câmara que também foram feitas à revelia das regras legais(...).

Dado que, tomando como verdadeiras as palavras ditas pelo Sr. Presidente da Câmara, as mesmas revestem, naturalmente, uma relevância deveras significativa, e para cabal esclarecimento de todos, requeiro a V.Ex.^a que seja solicitado por esta Assembleia ao Sr. Presidente da Câmara, que nos indique e comunique quais os casos concretos de que tem conhecimento, que documentos ou factos que os suportam e que medidas já foram tomadas face à sua eventual verificação.

Na mesma entrevista o Sr. Presidente da Câmara refere a propósito do "dossiê" Estádio que, cito: "(...) a segunda hipótese, é o tal investidor que apareça, e que até há vantagem de o clube estar agora na primeira liga. E a terceira passará por uma situação que permita eventualmente a cedência do Estádio à SAD da União de Leiria, mas não sei se haverá interesse do clube nesse sentido. "E acrescenta a seguir, sic: "(...) a prioridade neste momento é encontrar o investidor. Pode ser uma ideia algo impossível, mas não custa tentar." E, à frente, disse sic: "(...) há um conjunto de situações possíveis. O ideal é vender o estádio. Estão ali cerca de 100 milhões". E finaliza este assunto dizendo, sic(...)"Nós sabemos que há investidores estrangeiros que têm feito isso, nomeadamente em Inglaterra, comprando clubes que têm os seus estádios. Investem centenas de milhões."

Face à importância deste assunto para o Concelho e tendo em conta o que foi agora dito e transcrito, requeiro a V.Ex.^a que seja, igualmente, solicitado por esta Assembleia ao Sr. Presidente da Câmara que nos explique, relativamente ao Estádio Municipal, que tipo de negócio tem em mente, que tipo de participação eventualmente terá nele a SAD da União de Leiria, que investidores tem o senhor Presidente em "carteira" para comprar o Clube e o Estádio, e como serão preservados os interesses municipais na configuração do negócio que está a desenvolver ou a idealizar.

Ainda na referida entrevista afirmou o Sr. Presidente da Câmara que, cito: "(...) Porque eu tenho aqui documentos comprovativos de como é que as Juntas eram tratadas. Eu tenho que assumir que havia discriminação. Hoje olhamos para os encargos que há e percebe-se como é que alguns conseguiram um tipo de intervenções e outros não".

Tendo em conta o que aqui também é dito, requeiro a V.Ex.^a que seja solicitado por esta Assembleia ao Sr. Presidente da Câmara, que confirme se houve a tal discriminação a que se refere e que faça entrega para apreciação desta Assembleia dos ditos “documentos comprovativos” para que todos nós possamos tomar conhecimento do conteúdo dos mesmos e aquilatar de tal discriminação no tratamento das Freguesias do Concelho.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado José Alves.

DEPUTADO JOSÉ ALVES (1º SECRETÁRIO)

Apenas umas breves considerações ao senhor Presidente da Câmara.

Li num jornal da imprensa escrita que era intenção da Câmara colocar câmaras de videovigilância na zona histórica, e também li, que tinha havido uma reunião acerca dos bombeiros municipais visando transformá-los em sapadores. E face a estas duas circunstâncias e porque não domino esta matéria, haverá aqui outros certamente mais habilitados que eu, tentei informar-me junto de algumas cidades parecidas com a nossa, junto de alguns comandantes de bombeiros também, e fiquei ainda mais confuso. Há de tudo neste País! Há sapadores, há municipais, há quem extingue-se os municipais e passa-se a voluntários, portanto há aqui uma panóplia de situações que me fazem confusão. E portanto, a minha sugestão senhor Presidente, era a seguinte:

Parecia-me curial, que houvesse uma discussão pública e talvez até uma Assembleia Municipal, só para este caso, dedicada à segurança e dedicada à Protecção Civil. Saber como é que o Concelho de Leiria se deve equipar e deve estar dotado de meios humanos e técnicos e quais, para estas duas situações. A questão da segurança, não é só a videovigilância, é até a rodoviária se for caso disso, e a protecção civil onde se inclui naturalmente os bombeiros. E depois, fruto desta discussão pública ou municipal, incluindo a Assembleia Municipal, poder daqui tirar-se as respectivas ilações quanto à organização do Concelho nestes aspectos.

Portanto, deixo aqui apenas uma sugestão. Como eu não domino a matéria, gostaria que a Assembleia Municipal organizasse, e deixo a sugestão também ao senhor

Presidente da Assembleia Municipal, uma sessão sobre estes assuntos, com presença naturalmente das autoridades nesta matéria, nomeadamente os representantes das polícias, da protecção civil, dos bombeiros e de outros que se entenda por conveniente.

Outra questão era ainda a tal malfadada passadeira na Rua Mouzinho de Albuquerque. Quando aquilo começou a ser construído e até vi lá a placa com o valor daquela construção, assustei-me com o valor, não é que fosse muito dinheiro mas para a obra que era, e assustei-me com aquela passadeira, até fui à Câmara pedir algumas explicações sobre esta matéria. Disseram-me que era o princípio de requalificação daquela rua, que ia ter passeios mais alargados, que ia passar uma via e que portanto aquilo era o princípio de uma coisa muito maior, muito mais vasta e melhor para a cidade. E que, já era tempo das pessoas perceberem que o trânsito não podia passar por ali, que devia passar pela estrada da Marinha Grande ou pela tal rotunda do sinaleiro que o deputado Domingos Carvalho aqui falou. Bom e experimentei fazer isso. Fui tentar passar pelas duas e não passei por nenhuma, fiquei entupido, e entupido também fiquei na rua Mouzinho de Albuquerque, porque recebe duas faixas de rodagem da própria Mouzinho de Albuquerque, recebe duas da rua de S. Francisco, conflui para ali quatro faixas de rodagem e estrangula. Disseram-me outra coisa ainda, como se abusava das cargas e descargas fora do estacionamento, havia um ou outro carro estacionado, portanto na prática não se podiam fazer duas filas de trânsito. Eu até disse a brincar, que esperava que o estacionamento em segunda fila na Av. Heróis de Angola não justificasse o estreitamente nessa avenida para uma faixa também, não fizessem isso para consumarem e legalizarem o crime. A verdade é que, aquilo ficou assim, e disse também que tirassem dali a rodoviária primeiro era bom que se pudesse virar para a Rua Sampaio e Rio, era bom que a bomba de gasolina lá não estivesse, e era bom, era bom, era bom! Ora aquilo faz sentido numa cidade organizada em termos de trânsito, onde cada um sabe onde é que vai e onde é que há-de estacionar, não é o caso, infelizmente, da rua Mouzinho de Albuquerque. Portanto, fez-se aquilo e ainda hoje naturalmente as filas são imensas, já foi demolido e eu quero dar os parabéns à Câmara por ter demolido aquela excrescência, mas a verdade é que os carros habituaram-se a lá estacionar e lá continuam estacionados. Por uma razão que eu não conheço, a polícia é muito ágil na Av. Heróis de Angola e ali não passa, ou se

passa não se vê resultado nenhum dessa passagem. Portanto agora que isso está demolido, agora que já se repôs como devia estar, e quando houver um plano exequível para a cidade então sim, a rua Mouzinho de Albuquerque merecerá o tratamento que deve ter e que passará naturalmente por afastar dali uma grande parte do trânsito, nomeadamente os autocarros.

Até lá, gostaria de pedir à Câmara, que solicitasse à PSP a intervenção naquela zona, de modo a que aqueles carros, que são uma dúzia ou duas deles, que se habituaram ali a estacionar, deixassem de o fazer, porque um a carregar ou a descarregar ainda se consegue controlar, agora quatro ou cinco ou sete seguidos é que já não se consegue, e então na prática aquilo está na mesma por causa do tal estacionamento que agora mais que abusivo face à demolição da passadeira.

Quanto aos gastos que lá fizeram e agora o dinheiro para reparar o que lá se fez, não me pronuncio, naturalmente todos nós temos p bom senso de perceber que foi dinheiro deitado à rua, que o primeiro foi deitado à rua e o segundo tinha de se gastar para remediar o primeiro.

Senhor Presidente da Câmara, ainda em relação ao trânsito, há pequenas coisas na cidade que mereciam a atenção da Câmara e vão merecer certamente. Uma delas é a sinalização no pavimento. Há muitos cruzamentos, mas há alguns cruzamentos que reparei que por falta de sinalização entopem filas de trânsito. Com pequenos gastos, com um pouco de atenção à cidade, creio que conseguimos que o trânsito flua melhor em muitos sítios, estou a lembrar-me da rotunda da estrada da Marinha precisamente (ao pé do Lidl), mas há aí muitos mais casos em que realmente não há uma zona em que os carros tenham de ceder passagem a outros. Enquanto não estiver feita a periférica de Leiria, enquanto não estiver feita a circular interna de Leiria, enquanto não houver outras formas de afastar o trânsito de dentro de Leiria, é necessário pelo menos fazer pequenas alterações, pequenas neste caso, sinalizações, que possibilitem a sua fluência.

Finalmente, há outra questão que me preocupa.

Não sei porquê, a taxa de saneamento não é debitada por débito directo ou não era pelo menos, na mesma conta com a água. E há muitos munícipes que não pagaram as taxas de saneamento por causa disso, porque enquanto pagam estão em França ou estão onde estiverem ou até alteraram a morada e pagaram a água por débito directo, não pagaram essas taxas que foram notificadas, por postal simples, sem

prova de depósito, sem prova de registo, para moradas onde não vivia ninguém ou pessoas que alteraram a morada. E estou a referir-me concretamente, não sei se há mais casos, mas às taxas de saneamento de 2004 e 2005, cujo pagamento terá sido notificado em 2008 ou 2009. Sei que há na Câmara uma quantidade de execuções fiscais em curso, e sei que muitas das pessoas que não pagaram não têm culpa nenhuma de não o terem feito.

Eu julgo senhor Presidente, até para início de mandato, que ficava muito bem abrir aqui um precedente e dar um prazo de pagamento voluntário ainda às pessoas, um prazo de trinta dias, talvez o mês de Janeiro ou outro mês, para liquidarem estes processos, arrumarem isto sem alcavalas, sem nenhuma sanção, voluntariamente. Isto traria mais receita para o erário municipal, aliviaria os serviços administrativos das execuções que têm em curso, e era da mais elementar justiça, quanto a mim, para os cidadãos. De facto, a única razão do não pagamento é as Câmara, neste caso os SMAS, não terem feito o débito directo nas contas onde debitam a água. Esta é a única razão do não pagamento e, digo mais, já pedi um parecer à própria DECO e a opinião que eles têm é que estas taxas estarão até todas prescritas, mas como isto é duvidoso, também já perguntei a outros fiscalistas, por causa das tais notificações por postal simples, que são permitidas de acordo com o Código do Processo Tributário, mas depois falta saber se há prova ou não há prova de que foram notificadas, eu admito até pela possibilidade da prescrição, que era de bom-tom esta Câmara no início de mandato mandar abrir um prazo de pagamento e publicitá-lo adequadamente a todos os cidadãos. Quem quiser pagar paga até ao dia tal e arquivam-se os processos. É esta proposta que aqui deixo.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Manuel Carvalho.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Azoia)

Boa noite a todos!

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia

Apesar de em assembleias do mandato anterior eu ter trazido problemas relacionados com as portagens a aplicar aquando da construção da variante da Batalha, trago outra vez este assunto aqui porque é uma nova assembleia, e porque

em meados deste mês recebemos da Agência Portuguesa do Ambiente duas más notícias. A primeira é que a variante vai ser portajada, e a segunda, que alguns caminhos rurais, florestais e até alguns arruamentos urbanos irão ser cortados, não estando previsto para os mesmos qualquer passagem. Obviamente que envie por escrito as naturais reclamações. Pelo que acabo de dizer, perceberão que a variante trará complicações, prejuízos às populações das freguesias por onde passa.

Tudo isto seria minimizado com as vantagens que deveria trazer e que são a razão da sua existência, nomeadamente a salvaguarda do importante património mundial que constitui o Mosteiro da Batalha. Deveria, na minha opinião, mas não traz, pois, a aplicação de portagens, irá fazer com que os condutores continuem a preferir o actual IC2. A própria Agência Portuguesa do Ambiente, reconhece essa limitação e prevê que na melhor das hipóteses por aí passarão dez mil veículos/dia, enquanto no IC2 continuarão a circular trinta mil. Ora, já temos exemplos bastantes que servem para desenganar aqueles que pensam que gastar muito dinheiro é progresso, o mesmo é dizer, que não se devem construir estradas se não tiverem tráfego.

Pelas funções que ocupa, pelo poder que têm junto das entidades que tutelam esta obra, pela ligação que tenho aos dois principais concelhos eu ela atravessa, pois foi Presidente da Câmara da Batalha e é Presidente agora de Leiria, apelo ao senhor Presidente de Câmara que faça tudo o que tiver ao seu alcance, para que a variante conhecida como variante da Batalha não venha a ter portagens, e para salvaguardar os impactos negativos graves e que deverão ser resolvidos.

Boas Festas a todos e obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado José Manuel Silva!

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, do Partido Socialista.

Senhor Presidente, a moção vai ser discutida?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

A moção vai ser discutida!

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Então eu prescindo do uso da palavra.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Carlos Conceição!

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Excelentíssimo Presidente da Mesa, excelentíssimo Presidente da Câmara, restante equipa de vereadores, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores, senhores jornalistas.

A minha primeira palavra é de cumprimento e desejo de boas festas, e uma segunda palavra também de desejo de bom mandato para esta equipa que agora temos, os leirienses precisam de facto de um bom mandato, foi para isso que aliás que votaram.

Pedia um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, na medida em que, após a análise ao orçamento e pese o facto de perceber que há um reforço para as verbas alocadas ao apoio social, mas há também uma diminuição significativa da verba alocada ao programa PARES que tem sido fundamental para as IPSS, gostaria de perguntar objectivamente, porque sabemos também que nesta fase de crise e nesta fase de grande dificuldade, onde as famílias vivem um aperto grande e onde se espera também das entidades oficiais um reforço do apoio, um reforço da proximidade e um reforço na ajuda mais efectiva, sabendo também que havia uma assistente social a prestar apoio junto de uma Junta de Freguesia que foi retirada, sabendo também e lendo pelas notícias que vai haver uma quebra também nas receitas das freguesias assumida aliás, pelo elenco, de 10%, eu gostaria de perguntar objectivamente, sabendo que há um reforço orçamentado, cabimentado, mas que é geral, nós não conseguimos perceber objectivamente onde cai, gostaria muito de solicitar o esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, no sentido de nos dizer objectivamente qual vai ser a estratégia para o apoio social para o ano de 2010, e como é que, objectivamente, ele se corporiza. As pessoas que estão ligadas a esta obra, as pessoas que estão ligadas às IPSS sabem da importância deste apoio da Câmara, porque em fase de dificuldade, como aquela que todos nós estamos a viver, todos os apoios são poucos e são necessários. Fica aqui então este pedido de esclarecimento ao senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado,

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Boa noite.

Carlos Guerra, PCP.

Senhor Presidente, senhores membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores.

Irei intervir sobre dois temas, Leirisport e Leiria Shopping.

Não podemos deixar de trazer ao debate a questão da empresa municipal Leirisport, E.M., e a recente nomeação do seu Conselho de Administração. Sempre questionámos que a missão atribuída a esta empresa municipal não poderia ser desenvolvida dentro da estrutura do Município como serviço municipal. Propusemos aqui nesta Assembleia, no pretérito mandato, que uma Comissão fosse criada para avaliar se o que a Leirisport faz não poderia ser feito de modo mais eficaz e eficiente, por uma unidade orgânica dos serviços. A Comissão até poderia concluir que a Leirisport faz melhor, não quis, contudo, o PSD, eu a Assembleia avaliasse o que quer que fosse, foi tão só isto que aqui, por mais de uma vez, pusemos em evidência.

A questão do estádio e do estrangulamento financeiro que este veio provocar ao Município de Leiria, é outro assunto de que alguns, agora, querem sacudir a água do capote. Relembramos que no passado, todos estiveram de acordo com o EURO 2004, e alguns, até com ele exultaram, e o EURO 2004 obrigava, como obrigou, por mais ou menos milhão, a investimentos muito avultados para as capacidades financeiras dos Municípios envolvidos e concretamente para Leiria.

Como todos sabemos, a Leirisport, E.M., é uma empresa municipal de capital garantido 100% pelo Município e que tem por missão: otimizar a gestão, exploração e utilização das infra-estruturas municipais de desporto, lazer e turismo, satisfazer as necessidades de usufruição dos tempos livres e de formação desportiva da população do Concelho de Leiria, proporcionando a utilizadores individuais e colectivos o uso de equipamentos desportivos, de lazer e de turismo. Proporcionar a utilizadores individuais e colectivos a possibilidade de participação em actividades desportivas de lazer e de turismo. Nunca é demais recordar a missão multifacetada consagrada nos

estatutos desta empresa municipal, pois, as notícias vindas a público têm-na ligado quase exclusivamente, à gestão do estádio municipal de Leiria e muito intensamente ao futebol e ao futebol profissional de um dos clubes do Concelho.

Ora, a empresa municipal Leirisport é muito mais do que o estádio e sobretudo muito mais do que o futebol. Ela gere, em termos de equipamentos desportivos, para além do estádio, onze pavilhões, um parque de campismo, três complexos de piscinas e o Centro Nacional de Lançamentos, e dedica-se também à promoção e organização de actividades de desporto, lazer e de turismo, de que queremos aqui destacar a sua importância o programa "viver Activo". A empresa é o Município e actua em nome deste para aquilo que este determina, teremos assim que discordar, daqueles que defendem a realização disto tudo, para saber se existem ou não condições para que a empresa municipal se autosustente, porque ela autosustenta-se com as receitas por ela geradas e com os recursos que o Município lhe tem que conferir. A empresa municipal não existe para ter lucro. Apesar da sua génese e estar umbilicalmente ligada à construção das infra-estruturas para o EURO 2004, por vontade dos órgãos municipais ela existe fundamentalmente para criar condições à população do Concelho, para a prática do desporto, cultura física e o lazer sadio.

Por tudo isto, não podemos deixar de considerar muito redutora a nomeação pelo actual executivo do Partido Socialista, de três elementos ligados, todos eles, às estruturas associativa e federativa do futebol, sendo o seu Presidente muito conotado na opinião pública com os interesses do futebol profissional, precisamente a visão que deveria estar arredada das preocupações centrais da gestão municipal.

O PCP manifesta o seu repúdio pela subalternização a que o Partido Socialista dota as outras modalidades, nomeadamente as grandes utilizadoras das infra-estruturas geridas pela Leirisport. Apesar desta orientação estratégica, redutora, do Partido Socialista, nos preocupar, não pretendemos fazer juízos injustos, vamos aguardar com vigilância o desenvolvimento das políticas municipais, desportiva e de lazer, e da gestão da Leirisport.

Faria agora uma pequena intervenção relativamente ao Leiria Shopping.

Foi com muita pompa, muita propaganda e talvez alguma publicidade, que os jornais leirienses da passada semana nos vieram anunciar a boa nova. Não estava para nascer nenhum menino rei nem sequer um menino plebeu, muito menos um menino de Deus, a novidade é que vamos ter uma nova catedral, uma Meca do consumo lá

para Março. Para benefício de alguns e gáudio de Belmiro de Azevedo, certamente, e para prejuízo de muitos particularmente os nossos micro e pequenos comerciantes tradicionais, que por mais que se modernizem só muito dificilmente conseguirão fazer frente a tão monumental ataque à sua existência.

Dizem os arautos dos promotores destes empreendimentos que são criados novecentos postos de trabalho. Perguntamos muito singelamente, quantos serão destruídos com a retracção e a falência do micro e pequeno comércio tradicional. Há quem estime que por cada posto de trabalho criado num centro deste tipo, três postos são destruídos no outro comércio. Assim, teríamos dois mil e setecentos postos de trabalho destruídos, o que daria um saldo de mil e oitocentos postos de trabalho desaparecidos na área de influência do centro comercial. Dizem-nos ainda que a obra gerou um volume de negócios, por contratos directos com empresas da região de seis milhões de euros, o que, não sendo muito, foi uma ajuda, é preciso muito descaramento para afirmar uma coisa destas. Numa região com tantas empresas de construção e obras públicas, para mais altamente qualificadas, cerâmica, cimenteiras e de betão, e de outros materiais de construção e empresas construtoras de estruturas metálicas, seis milhões de euros em setenta e nove milhões, são apenas um ridículo 7,6% de todo o investimento. Demasiado pouco!

E este centro pode ser um revés para a vitalidade do Centro Histórico e de todo o centro da cidade, como aliás tem acontecido por todo o lado no País, como até um conhecido comerciante da nossa praça, de malas aviadas para o novo espaço, acaba de reconhecer em declarações ao Região de Leiria.

A SONAE de Belmiro de Azevedo, como poderia ser outra, quer sugar a riqueza de Leiria e da sua região mas está muito preocupada com a sua vitalidade, a sua diversidade, a sua sustentabilidade e o seu futuro. É portanto, totalmente incompreensível que se permita que esta grande superfície comercial possa abrir portas, sem que antes cumpra todas as obrigações que assumiu, nomeadamente a melhoria do troço do IC2, independentemente de aguardar ou não a aprovação das Estradas de Portugal e de quem seja a responsabilidade pelo atraso.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Tenho um último pedido de intervenção, apesar de já ter chegado um bocadinho fora de horas, mas vejo que o CDS esteve longe de atingir o limite que lhe estava concedido. Faça favor senhor deputado José Francisco.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS/PP)

Boa noite!

José Francisco, CDS/PP

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, público, senhores jornalistas.

A intervenção é muito rápida. Como começámos a falar de trânsito, era algo que eu queria apresentar informalmente, mas aproveitando outras intervenções fá-la-ei também aqui nesse sentido.

Não é um assunto directamente da alçada da Câmara Municipal, se bem que a Câmara Municipal terá influência suficiente para interceder junto da entidade competente, neste caso as Estradas de Portugal, e prende-se com o assunto da entrada de Leiria, ali no IC2, na zona norte, junto àquela rotunda aérea ali perto da Cova das Faias.

As pessoas que pretendem entrar para Leiria deparam-se com o trânsito que vem no sentido sul/norte em grande velocidade, eu trabalho aí, e do meu gabinete vi o que aconteceu a semana passada. Houve dois violentos acidentes, num deles a senhora morreu e no outro ao fim de dois dias disseram-me que a pessoas ainda estava viva mas o estado era péssimo, e portanto não tenho soluções miraculosas, se calhar era uma boa solução, muito onerosa, mas pelo menos um semáforo limitador de velocidade porque passa-se ali a alta velocidade. As pessoas vêm daquela recta com duas faixas, ela afunila para uma, ainda aceleram mais para conseguir passar o que vai mais lentamente, e os desgraçados que estão a tentar entrar para Leiria por vezes facilitam porque a fila também já é grande, ao ponto de entupir a saída da rotunda aérea, e portanto com umas apitadelas por trás começam a olhar para o espelho, facilitam, e lá estão eles a morrerem.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Eu queria agradecer aos senhores deputados o facto de terem sido sensíveis ao apelo que indirectamente deixei, porque a verdade é que os tempos foram cumpridos com

folga, estamos perfeitamente dentro do nosso tempo do período de antes da ordem do dia.

Eu darei a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões em relação às quais foi interpelado, e trataremos da moção no final. Gostaria de advertir o senhor Presidente da Câmara que no que respeita à intervenção do senhor deputado João Cunha, que independentemente de se pronunciar ou não deverá pronunciar-se mais tarde, uma vez que os requerimentos serão formalizados por escrito como foi pedido pelo senhor deputado João Cunha e pedia portanto ao senhor Presidente que respondesse a esses requerimentos, com o formalismo que foi solicitado pelo senhor deputado.

Antes ainda de lhe dar a palavra gostava de dar dois ou três esclarecimentos uma vez que o próprio Presidente da Assembleia Municipal foi interpelado. Eu responderia ao senhor deputado Manuel Antunes, em relação a três questões simples.

Quanto a um padrão para data e hora eu gostaria de referir o seguinte:

No que respeita à hora, a opção pelas vinte uma horas e não vinte e trinta foi minha. A minha experiência diz-me que as pessoas se atrasavam muito e cheguei à conclusão, pela experiência que tive na sessão extraordinária, que as pessoas, marcando a reunião para as nove horas, não se atrasaram tanto, e hoje aconteceu o mesmo, às nove e vinte nós estávamos prontos a começar a reunião. E portanto se nós conseguirmos ser pontuais, eu pessoalmente prefiro nove horas, mas não vou impor a minha vontade à Assembleia, se a Assembleia deliberar que seja vinte e trinta será vinte e trinta, isto no que respeita à hora. E parece-me que nós conseguiremos, apesar de tudo, cumprir o calendário razoável.

Quanto a data, eu manteria a prática que vinha da Assembleia Municipal anterior, ou seja, realizar as sessões à sexta-feira porque elas, queiramos ou não, muitas entram pela noite dentro, e portanto manteria a sexta-feira. Isso não aconteceu na sessão extraordinária porque condicionados como estávamos pelas datas, nós tínhamos prazos para cumprir e o fim do mês de Novembro estava ali, nós não podíamos fugir, não podia ser uma sexta-feira, era impossível que assim fosse, e agora também não podia porque a Câmara Municipal só aprovou o orçamento a 21 de Dezembro, e como nós tínhamos que ter o orçamento disponível durante quarenta e oito horas, para podermos estudá-lo com atenção, não poderíamos fazer noutra semana que não fosse esta. Ora, a sexta-feira desta semana é 1 de Janeiro e portanto não havia

alternativa. Se houve pessoa a quem a sessão no dia de hoje trouxesse algum contratempo foi o Presidente da Assembleia que fez centenas de quilómetros para estar aqui para presidir a ela. Mas, as coisas são o que são e quando nos candidatamos a um lugar aceitamos o ónus e portanto estamos aqui exactamente no cumprimento desta missão. Mas a explicação é esta, eu gostaria de dizer a esta Assembleia que é minha intenção convocar as assembleias sempre para a sexta-feira, parece-me o dia mais adequado, idealmente será a última sexta-feira do mês em que somos obrigados a reunir em sessão ordinária, mas não significa que aí haja um respeito escrupuloso, será é sempre uma sexta-feira. E se esta Assembleia não sugerir o contrário, eu manteria a convocatória para as vinte e uma horas.

Se tomar o vosso silêncio como assentimento, então faríamos à sexta-feira, às vinte e uma horas, idealmente na última sexta-feira do mês, sendo que isso terá que ser acertado em função de cada circunstância.

Eu preferia não voltar a pronunciar-me em relação à questão dos computadores. Posso fazê-lo se alguém mais me interpelar nesse sentido, para mim as coisas estão esclarecidas. Foi um equívoco desagradável, mas percebo como aconteceu e já me foram dadas as explicações. Resolveu-se em tempo útil a questão para esta Assembleia Municipal, se alguém quiser será explicado, mas não há nenhuma implicação política desta natureza, tem a ver com esquemas de funcionamento no interior da autarquia, a explicação que me foi dada é convincente e eu pessoalmente entendi que esse assunto poderia estar ultrapassado. Se a Assembleia entender que não está, falaremos nisso, mas se esta Assembleia fizer ponto de honra na palavra do seu Presidente, eu ficaria muito grato por isso.

Aceito a sugestão que me é feita pelo senhor deputado Manuel Antunes e também pelo senhor deputado Domingos Carvalho, no sentido de o espaço reservado aos membros da Assembleia Municipal ter acessíveis as actas, não diria os documentos todos porque seria um peso extraordinário, mas as actas já nos dão o histórico, parece-me que pode ser interessante se isso for realizável...o senhor deputado refere-se aos computadores portáteis? Isso é capaz de ser muito pesado, mas eu verei com os informáticos, e a Lei n.º 169/99.

Agora o que me parece é que está na hora, e digo isso com tranquilidade à Assembleia, de ser criada mesmo uma "password" porque o que temos não é

password nenhuma, ser criada uma password individual, cada um de nós ter a sua password para aceder a esse espaço.

Finalmente o senhor deputado José Alves propõe uma Assembleia Municipal dedicada à segurança e à protecção civil, parece-me interessante, mas eu pedia ao senhor deputado que ou ele ou grupo partidário de que faz parte formalizasse a proposta, dando-lhe contornos já de alguma exequibilidade para que o Presidente da Assembleia Municipal soubesse qual verdadeira intenção e como agir na convocatória dessa sessão da Assembleia Municipal. Isto foram os assuntos em que o Presidente da Assembleia foi interpelado, dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões, deixando-lhe aquele alerta em relação à intervenção do senhor deputado João Cunha.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Boa noite a todos!

Espero que tenham tido boas festas, espero também que tenham boas entradas, que o ano de 2010 vos traga aquilo que vocês desejam.

Em relação ao senhor deputado Domingos Carvalho, queria-lhe dar nota do seguinte: O alerta que fez da Rua 20 de Junho naturalmente que amanhã comunicaremos à EDP para tentar saber o que se passa.

Relativamente à Rua Mouzinho de Albuquerque. Tinha sido deliberado no anterior mandato uma proposta, do então vereador Fernando Carvalho, conbaseado nalgum estudo de circulação da cidade, que a Mouzinho de Albuquerque passasse a ter uma única via e que seria depois complementarizada com outras acções. Verificou-se entretanto que a solução não era a ideal, e é bom aqui lembrar que já houve pelo menos dois ou três estudos inclusivamente da Universidade de Coimbra, e não se conseguiu acertar. Eu espero, com o ponto que vem a seguir, com a indigitação de membros da Assembleia para a Comissão Municipal de Trânsito, que se possa depois ter o contributo de todos, porque já me parece que trazer pessoas de fora, embora possam ser especialistas, levanta este tipo de dificuldades. E portanto entendeu-se, e foi uma proposta que foi feita recentemente já pelo novo executivo, deliberou-se que realmente aquele sistema não funciona e portanto houve a necessidade de repor as duas vias. Nós vamos tentar alertar a PSP para algumas situações que temos sido alertados, de estacionamento indevido, penso que a obra está praticamente concluída, e portanto aquilo que se pretende a seguir é estudar efectivamente a

circulação dentro da cidade. E isso é tema da próxima Comissão Municipal de Trânsito, que esperamos que reúna brevemente para acolher sugestões, ouvir algumas outras entidades, de modo a que as coisas funcionem. No modelo que estava, passagem de uma única via, chegámos a detectar que o trânsito chegava a estar na Av. 25 de Abril e portanto condicionava fortemente a travessia. Há pontos críticos, alguns já foram aqui focados, vamos aguardar que se estude soluções que possam ser as melhores para realmente ultrapassarmos este problema.

Quanto à questão levantada pela senhora deputada Filomena Baptista, queria-lhe dar nota de que, para além de uma reunião que houve em Lisboa com o Secretário de Estado das Obras Públicas, onde se abordaram algumas questões que têm a ver com o Concelho de Leiria, o problema do IC36, onde se manifestou o interesse em que não haja portagem para quem entra e sai dentro do concelho, a exemplo do que acontece em Torres Vedras, a quem se manifestou a preocupação com o passar do IC9, nomeadamente no ponto em que atravessa Santa Catarina, Loureira concretamente, que vai afunilar o trânsito em direcção a Fátima, porque não tem depois escoamento possível. Naquilo que diz respeito à desqualificação de algumas vias, que querem fazer tornar à posse da autarquia, naquilo que respeita ao traçado do IC2, também já agora dizer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia, deputado Manuel Carvalho, que também foi levantada a questão da insensatez que é pôr portagens na variante da Batalha, porque se o objectivo é tirar o trânsito da frente do Mosteiro, é obvio que, se houver portagens, nomeadamente aqueles que era essencial saírem de lá, os veículos pesados, o problema não vai ser ultrapassado. Portanto, há um conjunto de situações que nós identificámos junto do senhor Secretário de Estado, dia 13 vai haver em Leiria uma reunião com representantes de várias entidades, isto é, representante da Câmara, das Estradas de Portugal, do gabinete do Secretário de Estado e também da empresa concessionária do conjunto de vias, do tal pacote onde foram incluídas todas estas obras.

Quanto à intervenção do senhor deputado João Cunha, em relação às obras ilegais e aos protocolos das Juntas de Freguesia, esses documentos serão amanhã presentes em reunião de Câmara conforme foi acordado, naturalmente depois de fazer o requerimento também faremos chegar aquilo que nos foi dado a conhecer.

Relativamente à questão do Estádio Municipal.

O problema do estádio é efectivamente ser o grande responsável da situação financeira da autarquia. É bom lembrar que a primeira vez que se falou no estádio e todos votámos, eu incluído, eram em euros cerca de dezanove milhões e meio. E aquilo que foi dito na altura, é que 25% seria suportado pelo Governo central, e o restante seriam fundos comunitários. E portanto, qualquer outro representante, qualquer outro eleito, seguramente que acharia que valeria a pena por esse montante. Houve derrapagens como é sabido, e neste momento aquilo que nós temos é, para além da dívida financeira que ronda, só para o estádio, os setenta e cinco milhões de euros, aquilo que nós temos é as despesas de manutenção e serviço da dívida que impendem sobre o estádio, que não está a gerar receitas e está alocar recursos que podiam ser aplicados noutras áreas. E três hipóteses aqui se põem:

Uma delas é efectivamente manter tudo como está, a segunda é não pagar nada e tentar saber se há algum investidor, ainda hoje soubemos de uma proposta feita pela mesma pessoa que comprou o Manchester City, ofereceu mil milhões pelo Real Madrid, é estratégia deles, eles é que têm dinheiro, não custa nada tentar e também não se perde nada. A terceira hipótese, é um modelo que eu pessoalmente também tive o cuidado de dizer que será sempre a última hipótese se formos obrigados a isso, mas é um modelo que a Câmara de Coimbra seguiu, em que cedeu ao clube, à Académica de Coimbra, mediante um protocolo do qual já tenho uma cópia, a utilização do estádio, ficando a Câmara sem ter que garantir as despesas de manutenção. Foi apenas isto que se passou, qualquer decisão que tenha a ver com património da Câmara como é sabido tem que ser discutido em sede de executivo e posteriormente na Assembleia Municipal. Portanto, em relação ao estádio, é esta a situação, o que me parece é que mais dois ou três anos e iremos ter ali uma despesa maior com a manutenção, e portanto temos que ponderar muito seriamente como é que podemos ultrapassar isto.

Relativamente à intervenção do deputado José Alves.

A situação que tem a ver com câmaras de videovigilância e bombeiros, o que se passou ou o que se vai passar, em relação às câmaras, é que há um conjunto de acções e algumas, não tenho qualquer problema em reconhecê-lo, já teriam sido equacionadas pelo anterior executivo, que tem a ver com a possibilidade da construção do novo quartel da GNR, tem a ver com a construção do novo quartel da PSP, tem a ver com a eventual instalação de uma extensão no Centro Histórico. O

anterior executivo apontava para um pequeno espaço que está junto à Rodoviária do Tejo, nós estamos a apontar mesmo para o Centro Histórico, nomeadamente ali na zona da Praça Rodrigues Lobo, e também com a possibilidade de na zona sul, ser criado um posto da GNR. Portanto, são as questões que foram faladas. E naturalmente que aqui veio e já o tínhamos anunciado, não é possível meter um polícia a cada esquina para evitar a criminalidade que existe. Numa reunião que tive com o novo Comandante distrital da PSP, em que se falava dos problemas de segurança, aquilo que ele recorda é que Leiria está bem localizada e tem boas acessibilidades, mas elas também servem para os gangs da zona sul e os da zona norte virem rapidamente a Leiria assaltar e ir embora, também tem este inconveniente. Esta é uma realidade, até pelas informações que posteriormente obtivemos, alguns gangs identificados são precisamente dessas zonas. E portanto, as câmaras de videovigilância constituem um processo muito moroso e sensível. É um processo que vai demorar algum tempo e que nós queremos no âmbito do contrato local de segurança a estabelecer com o M.A.I., que isto fique já ponderado também, é um processo que tem tido sucesso noutras cidades. Ainda há poucos dias tivemos conhecimento que Coimbra instalou dezassete câmaras na baixa, Guimarães tem, também sei que foi um processo moroso e que houve algumas dificuldades, mas penso que é capaz de ajudar a minimizar aquilo que tem acontecido. Ninguém percebe muito bem como é que há estabelecimentos na zona central da cidade, que já foram assaltados três vezes e não se consegue detectar os autores, há situações dessas, e portanto nós temos que ter um alerta. Quando houve a “coragem” de se proceder a um assalto na chamada hora de ponta, às dezoito horas concretamente, talvez na zona mais movimentada da cidade àquela hora, na Av. Heróis de Angola, quando se vem assaltar uma ourivesaria, eu acho que efectivamente temos todos que ter consciência de qual é a situação e em vez de andarmos nas quintinhas, juntarmo-nos todos com as forças de segurança e naturalmente tentar obviar a este tipo de situações.

Em relação ao problema dos bombeiros, o que aconteceu e veio a público, foi que os bombeiros sapadores tiveram uma reunião na Câmara cuja intenção era tentar sensibilizar para que esta transformasse os bombeiros municipais em sapadores. Qual é a vantagem? É que permite um maior leque de carreiras aos próprios bombeiros, e neste momento e depois de ter abordado o assunto com o actual

comandante dos bombeiros, parece não ser o momento oportuno para que isso venha a acontecer. Nós precisamos dos bombeiros, temos uma grande componente de bombeiros voluntários também, penso que o modelo que está, para já, ainda vamos aguentando, embora se saiba por exemplo, que a proposta em Faro foi criar um corpo misto de profissionais e de voluntários, ou seja, começa a aparecer outro tipo de modelos. Portanto, para já não há qualquer evolução em relação a esta matéria e vamos manter tudo como está.

Relativamente à situação das taxas de saneamento, a questão também já tinha sido levantada, eu próprio já aprofundei este assunto, e na verdade o que me parece é que não se verifica a prescrição porque este tipo de taxas autárquicas não tem o mesmo tratamento que têm os impostos de natureza central. De qualquer maneira, se houver alguma impugnação, cá estaremos para esperar pela decisão.

O problema da passadeira já foi aqui abordado, a fiscalização da PSP é o que vamos tentar, queria então dizer agora ao senhor deputado Carlos Conceição que os apoios sociais aqui previstos têm ainda no actual orçamento trinta mil euros relativamente ao programa PARES, e tem para apoios diversos no que respeita à construção de edifícios, tem depois uma verba de quinhentos mil euros.

Aquilo que nós sabemos é que houve um número razoável de candidaturas PARES que estão em curso, o último programa POPH não aprovou nenhuma candidatura do Concelho de Leiria, e portanto pensamos que conseguimos, à medida que formos evoluindo, temos aqui algum valor para dar esse apoio na construção de novas estruturas. O que aconteceu em relação à redução de 10% de uma verba, há aqui três situações. Há dois fundos, é um protocolo para as despesas de intervenções em escolas, é bom que se diga que o protocolo para as escolas passou de duzentos mil euros para trezentos e três mil cento e vinte euros. A questão dos 10% tem a ver com o fundo dedicado às limpezas de bermas, enfim, algumas intervenções que as Juntas faziam, e é bom que se aproveite este momento para dizer o seguinte:

Quando o executivo, concretamente aquele que está em funções, está a dar nota aos representantes das Juntas de Freguesia, das exigências dos comprovativos, não é porque nós pensamos que isto tem que ser assim, são as próprias inspecções, é o Tribunal de Contas, que está agora aí com uma fúria de todo o tamanho, a querer exigir comprovativos de todo o tipo de transferências que as autarquias fizerem tal e qual como acontece com o próprio Governo. E é nessa base, para nos defendermos

todos, que temos que ir por aí. E portanto, a garantia que nós damos são esses fundos através de transferência mensal, e em relação aos protocolos para pequenas despesas de escolas, é fazer o reembolso no prazo de trinta dias, temos essa verba de lado para que isso não falhe, e é esta a situação que opinamos.

Quanto à intervenção do senhor deputado Carlos Guerra, há pouco referi que o problema foi realmente o que todos aprovámos e não tenho dúvidas que se hoje acontecesse a mesma coisa eu pessoalmente também tomaria a mesma decisão. Perdeu-se se calhar algum *elan* com aquilo que se perspectivava de aproveitamento de estádio, não sei se é a crise, não sei se é por não gostarem do clube, ou porque é que será, a verdade é que quando há jogos da selecção nacional o estádio enche. E portanto, a grande questão que se põe aqui é que o problema do estádio é aquele que é, temos que o gerir e termos que tentar arranjar soluções, se possível em conjunto, para criar as melhores oportunidades de não sermos tão penalizados financeiramente.

O problema do Leirishopping, aquilo que eu lhe posso dizer é que a economia de mercado tem funcionado, para nós, autarquia, só nos interessou saber se estavam a ser cumpridas as regras ou não, fizemos uma avaliação ao próprio projecto, depois de termos tomado posse, aparentemente está ali uma grande edificação, e portanto não podemos aqui tomar outra alternativa em relação àquilo que já estava feito. Quanto à situação referida pelo senhor deputado José Francisco, a questão que se põe do acesso norte enfim, não é a primeira vez que acontecem ali acidentes graves, é um problema que já tem sido abordado com a delegação distrital das Estradas de Portugal, já se pôs a hipótese de uma nova rotunda, pôs-se também a hipótese de semáforos, que estão a ver, no âmbito da requalificação do IC2 o que é que podem fazer e entretanto vão ali acontecendo acidentes. Nós queremos é tornar a insistir para haver uma solução da parte da EP no sentido de ver se é possível ultrapassar aquilo ou não. Terminei senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Temos então a moção que foi apresentada pela Junta de Freguesia de Pousos, não sei se estão recordados, nós esgotámos há poucos minutos a hora que está reservada ao período de antes da ordem do dia, mas eu, se não me levassem a mal, deixaria um espaço de alguns minutos para debate desta moção.

A moção tem uma quantidade de considerandos, mas traduz-se essencialmente no seguinte e eu vou ler para refrescar a memória:

“ Ora, tendo em conta estes considerandos e o histórico deste assunto, designadamente as deliberações tomadas recentemente pela população e seus representantes, e tendo ainda em conta que, apesar de este órgão já ter deliberado sobre esta matéria, houve eleições para a Assembleia da República e autárquicas com alteração da composição dos respectivos órgãos, propõe-se a aprovação da seguinte moção:

A Assembleia Municipal de Leiria reunida a 28 de Dezembro de 2009 delibera o seguinte:

1 – Confirmar o teor da moção aprovada por esta Assembleia em 20/12/2007 e no seguimento da mesma manifestar ao actual Governo, através do senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ao IEP a sua concordância com a posição da junta, Assembleia de Freguesia dos Pousos e Comissão de representação dos Pousenses e, em consequência, exigir a correcção do traçado no sentido proposto pela Junta;

2 – Requerer que a Câmara Municipal aprove idêntica resolução e preste à autarquia dos Pousos o indispensável apoio político junto dos órgãos governativos e do EP, bem como o necessário apoio jurídico visando a defesa judicial dos direitos dos cidadãos dos Pousos, designadamente através da interposição das medidas cautelares que se vierem a entender pertinentes, bem como as acções subsequentes.

3 – Dar conhecimento desta moção ao senhor Governador Civil e aos senhores deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Leiria, solicitando a sua intervenção na defesa desta.”

No anterior mandato foi aprovada aqui uma moção que apoiava o desejo da população dos Pousos no sentido da construção do túnel no IC36. Agora o que se pede é uma intervenção mais activa mas isso deixo ao vosso critério. Não sei se alguém pretende intervir?

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Talvez fosse bom saber o que é que o executivo pensa sobre este assunto...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente quer esclarecer?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

A título pessoal é de manifestar interesse que seja feito o túnel, aliás acabei há pouco de dizer que na reunião com o Secretário de Estado tornámos a falar desse problema, portanto é natural que haja esse sentimento. Do lado de lá, aquilo que eu sei, é que levantam objecções de carácter técnico que eu não domino. Naturalmente que no dia 13, nessa reunião, é um dos pontos que terá que ser avaliado localmente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende fazer alguma intervenção em relação a esta moção?

Senhor deputado João Cunha faça favor!

Para definir qual o tempo de uso da palavra das pessoas, eu pergunto quem pretende intervir em relação a esta moção? Atrevo-me a sugerir que cada intervenção tenha a duração máxima de três minutos.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Em relação a este assunto, eu penso que independentemente dos considerandos que estão subjacentes à apresentação da moção, porque são válidos naturalmente de acordo com a visão de quem a propõe, podíamos sujeitar à votação só o corpo da moção propriamente dito e deixando de lado os considerandos. É só para esclarecer este aspecto porque podíamos ser tentados aqui a perceber que estaríamos também a incluir no pacote, digamos assim, os considerandos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

De modo algum senhor deputado, o que será submetido a votação da Assembleia foi aquilo que eu li e não aquilo que a senhora representante da Junta de Freguesia dos Pousos leu.

Senhor deputado José Manuel Silva!

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, do Partido Socialista.

Os meus cumprimentos de boas festas a todos e a todas aqui presentes, para não gastar muito tempo porque só tenho três minutos.

A minha vinda aqui naturalmente que é para dar todo o nosso apoio à moção e à Junta de Freguesia mas sobretudo para salientar a importância do que aqui está em

jogo. E o que aqui está em jogo não é apenas um problema dos Pousos, é um problema de participação popular nas decisões.

O que tem acontecido em regra em Portugal, é que as grandes obras são feitas pelo Estado e às vezes até pelas autarquias, são feitas sem nenhum direito de participação dos próprios cidadãos, e portanto as obras acabam por ser feitas segundo, quase sempre, critérios, aliás o senhor Presidente ainda há pouco aflorou um bocadinho essa questão, disse que levantam problemas de natureza técnica. Bom, mas os problemas de natureza técnica são para ser solucionados porque as questões desta natureza são essencialmente políticas, evidentemente que há matérias que a política não pode resolver, há critérios técnicos, há condições geológicas, etc., que uma decisão política não pode ultrapassar. Mas essa questão tem que ser resolvida pelos técnicos. O problema que aqui está é um problema de natureza essencialmente política, como já se percebeu há muito tempo, defesa dos interesses das populações, e o que eu gostava de evocar aqui foram outros movimentos em Leiria nessa altura contra o túnel que se queria construir no centro da cidade e de que hoje ninguém fala, e certamente é porque a solução que se encontrou era melhor do que aquela que se pretendia, aqui é o contrário, é que se faça o túnel e o que há aqui é um movimento da população, que aliás já foi sufragado pela Câmara anterior, nem sequer se estão a procurar tirar dividendos nenhuns de natureza política desta matéria, estamos apenas todos a expressar um ponto de vista que parece que é consensual e unânime, veremos o que é que a Assembleia delibera mas isto já foi aqui objecto de análise anterior e houve uma larguíssima maioria, julgo que foi até por unanimidade que se aprovou essa moção, e portanto gostava sobretudo de salientar este aspecto, até porque, esta matéria traz uma outra que neste momento está aqui secundarizada mas que é uma matéria da maior importância que o senhor Presidente também já referenciou, que é a questão das portagens. Essa é outra batalha que está aí para ser travada, e naturalmente também julgo que, relativamente a essa matéria, e porque não há alternativa e porque este IC36 pode servir como uma circular exterior à cidade, nos devemos todos unir na defesa do interesse que é de todos nós.

E eu faço só lembrar uma coisa quando se invocam questões de natureza técnica para não se construir o túnel nos Pousos. Se estivessem em causa animais em vias de extinção, ou outra situação qualquer desse género, ou já extintos, se correria logo

a fazer o túnel, como aliás aconteceu, vi outro dia na comunicação social, foi chumbado ou está para ser chumbado o parque eólico de Porto de Mós por causa de umas gralhas. Eu, acho que as gralhas têm direito à existência, mas, permitam-me que o diga com toda a franqueza, para mim além dos animais em vias de extinção estão as pessoas que devem ser tratadas e bem tratadas. E portanto nesta matéria eu próprio já tive ocasião de dizer isto noutra sede, não aceito qualquer justificação de natureza técnica, para que não se consiga resolver o problema a contento das populações. E acho que este é um princípio que não deve ser renegado, o da participação das pessoas, as pessoas não devem deixar que sejam os autarcas e o Estado central só a tratar dos problemas que interessam a todos nós e por isso quero daqui congratular a Junta de Freguesia dos Pousos e em particular o seu Presidente e todo o executivo da Junta e todas as pessoas que têm de uma forma ou de outra dado o seu contributo e o seu testemunho, e dado naturalmente com o seu exemplo aquilo que todos nós esperamos que seja, não deixar para os outros, que os outros decidam apenas aquilo que entendem que é correcto sem que a população se possa manifestar e defender os seus interesses. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Não havendo mais nenhuma intervenção esclareço que o que vamos votar é de facto o texto da moção e não os considerandos iniciais, que são considerandos que traduzem decisões tomadas pelo conjunto da população dos Pousos, decisões dos órgãos autárquicos da Freguesia dos Pousos, mas aquilo para que se pede o voto desta Assembleia, é apenas esta parte final que eu li e que pergunto às senhoras deputadas e senhores deputados se querem que leia de novo? Estou dispensado de voltar a ler!

Portanto porei à votação esta moção.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leria delibera por unanimidade aprovar a presente moção.

E vamos entrar no período da ordem do dia.

ORDEM DO DIA

1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Eu julgo que não é habitual o senhor Presidente da Câmara usar da palavra neste ponto, mas pergunto se o pretende fazer? Não.

Se alguém pretende interpelar a Câmara Municipal em relação a estes dois relatórios faça favor.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do Relatório da Actividade do Município e respectivo Relatório Financeiro.

2. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2010 E OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA PARA 2010/2013 – Apreciação, discussão e votação:

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, como é usual, para fazer a apresentação deste documento.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Quando se começou a tratar da preparação do orçamento para 2010, da parte dos serviços administrativos puseram-nos um papel em cima da secretária que indicava cerca de cento e vinte e nove milhões de compromissos assumidos, e, a receita prevista de sessenta e um milhões. Como é que se ia resolver isto, quais eram as razões para haver aquele montante de despesa, e portanto aquilo que foi explicado e que foi objecto de algumas correcções, foi que tinha a ver com os compromissos assumidos que vinham de traz, tinha a ver com as obras em curso, tinha a ver com todo um pacote de obras que eram objecto de candidaturas para financiamento comunitário, e tinha ver também depois com o serviço de dívida com as transferências para as Freguesias e também com as despesas de funcionamento da autarquia. Depois com umas correcções que fizemos, e tendo introduzido três ou quatro situações de valores por imperativo, tem que ser despesa que eventualmente terá que ser realizada, tem a ver com a intervenção em escolas e também na área

social, chegámos a um ponto em que o total de despesa é de cento e vinte e seis milhões vírgula novecentos e setenta e nove, e, naturalmente que a questão que se punha era como é que tecnicamente se resolvia o problema em relação às receitas. Sempre fomos críticos em relação à maneira como os orçamentos eram feitos, e quando demos por ela verificámos que tecnicamente não havia outra alternativa senão enveredar pelo mesmo caminho por uma razão muito simples, não tenho qualquer problema em assumir isto. É bom que se diga, porque o que está em causa efectivamente é a situação da autarquia. Face aos compromissos que houve, e posso dar aqui um pequeno exemplo, de que o montante dos compromissos assumidos em 2009 na base de um orçamento de cento e dezassete milhões foram oitenta e nove, quando afinal nós temos cerca de sessenta e três milhões de receita, e é bom lembrar que já aqui contemplam dez milhões do tal empréstimo do “Pagar a tempo e Horas”, ou seja, em termos reais a receita da autarquia deverá rondar pelos cinquenta e três cinquenta e quatro milhões de euros. E portanto, o problema que se põe aqui é a forma de rodear esta situação, e se perguntassem se não seria melhor não apresentar orçamento e trabalharmos por duodécimos, também diria que se calhar teria sido a opção mais correcta. A verdade é que, por imperativo da lei temos que apresentar o orçamento, a verdade é que questionei várias entidades sobre a forma de fazê-lo apresentar, nomeadamente com este tipo de situações, porque não podemos apagar os compromissos que constam e que estão assumidos, não o podemos evitar, não podemos fechar a Câmara um ano para evitar determinado tipo de despesa, e portanto ao ter que assumir todos aqueles valores naturalmente que tivemos que criar aqui situações, como já vinha a acontecer há vários anos, de empolamento de receitas. E fizemo-lo pelo seguinte:

Primeiro não sabemos se vamos ter condições para termos receitas extraordinárias, não sabemos se eventualmente (e este assunto foi abordado em reunião de executivo) haverá, para fazermos as obras que são financiadas, necessidade de recurso, mais uma vez, à banca para suportar aquilo que há na autarquia, uma vez que há timings que constam da contratualização, e isto tudo não é fácil de resolver como muita gente bem diz, porque, é bom não esquecer, este é o último quadro de apoio, é bom não esquecer que, a partir de 2013 haverá algumas sobras e portanto é capaz de folgar ainda durante dois anos, mas em 2016 é o ano zero de uma nova vida em termos financeiros, em termos comunitários, não haverá nem para

empresas, nem para autarquias, nem para o Governo. E portanto outras opções teriam que ser tomadas e têm que ser tomadas, para verificarmos qual é a melhor forma de ainda rentabilizarmos os pequenos recursos que temos. Poder-se-ia dizer que se corta quinhentos ali, quatrocentos acolá, aquilo que não se pode cortar é efectivamente o que está assumido e nem os encargos a que estamos sujeitos. Imaginem que alguns senhores deputados, empresários, tinham esta situação na vossa empresa e naturalmente perceberão melhor o que é que está aqui em causa.

Obviamente que não vamos ter dinheiro para tudo o que aqui está, vamos ter que durante a gestão fazer opções em função dos recursos que temos. Não vale a pena andarmo-nos aqui a iludir, já o tinha dito há poucos dias numa reunião com todos os Presidentes de Junta, temos que ter a consciência que há dificuldades e temos que procurar outro tipo de soluções de engenharia financeira. A seu tempo, se optarmos por elas, será dado conhecimento, para além da Assembleia Municipal, aos próprios Presidentes das Juntas de Freguesia. Mas apesar disso, queremos encetar um conjunto de acções tentando defender melhor as freguesias, queremos criar mecanismos de informação e de acesso com a própria autarquia, com a própria Câmara, no sentido de agilizar algumas situações que de vez em quando se deparam, queremos criar condições para haver algum apoio jurídico para problemas que alguns muitas vezes levantam e é melhor esse apoio do que cairmos em situações que podem ser desagradáveis. E portanto, esta fora de apresentar o orçamento, assumo aqui publicamente, é dentro daquilo que foi possível, e isto acontece pelo montante de compromissos que estavam assumidos.

O montante de compromissos que foram assumidos, só em 2009, vai em oitenta e nove milhões de euros, quando nós temos de receita os tais sessenta e três milhões de euros. O balanço à data de hoje em termos de receita, concretamente, nós temos sessenta e quatro milhões seiscientos e vinte e dois mil, de onde temos que tirar os tais dez milhões do empréstimo "Pagar a Tempo e Horas", o que significa que até ao final do ano, com algum esforço, não chegamos aos cinquenta e cinco milhões em termos reais. Não estamos aqui a tratar de pequenas diferenças, estamos a tratar daquilo que são os compromissos que temos que assumir, aqueles compromissos de financiamento, de serviço da dívida, transferências para as Freguesias, para a Leirisport, etc., é todo um conjunto de situações que não podemos simplesmente eliminar. Não podemos eliminar obras que já vêm de trás e que têm valores ainda a

pagar, não podemos eliminar ou não devemos, a não ser que sejamos forçados a isso, a deixar cair as obras que foram contratualizadas que têm apoios comunitários. Portanto, este 2010 daquilo que sabemos e é certo, é que é um ano difícil para todos. Andamos em busca de algumas soluções para criarmos as tais receitas extraordinárias, vamos ver se elas são possíveis, vamos ver como é que isso se consegue.

O orçamento que é apresentado para 2010, que fique aqui bem ciente, não é o nosso orçamento, eu digo o nosso em termos de maioria que ganhou as eleições, é conjunto, não é aquilo que nós gostaríamos, gostaríamos efectivamente de ter outras opções e não as temos. É tudo senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Tem agora a palavra o senhor deputado António Sequeira.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, Partido Socialista
Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, senhoras e senhores vereadores, minhas senhoras e meus senhores.

Nos últimos dois anos do mandato autárquico findo, coube-me a tarefa de analisar e comentar as grandes opções do plano e respectivo orçamento para os exercícios de 2008 e 2009.

Como por certo se lembram fui sempre muito crítico em relação aos métodos utilizados, nomeadamente face ao reiterado empolamento das receitas para cobrir as despesas inevitáveis, mais os custos das promessas irrealizáveis.

Nessas minhas intervenções fui dizendo:

-que os documentos apresentados não eram fiáveis, pelo que não mereciam ser discutidos;

-que não fazia sentido estar a emitir juízos de valor sobre a percentagem que nesses documentos estava afecta para a educação, desporto, ambiente, acção social, etc., na medida em que, era a distribuição por partes de um todo fictício;

-que não me sentia motivado para esgrimir argumentos, para definir prioridades nas áreas onde se deviam aplicar as verbas, que não iria haver;

-que discordava liminarmente do método, repetido ano após ano, utilizado na elaboração do orçamento, hipertrofiando sensivelmente as receitas;

-que não entendia o que se ganhava e quem ganhava, com a filosofia de ficcionismo e de pouco rigor num documento que tem que constituir, para qualquer empresa ou organização, um marco e uma baliza para todo o desenvolvimento da sua actividade ao longo do exercício.

Mais do que uma vez disse ainda, que a falta de concretização significativa da receita defraudava boa parte do que se prometia realizar, ficando a distribuição do pouco que restava, ao critério discricionário da Câmara, logo ao arrepio desta assembleia.

Como também em tempos afirmei, um plano deve revelar e consubstanciar a sensibilidade do espectro político que o elaborou e, sendo exequível, merece a maior atenção e convida à sua discussão na generalidade e na especialidade no sentido do seu aprimoramento, para benefício da população do concelho.

Sabendo-se à partida que os meios necessários não iriam estar disponíveis, essa discussão não fazia qualquer sentido, o que na altura me levou a concluir, com mágoa, que no concelho de Leiria a elaboração dos instrumentos previsionais padecia de pressupostos viciados.

Às minhas críticas em relação à metodologia da elaboração orçamental, contrapunha-se que as regras impositivas do POCAL (que como sabem é a legislação que rege a contabilidade das autarquias) estavam a ser cumpridas e que havia apenas algumas rubricas desse plano que, não tendo regras rigorosamente objectivas, permitiriam de algum modo, o empolamento das receitas.

Recuso-me de todo em todo a que um plano oficial de contabilidade permita e muito menos que incentive ou até obrigue como já vi escrito, a procedimentos que induzam à elaboração de uma peça de gestão tão importante como o orçamento, com receitas inexecutáveis, para contrabalançar custos de realizações planificadas.

Recorro aqui ao relatório da Inspeção Geral de Finanças, elaborado o ano passado, que analisou o endividamento municipal de anos anteriores da Câmara de Leiria, e que quanto à execução orçamental, dizia que os resultados traduziam (e passo a citar) “uma prática de empolamento do orçamento das receitas, designadamente das de capital, ao arrepio do objectivo visado no POCAL, com a consagração de regras previsionais”.

Considerava ainda esse relatório que a falta de meios monetários disponíveis para cobrir a despesa tem como consequência a violação permanente do princípio do equilíbrio orçamental em sentido substancial.

Não me parece pois defensável, sejam quais forem os argumentos, o empolamento das receitas.

Dito isto não ficam dúvidas sobre a minha opinião em relação ao plano e orçamento para o ano de 2010, agora apresentado pelo elenco camarário afecto ao Partido Socialista, o meu partido, e que se encontra em funções há dois meses.

Mesmo sem ter em atenção os detalhes do documento o montante de receita prevista, superior ao do ano anterior e da mesma ordem de grandeza das previsões para 2008, me deixou apreensivo e curioso sobre as fontes que gerariam essa mesma receita.

A nota introdutória às Opções do Plano assinada pelo Presidente da Câmara é inquietante, mas não deixa de ser uma declaração esclarecedora.

O montante das despesas, que atinge cerca de 127 milhões de euros, está coberto por receitas que não se prevê deverem sequer atingir os 63 milhões de euros.

A argumentação do Presidente da Câmara vai no sentido de invocar que as circunstâncias decorrentes dos compromissos assumidos pelos anteriores executivos, não permitem outra alternativa, senão a persistência em contabilizar receitas, com um grau de aderência à realidade, quase nulo.

Quando em Abril de 2007 apreciávamos as contas de 2006, manifestei à então presidente da Câmara, expectativas, que no mês de Dezembro seguinte estivéssemos a discutir um orçamento exequível, numa percentagem aceitável de concretização.

Por maioria de razão, em termos políticos entenda-se, ficarei com mais fortes expectativas senhor presidente para o próximo orçamento.

Sei que esta proposta lhe dá o mesmo amargo de boca, como se diz na minha terra, que a mim me daria na sua posição e que de algum modo me está a dar. Este orçamento não é o nosso orçamento...

Receio que para a generalidade dos munícipes deste concelho esta minha fixação nos meandros de um conjunto árido de números que constituem um orçamento previsional, que por capricho de balanceamento têm que dar igual de um lado e de outro, não seja bem entendida.

O que as pessoas querem mesmo é que o concelho onde vivem todos os dias, lhes proporcionasse melhor qualidade de vida em inúmeros aspectos, que não vou aqui discriminar porque são tantos que se tornava fastidioso e redundante.

Mas essa qualidade de vida só vai melhorar se os tais números puderem ser iguais de um lado e de outro, sem batota.

Se para obter os fundos para cobrir a parte que compete à autarquia nas candidaturas já aprovadas pelo QREN estivermos à espera de vender terrenos que não temos, estamos a enganar-nos todos uns aos outros.

Se esses investimentos são estruturantes e fundamentais para o desenvolvimento do concelho, e por certo até geradores de benefícios a todos os níveis, e se a lei permitir, como julgo que permite nestas circunstâncias, é mais aceitável recorrer ao crédito para não perder as oportunidades.

O endividamento só é funesto quando a aplicação é indevida ou se manifestamente o seu custo se mostrar insuportável, como receio que possa ser o caso.

Mas, se assim é, retirem-se do Plano as ilusões e do orçamento o respectivo custo, acabe-se com as promessas que se não podem concretizar, mesmo com o pagamento a prestações e a longo prazo.

Esta é a minha posição pessoal sobre o assunto que está em discussão.

Uma posição se calhar politicamente incorrecta, mas convicta e inalterável.

Uma posição de princípio.

Senhor Presidente da Câmara, há uma dúzia de anos, quatro dos quais estreitamente, que colaboramos politicamente para à nossa maneira, contribuir para o progresso do concelho de Leiria.

Vivemos muitas ilusões, muitas frustrações, travámos algumas lutas, quase sempre aparentemente perdidas, sempre do mesmo lado, sempre desinteressadas e sempre com entusiasmo, e da sua parte com uma pertinácia por todos reconhecida.

Agora que ganhou, e ninguém mais do que o meu amigo o merecia, lamento que a situação financeira que encontra não lhe permita pôr em prática aquilo que sempre proclamou como sendo as suas bandeiras.

A sua determinação que o levou à vitória vai ser sua aliada nesta nova luta, tão ingrata como foi a outra, mas também com um final feliz.

Sei que vai ser capaz de equilibrar as contas, não só do lado da receita mas também do lado da despesa, com uma política muito rigorosa e muito exigente no controlo dos gastos.

Sei que vai conseguir estimular os colaboradores da autarquia no sentido do aumento da produtividade.

As qualidades que reconheço na grande maioria deles vai-o permitir.

Sei que vai ser capaz para já, de proceder às melhorias que não custam dinheiro e que se inserem no âmbito comportamental.

Têm-me chegado sinais de que os munícipes estão a sentir, nos serviços da câmara, que estão a ser tratados, mais como clientes e menos como suplicantes.

Sei que vai ser capaz de pôr em prática medidas que atraiam novos investimentos para o concelho, que tragam bem-estar e promovam o emprego.

Sei que, em suma, vai cumprir com o que se espera de um autarca, melhorar a qualidade de vida das populações residentes, proporcionando-lhes o prazer de viver neste concelho, que precisa e merece mais do que o tem.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Eu informo esta Assembleia de que, guiando-me pelo artigo 20º n.º 7, do Regimento, independentemente da ordem por que os senhores deputados municipais se inscreveram, procurarei que dois deputados do mesmo grupo político não usem da palavra sequencialmente.

Tem agora a palavra o senhor deputado Manuel Antunes.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Muito obrigado.

Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, como eu compreendo o desconforto que a maioria deve estar a sentir neste momento. Disse o senhor Presidente da Câmara "nem tudo é tão fácil como parece".

Permita-me com a amizade que temos há muito tempo, de não compreender como é que só agora descobriu isso, é um facto da vida.

A análise contabilística e técnica destes documentos vai ser feita pela senhora deputada Susana Rodrigues, a quem peço senhor Presidente, que

independentemente do que diz o Regimento, considere como sequência desta minha intervenção e portanto que lhe dê a palavra imediatamente a seguir. Eu vou apenas tecer algumas considerações políticas genéricas, como preâmbulo.

“As grandes opções do plano e o orçamento são, para qualquer organização, um instrumento de uma importância fundamental, um verdadeiro guia para a gestão autárquica, ao longo do exercício um indicador precioso para prosseguir estratégias ou para as inflectir noutro sentido com recurso a medidas correctivas atempadas, se isso se justificar. A nível do Estado, concorde-se ou não com as opções tomadas por quem elabora o orçamento, é aí e aí é que se revelam as diferentes sensibilidades do espectro político, o documento merece a maior atenção e discussão na generalidade e na especialidade. Nas autarquias e dentro das devidas proporções, devia passar-se o mesmo, com grande mágoa verifico que na elaboração dos instrumentos previsionais do Município de Leiria nada funciona desta maneira. Fica-se com a sensação de que se começa o filme ao contrário, acumula-se o rol dos investimentos a efectuar no período, somam-se as despesas de funcionamento e outras inevitáveis, depois procura-se que as receitas estiquem até à convergência com a despesa, e o resultado está à vista.”

Senhores deputados, certamente reconheceram que eu estava a citar o senhor deputado António Sequeira, na acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Leiria de 20 de Dezembro de 2007. Cito o senhor deputado porque, acreditem, sempre admirei a qualidade aliás que manifestei muitas vezes à minha bancada, das suas intervenções.

Senhor Presidente, senhores deputados, em 2010 o nosso País continuará sujeito aos efeitos negativos da crise económica e financeira mundial. Cito de novo *“...será possivelmente neste ambiente pouco optimista, que se irá desenvolver o exercício do próximo ano. Cá estamos, com o cenário habitual, em que às despesas de funcionamento e aos custos dos serviços de dívida, se adicionam os investimentos ansiados pelas populações, sem grandes preocupações.”*

Face a estas previsões que infelizmente não andarão longe da realidade, é nossa convicção que as receitas previstas pela Câmara para suportar o plano de 2010 são tão inatingíveis como as dos exercícios anteriores. Atendendo aos custos de financiamento, aos encargos e às responsabilidades assumidas, às despesas com pessoal, a encargos fixos, serviço da dívida, etc., uma redução expectável da receita

deixa efectivamente uma margem de manobra muito estreita para que se possam esperar muitos dos investimentos anunciados.

Disse o senhor Presidente da Câmara "*este não é o nosso orçamento*", não senhor Presidente da Câmara, este provavelmente é o orçamento que o executivo anterior teria proposto nesta altura. De todo o modo, ou o considera bom ou o considera mau, se o considera bom copiou-o, se o considera mau não o deveria ter copiado.

Cito, senhor Presidente da Câmara, na nota introdutória do documento instrumentos previsionais 2010/2013, neste momento em discussão, que entre outras gafes refere a data de 27 de Outubro às eleições autárquicas que se realizaram a 11, cito "*...desta evidência e considerando os compromissos assumidos e a obrigatoriedade legal de apresentação dos presentes documentos, a solução técnica passa por inventar...*". A palavra é sua, nunca que eu me recorde, foi utilizada anteriormente, "por inventar" receitas que garantam o princípio fundamental da igualdade entre receitas e despesas, e acrescenta "*ao apresentarmos estes documentos na forma proposta, que fique bem ciente que só o fazemos por imposição da lei...*".

Mas então, esta mesma justificação não se aplicava também ao anterior executivo? Porque foram tão críticos anteriormente e agora seguem exactamente o mesmo caminho? Que há de novo neste orçamento e nestas opções do plano? Talvez os do PSD não fossem assim tão maus, talvez valha apenas copiá-los como referi.

Mas no documento das opções do plano a marcar um início de mandato, de que apesar de tudo, permita-me a ironia, gostei da cor vermelha da capa, podia esperar-se pelo menos que sufragasse o programa eleitoral do PS, que estabelecesse as diferenças que diziam ter-se do nosso programa, e que provavelmente lhes deram os votos que a nós não nos vieram ter, mas nem isso. Por outro lado, pergunto como pode fazer um plano sem ouvir as Juntas de Freguesia?

A introdução deste documento é uma mera análise política e o orçamento demonstra falta de rigor, é um orçamento apressado. Sabemos que o tempo era curto mas podia ter sido apresentado mais tarde, a lei permitia-lho, podia ter sido apresentado na próxima reunião de Fevereiro, especialmente depois da ênfase que o senhor Presidente tinha posto na auditoria às contas da Câmara, como pôde elaborar um orçamento sem esperar pelo relatório final? Ou o senhor Presidente já sabe que a auditoria vai demonstrar que tudo estava de acordo com a lei e portanto não valia a

pena esperar pelas conclusões? Penso que esta, provavelmente, é a resposta óbvia. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor deputado Manuel Antunes fez-me um pedido ao qual eu não posso deixar de ser sensível, isso leva-me a fazer uma pergunta aos deputados Pedro Faria e Carlos Conceição. Em primeiro lugar porque a senhora deputada Susana Rodrigues se inscreveu depois deles, se não se importam que ela use da palavra antes da vez deles, e em segundo lugar o senhor deputado Domingos Carvalho, que apesar de ter sido inscrito mais tarde, intercalaria agora as intervenções do PSD. Se não suscita nenhuma objecção, dou a palavra à senhora deputada Susana Rodrigues

DEPUTADA SUSANA RODRIGUES (PSD)

Boa noite a todos.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, excelentíssimos vereadores, excelentíssimos membros da Assembleia Municipal, demais membros da Mesa, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores.

Antes de mais, e apesar de já ter sido referido, desejo a todos votos de boas festas.

Relativamente à proposta do orçamento municipal de 2010, gostaria de tecer alguns comentários e colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara e restante executivo, no sentido de solicitar alguns esclarecimentos.

Relativamente às receitas correntes e à rubrica “Venda de Bens e Serviços Correntes”, verifica-se um aumento de receitas relativamente ao ano transacto, de 13%. Seria importante, que se elucidasse à luz do plano estratégico que vossas excelências deverão ter, quais a ou as vendas de bens e serviços correntes que têm previsto em concreto para o cabimento desta rubrica. Ainda dentro da rubrica geral de receitas correntes, seria igualmente importante que se identificasse o que consubstancia outras receitas correntes que têm um valor de oitocentos e cinquenta e seis mil euros. O que são estas receitas, qual a sua origem, e como se prevêem realizar.

As receitas previstas de impostos directos, apresentam em termos previsionais um decréscimo, e bem, dada a conjuntura económica que se vive, de cerca de 5%.

Contudo, dados muito recentes do jornal Expresso, datados de 24 de Dezembro de 2009, apontam para uma queda da receita fiscal do País de 14%. Isto significa, e por isso aqui uma chamada de atenção, uma reflexão, que as receitas geradas por esta rubrica poderão ficar aquém do previsto, segundo estes dados, ou seja, com 9% menos.

Em receitas de capital e no que concerna “Vendas de bens de investimentos” há um acréscimo de 49% desta rubrica relativamente ao valor previsto em 2009, ou seja, passa-se de vinte e seis milhões setecentos e setenta e dois mil euros para trinta e nove milhões e novecentos e onze mil euros. É um acréscimo significativo!

Seria importante saber, o que consubstancia este encaixe de receitas e se passar eventualmente pela venda de uma parte do Estádio Municipal ou a sua totalidade, quais os potenciais investidores em causa, e qual o posicionamento da Câmara de Leiria e da Leirisport no negócio.

Ainda dentro da grande rubrica de receitas de capital, gostaria que se concretizasse o que se tem previsto para a rubrica “Outras Receitas de Capital” cujo valor é de um milhão e cento e quarenta mil euros, que explicitamente fosse dito o que se espera realizar.

Quanto às despesas com o Pessoal, verifica-se um aumento de 6% desta despesa relativamente ao ano transacto, contabilizando dezassete milhões trezentos e noventa e três mil euros. Seria importante, saber-se quanto deste valor está afecto à contratação de novos colaboradores e quantos serão efectivamente em número, porque tal como foi dito pelo senhor Presidente, referenciando aquilo que comentou à comunicação social, uma das prioridades da Câmara seria reduzir e controlar as despesas com pessoal. Portanto, resta saber se é uma contratação, se sim de quanto, ou se tem a ver por exemplo com progressões normais na carreira dos colaboradores.

A rubrica “Transferências Correntes” apresenta uma redução de 10% face ao previsto no ano anterior. Seria importante compreender, se o executivo camarário analisou a repercussão do impacto do corte destas verbas no desenvolvimento das actividades/obras das Juntas de Freguesia, e se sim, se analisou, se tem mecanismos de apoio compensatórios às mesmas. De realçar que as Juntas de Freguesia são um órgão autárquico de proximidade privilegiada com a população no Concelho, resolvendo quotidianamente muitos pequenos problemas dos cidadãos.

Sei senhor Presidente, que a sua bandeira é mudar, mas para mudar é preciso ouvir, é preciso saber ouvir, e para mudar é preciso ouvir as Juntas de Freguesia.

No que concerne à rubrica "Aquisição de Bens de Capital", verificou-se que esta sofre um aumento de 26%, que é um aumento muito significativo relativamente ao ano anterior, cifrando-se em valor em trinta e cinco milhões setecentos e quarenta e três mil euros. Seria importante compreender, que aquisições de bens de capital se perspectivam para esta rubrica, seria igualmente importante saber objectivamente quais os investimentos estruturantes que se vão levar a cabo, e desses, qual o seu valor e a percentagem que será financiada pelo QREN. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ

Muito obrigado senhora deputada.

Tem a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

A preparação da sessão de análise do orçamento é habitualmente um acto que leva a que os partidos políticos gastem uma parte significativa do seu tempo. No nosso partido, é reconhecido, as pretéritas assembleias saudaram algumas intervenções por exemplo, do deputado do CDS Francisco Francisco, em que era criticada a forma como era apresentado o orçamento pelo executivo presidido pela Dr.^a Isabel Damasceno. Foram variadíssimos os dias que nós passámos a analisar o orçamento no passado, eu, aqui tenho que começar por agradecer ao senhor Presidente de Câmara ter-me facilitado o trabalho em relação a este orçamento. Ao quinto parágrafo do preâmbulo, da nota introdutória, parou o meu trabalho. Deixámos de estar perante uma proposta séria para esta Assembleia, aliás, não sou eu que o digo, está aqui dito que a solução técnica passa por inventar, a partir daí, cada um inventa em função do seu espírito. Mas há uma coisa que eu não posso deixar de dizer a esta Assembleia, eu poderia classificar esta invenção como um orçamento castro-socrático, uma vitimização, uma coisa complicada, uma desgraça, uma herança, vá lá não se fala aqui na crise internacional, é a única diferença que eu lhe vejo, aqui não se refere a crise internacional. Agora há uma coisa que eu quero dizer aos meus amigos aqui, e ao senhor Presidente de Câmara em primeiro lugar.

Nós, há três meses atrás, ainda não há três meses, tivemos um pleito eleitoral, um acto eleitoral em que fizemos propostas aos nossos concidadãos, um acto eleitoral no qual uma das forças em presença propugnava a mudança, e eu aqui aquilo que posso saudar é a mudança na continuidade. Não há outra coisa aqui, porque se alguma dúvida houvesse sobre isso, nós lemos que *"da responsabilidade do novo executivo foi inserida uma verba para a comparticipação em medicamentos das pessoas carenciadas que se concretizará com a aprovação do regulamento apropriado..."*, o que quer dizer se alguma dúvida existisse que tudo o resto já vinha de trás. Não sou eu que o digo uma vez mais, é este pequeno preâmbulo. E quando isto se justifica com uma falsidade técnica, que é dizer que *"ao apresentarmos estes documentos na forma proposta que fique bem ciente que só o fazemos por imposição da lei"*, não é verdade, e o Dr. Raul de Castro sabe-o tão bem quanto eu. A Lei n.º 169/99, que eu próprio referi aqui há pouco que era importante que estivesse à nossa disposição, permite em sequência a ano eleitoral, que seja apresentado no ano seguinte até Abril. Está na lei!

Portanto, não há aqui necessidade nenhuma de fazer um esforço de adaptação a um fato que pelos vistos não lhe serve senhor Presidente. E se o fato não lhe serve é sua obrigação arranjar um alfaiate novo, porque há uma coisa que eu tenho que render uma homenagem, é que ao contrário das outras pessoas na política deste País, a Dr.ª Isabel Damasceno não fugiu, está aqui, candidatou-se. Houve pessoas neste País que fizeram orçamentos, fizeram propostas e "bazaram" (desculpem a expressão mas acho que já faz parte do nosso léxico). A verdade é que neste caso a Dr.ª Isabel Damasceno, honra lhe seja feito, ficou, tinha um orçamento para apresentar, era ficção, como sempre foi, nunca tive dúvidas sobre isso, mas a verdade é que, foi com base num paradigma diferente que o senhor Presidente ganhou as eleições. Foi com um claro comprometimento com a nossa população, de que, aquela forma de actuar iria acabar, e se alguma dúvida houvesse, e para mim era muito importante ter ouvido o que disse aqui o nosso colega António Sequeira, qualquer dúvida ficou dissipada. E é por isso que eu fico numa situação em que, era no mínimo exigível, que fosse explicado às pessoas e aí isto já parecia não uma novela mas um romance, que fosse explicado qual é a parte que é invenção, porque aí eu já entendia, eu já podia trabalhar se aqui fosse disto que isto é aquilo que nós entendemos como real e a partir daqui vamos inventar, e nós podíamos trabalhar

sobre esse pressuposto. Na verdade todos sabemos e perdoe que lhe diga senhor Presidente, isto numa empresa não podia acontecer, porque lamentavelmente, a senhora deputada perdoe que o diga, os deputados da nossa nação preocupam-se com coisas extremamente importantes mas não em fazer leis que cumpram com as necessidades deste País, nomeadamente ao nível daquilo que é óbvio. Aquilo que acontece numa empresa, se o senhor Presidente tiver uma empresa e fizer o orçamento para o ano seguinte, tem duas opções, ou realiza receitas para funcionar ou recorre à banca. Não tem outra opção. E aquilo que eu lhe pergunto é, está previsto o recurso à banca? Em que montantes? Isso não devia ser dito nesta introdução? Acho que devia! É que aqui estas questões têm que ficar muito claras para que todos nós nos entendamos.

Eu não apoiei a candidatura da Dr.^a Isabel Damasceno, esta forma de fazer orçamentos obviamente não era a minha forma de fazer orçamentos, e também o disse aqui várias vezes. Fico atónito com o facto de termos mais do mesmo. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Pedro Faria.

DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)

Boa noite, Pedro Faria, PSD.

Durante anos o Partido Socialista local matraqueou insistentemente a questão dos orçamentos supostamente empolados. Dezenas de vezes repisaram este tema, apontando acusadoramente o dedo para o enorme diferencial que sempre acabava por existir entre o orçamentado e o efectivamente realizado. Pelo menos outras tantas dezenas de vezes vários elementos do PSD, desde a Presidente de Câmara aos deputados, explicaram que tal se devia exclusivamente a imperativo das regras do POCAL, a que estão obrigadas as câmaras ao candidatarem-se a fundos do QREN, a terem que contemplar nos seus orçamentos a inerente despesa na sua totalidade mesmo que a obra se prolongue por mais de um ano e naturalmente contemplar a correspondente verba no lado das receitas.

Era pois evidente, havendo obras ou actividades que se prolonguem por mais de que um ano, ou se as receitas do QREN se atrasarem, forçosamente haverá inevitáveis

desvios entre o orçamentado e o realizável, situação que se tem vindo sistematicamente a verificar devido aos atrasos absolutamente escandalosos do QREN e reveladores da incompetência do Governo central nesta matéria.

Confesso, que por várias vezes me interroguei se por absurdo um dia o Partido Socialista ganhasse as eleições autárquicas em Leiria, como iriam estes cavalheiros descalçar esta bota do orçamento? O impossível aconteceu, o Partido Socialista ganhou mesmo as eleições em Leiria, e era pois expectável que viessem dar corpo ao que tão afincadamente sempre defenderam.

Permitam-me a título de exemplo, mais uma vez, referir que o excerto da intervenção escrita do senhor deputado António Sequeira, porta-voz oficioso da bancada socialista para estas matérias, e que reflecte aquilo que ainda há bocadinho aqui disse, cito, *"...empolarem-se sistematicamente os planos de actividades sabendo-se de antemão que o grau de probabilidade de consumação das receitas necessárias é praticamente nulo, e que o resultado é cavar-se um abismo com desvios chocantes, é uma atitude que me parece masoquista, inaceitável, e que não entenda quem aproveita..."* (continuo a citar) *"...algum de entre os senhores deputados que têm contribuído para a aprovação dos planos de actividades e respectivos orçamentos, vários muito habilitados academicamente e com provas dadas em termos de gestão profissional, poderia aqui, agora, ou noutra altura, ajudar-me a perceber aquilo que ainda não entendi?..."* (fim de citação).

Não entendiam mas agora que têm a responsabilidade de apresentar um orçamento e são donos e senhores de o fazerem como muito melhor entenderem, de repente, num passo de mágica, passaram a entender tudo, aprovando e defendendo até um orçamento superior em despesa ao do ano anterior em cerca de dez milhões de euros.

Meus senhores, sejamos sérios, em política não pode valer tudo, ou o Partido Socialista teve sempre consciência de que era este o formato correcto e andaram pois, deliberadamente, a enganar a população de Leiria e isso não tem perdão, ou na realidade só agora perceberam e devem pedir perdão à anterior Presidente de Câmara, aos deputados do PSD, e sobretudo aos eleitores deste Concelho por os terem induzido neste engano grosseiro.

Termino, referindo que, apesar deste orçamento até corresponder à lógica não percebendo pois onde está a tão publicitada mudança, não posso contudo deixar de

votar negativamente o orçamento que emana de uma Câmara cujo Presidente, pasme-se, afirma e escreve que são inventadas as receitas do seu próprio orçamento.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputada Isabel Afonso.

DEPUTADA MARIA ISABEL AFONSO (Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes)

Muito boa noite a todos.

Cumprimento a todos de forma igual, saúdo e reitero o desejo de boas festas e um bom ano.

Sou Isabel Afonso, sou Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes, não estou aqui para tecer qualquer crítica, estou apenas para falar de um assunto muito preocupante para a nossa Freguesia, para os nossos fregueses, e aproveito para o fazer exactamente porque o executivo é um novo executivo e, poderá não ter ainda tido tempo de ver um conjunto de documentos referentes a uma obra emblemática, quer para Marrazes quer para o concelho, e muito para Leiria.

Refiro-me ao projecto da Casa da Música, Auditório, Museu-Escolar de Marrazes. Este projecto nasceu há doze anos, nasceu e todos os executivos que passaram pela Junta de Freguesia o têm vindo a acarinhar juntamente com a Câmara Municipal, tenho a certeza que este executivo também o irá acarinhar.

É um projecto que começa exactamente com o Museu-Escolar, o Museu-Escolar de Marrazes tem um acervo enorme, está numas instalações da Junta em péssimas condições, é já um museu de reconhecimento internacional, é reconhecido e está também na rede nacional de museus, e, a Filarmónica de Marrazes é uma filarmónica centenária, com uma escola de música, muitos alunos, e quer um quer outro não têm condições para albergar aquilo que têm.

Isto interessa sobretudo aos amantes da cultura, àqueles que querem ver as instituições dignificadas, interessa aos marrazenses, interessa à população de Leiria e a todo o Concelho de Leiria. Então, sabendo das dificuldades que neste momento a Câmara atravessa como atravessou no passado, mas acreditando também que este projecto que já moveu muito dinheiro, que foi responsável por apresentações públicas na Câmara Municipal (a última em Dezembro de 2000) que tem aprovação

do QREN e que aparece como cedido à Câmara Municipal de Leiria exactamente para poder concorrer ao QREN, este projecto foi de facto, nesta condição de cedido à Câmara Municipal de Leiria, levado à reunião do dia 25 de Junho de 2008, isto com o anterior executivo da Junta de Freguesia que se debateu por ele como todos os outros executivos, e, um dos pontos da ordem de trabalhos era “Cedência do Direito de Superfície do terreno com 5.000 m², sito no Outeirinho, à Câmara Municipal de Leiria para formalização adequada do processo, para construção do projecto Museu-Escolar, Filarmónica de São Tiago e Auditório, Cedência do projecto arquitectónico e especialidades do projecto Museu-Escolar, Filarmónica de São Tiago e Auditório à Câmara Municipal de Leiria”.

Este projecto é um projecto com história, tem muitos dossiês e muitas páginas, e eu peço aos presentes, ao executivo presente, face às dificuldades sentidas e encontradas, já que depois deste projecto do ano de 2002, depois dele terem nascido outros projectos noutros locais que certamente o executivo anterior achou mais interessante que este, mas sabendo eu também que o executivo anterior também o acarinhava à sua maneira, eu agradeço que este projecto não seja esquecido pelo grande impacto e pela grande importância que tem para toda a população. Obrigada e desculpem.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Senhora deputada Clarisse Louro.

DEPUTADA MARIA CLARISSE LOURO (PSD)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, senhores jornalistas, senhores Presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores!

Permita-me senhor Presidente que o cumprimente, que cumprimente o senhor Presidente da Câmara desejando-lhe as maiores felicidades e permita-me também que cumprimente a vereadora Dr.^a Isabel Damasceno por aquilo que fez pelo Concelho de Leiria, pelo que continuará a fazer, uma mulher de uma vontade férrea e uma grande humanista.

A proposta de orçamento colocada à nossa apreciação, deixa-me a mim, que não sou muito dada a estas coisas de números e de factos e indicadores económicos, dada a

minha formação académica e profissional, mas atenta aos indicadores de desenvolvimento económico e social, alguma perplexidade e muita preocupação. Perplexidade, porque, como se pode ler logo na introdução, estes documentos apenas são apresentados porque a lei o impõe, e não, porque traduzam as opções políticas e de gestão da coisa pública do novo executivo, eleito na base de um programa que os cidadãos sufragaram, e, naturalmente esperam ver levado à prática. Perplexidade, porque se refere expressamente que a solução técnica passa pela invenção de receitas, um artifício para apresentar um equilíbrio orçamental entre despesas e receitas. Perplexidade, finalmente, porque podendo e querendo interpretar estas confissões como uma manifestação de seriedade e de desmistificação política, não consigo deixar de entender tudo isto como um faz-de-conta. Um faz-de-conta assumido, em que somos convidados a continuar a fazer de conta, e muita preocupação porque acho que tudo se resolve enfrentando os problemas com coragem, seriedade e rigor, e não fazendo de conta que os enfrentamos para que tudo fique na mesma. Preocupação, porque as receitas realmente esperadas não chegam a cobrir metade das despesas. Preocupação, porque ao contrário do que é referido, a solução técnica nestas circunstâncias não é inventar receitas mas financiar esse défice através do agravamento do endividamento. Preocupação, porque a este executivo como refere, resta-lhe a esperança de conseguir e passo a citar, *“concretizar algumas operações de engenharia financeira, que permitam o encaixe de novas receitas, para que se minimize esta triste realidade...”*. Preocupação, finalmente, porque nessa esperança não consigo ver mais que o anseio, por um qualquer milagre ou então um passo de mágica próprio, de um mundo encantado do faz-de-conta. Com tanta preocupação e perplexidade, apenas posso, e devemos naturalmente, votar contra a aprovação desta proposta de orçamento. Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado Vitorino Vieira Pereira.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Boa noite a todos.

Vitorino Pereira, Bloco de Esquerda

O actual executivo parece, a nível orçamental, não se distanciar minimamente dos orçamentos apresentados pelo anterior. Compreendemos o susto que apanharam, e nós também, ao verificarem o buraco orçamental de quase sessenta e cinco milhões de euros. É compreensível a vossa preocupação e a nossa inquietação. São a demonstração inequívoca do despesismo irrealista, irresponsável dos anteriores executivos do PSD, da sua péssima administração, que nos arrastará possivelmente para mais de uma dezena de anos de penúria. É pois, uma preocupação que não podemos deixar de ter e de lamentar.

Sempre o Bloco e outras forças da oposição, chamaram a atenção da Assembleia para os orçamentos especulativos apresentados pelo executivo do PSD, com intencional empolamento das receitas, sem a mínima possibilidade de serem realizadas, e que foram sempre colocadas para disfarçar a impossibilidade de o executivo realizar qualquer investimento importante em áreas como a Cultura, Ambiente, Centro Histórico, etc.

Tratava-se, dizíamos, de uma descarada mentira e a prática veio a demonstrar sem qualquer sombra de dúvida, e que escondia o buraco enorme que aquele executivo "ia" alimentando, embora exteriorizasse o contrário, e pelos vistos, ao que se houve, ainda existe o risco de ser maior. Só que, não conseguimos perceber, ou melhor, não podemos aceitar a solução que nos é apresentada pelo actual executivo. Se tiveram a frontalidade de nos mostrar a péssima situação económica da nossa Câmara, não nos parece que a solução apresentada seja a melhor ou a mais coerente com as vossas propostas eleitorais. Não iremos aqui invocar a diminuição de verbas em sectores tão importantes como o Departamento de Desenvolvimento Económico, Espaços Verdes e Ambiente. A verdade é que, até por uma questão de transparência política, o executivo tinha obrigação de nos entregar um orçamento diferente, e não um orçamento igual ao dos anteriores executivos, com um empolamento enorme das receitas, com as consequências que todos conhecemos e que se torna desnecessária a sua enunciação.

Tinham a obrigação de nos apresentar um orçamento, com a indicação das despesas que iriam reduzir, ou negociar o seu prazo de pagamento, com as receitas que de facto acreditavam ter, com as soluções que entendessem mais correctas para o aumento da receita ou seja para a diminuição das despesas, isso sim, seria

apresentar um orçamento sério e conducente com os vossos princípios. Mas, optaram pelo caminho talvez mais fácil mas incorrecto.

Face ao exposto, o Bloco de Esquerda irá votar contra a proposta de orçamento e Opções do Plano.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Conceição.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Carlos Conceição, PSD.

Não conhecia o senhor António Sequeira, apesar de, por ele ter uma enorme admiração pelo que li, pelo que pesquisei, e quero aqui saudá-lo, nomeadamente à sua coerência intelectual e à sua honestidade de que hoje aqui, mais uma vez, fez prova.

Percebo contudo, que os argumentos que aqui aduziu para votar sim este orçamento, foram precisamente os mesmos, que tem aduzido ao longo dos anos para votar não. E confesso que agora a sua coerência me perturbou e tenho alguma dificuldade em perceber se os mesmos motivos que o levaram a votar não sistematicamente, agora evocados para votar sim, me deixam confuso. Mas reconheço-lhe e dou-lhe mérito, à sua competência técnica e à sua honestidade intelectual.

Também senhor Presidente, não tenho dúvidas que é um homem sério, nem tenho dúvidas que a sua equipa tem provas dadas, é capaz e competente, há uma que eu conheço e por ela tenho um carinho enorme e daqui se me permitem esta "besuntisse" passo a expressão, aqui o demonstro.

E curiosamente o senhor Presidente foi o primeiro, quer em entrevistas públicas, a falar da situação da Câmara. Eu não vi uma auditoria, o senhor prometeu uma auditoria à Câmara Municipal e à Leirisport, eu gostava de ter visto, porque de facto há muita coisa que nós temos nas entrevistas e nós temos sabido tantas coisas pelas entrevistas, ainda bem, é bom sinal, é sinal que o senhor Presidente tem manifestado uma grande abertura para falar com os senhores jornalistas e é muito bom, é muito positiva esta grande abertura para falarmos com os senhores jornalistas porque eles ajudam a fazer opinião.

Mas claramente senhor Presidente não chega, porque o senhor Presidente é o primeiro a transformar uma peça fundamental, um instrumento estratégico da Câmara, que é o orçamento, esta peça contabilística fundamental numa peça de teatro, ainda por cima de má ficção, porque vossa excelência diz que inventar é uma solução técnica, eu não sabia. Vamos inventar uma solução técnica para o túnel dos Pousos, aí é uma solução técnica, por falar em Pousos eu resido nos Pousos e trabalho em Marrazes, e como eu adoro ser dos dois numa noite como esta, onde discuti uma moção e votei favoravelmente peço perdão ao senhor Presidente, obrigado pela sua latitude, e escutei a senhora Presidente da Junta falar de Marrazes, fantástico. Mas senhor Presidente, dizia eu que, fico feliz pela vossa honestidade, mas gostava de ter visto as auditorias, quer à Câmara quer à Leirisport, porque eu para construir um edifício eu tenho que olhar para o alicerce, e parece-me a mim e o senhor Presidente sabe isso muito bem, era fundamental construirmos uma base sólida, porque não se sabe bem, há x de dívida mas é tudo exigível no curto prazo? Se calhar não! Todos nós sabemos, quando compramos uma casa a vinte ou trinta anos e fazemos o empréstimo que vamos pagando dívida, se calhar faz sentido. As coisas estão más, seguramente que sim, já estavam antes, mas valia a pena se calhar introduzirmos aqui alguma transparência que eu sei que o senhor Presidente tem, não tenho dúvida nenhuma, mas pergunto-me, se hoje desse as entrevistas aos jornais fazia da mesma maneira? Dava as mesmas respostas? Se sim eu fico preocupado, é sinal que a sua primeira nota de honestidade quando disse que não tinha outra alternativa para fazer o orçamento, então se calhar são lágrimas de crocodilo (não lhe quero chamar crocodilo bem entendido) mas compreende-me, e compreende também este meu humor, é da hora senhor Presidente, eu a partir de certa hora começo a ter sentimentos de tonteira.

Mas senhor Presidente, temos estado aqui a escutar, quer eu quer o senhor deputado António Sequeira, quer o senhor Presidente na sua observação inicial, a dizer que não havia outra alternativa, é o orçamento que temos e não há outra alternativa. Oh senhor Presidente não é verdade! Deixe-me citar uma pessoa que, embora conhecendo mal também muito respeito, diz assim "*...mais uma vez o comportamento da maioria se pautou pela incapacidade, de concretizar aquilo que apregoa, a falta de coragem para assumir a ruptura com os métodos tradicionais tem sido evidente, uma proposta onde a verdade fosse condição dominante, com*

elaboração de um orçamento de base zero, várias vezes proposto à maioria, permitiria uma gestão de rigor e evitaria o agudizar de uma situação cada vez mais preocupante...". Estas palavras foram escritas no dia 21/04/2008, por uma pessoa que não conhecendo bem admiro e que se chama Raul Castro.

Pergunto eu senhor Presidente, porque é que o senhor Presidente quando estava na oposição tinha uma receita fantástica e de repente se esqueceu dela? Bom, seguramente há um bom motivo, e não vamos dizer que este orçamento não é "meu". O senhor Presidente escreveu "este orçamento não é meu". Oh senhor Presidente então é de quem? Bom, meu não é seguramente, é do PSD? Não é não! O PSD já foi julgado e bem pelo sufrágio, porque eu ouvi o senhor Presidente falar nas entrevistas de tudo aquilo mau que herdou, mas ainda não ouvi nada de bom que tenha herdado, e quando nós chegamos aos sítios, bom, é uma característica das pessoas responsáveis (como o senhor Presidente), herdar o bom e o menos bom. É a vida, essa tonta que nem sempre é justa se me permitem a expressão. Pois é!

Mas havia maneira, o senhor Presidente identificou-a, o senhor Presidente tem gestores na sua equipa, e bons, então senhor Presidente, onde é que está a forma diferente de fazer aquela mudança que o senhor prometeu aos leirienses e que eles ainda não viram? Temos o orçamento possível, mas não é igual ao dos anteriores do PSD, é muito pior, mas o senhor Presidente é que disse que havia uma alternativa para fazer, ela existe, não nos queira dizer que não existe, ela existe e o senhor Presidente tinha-a identificada, de repente eclipsou-se. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Eu fiel ao princípio que anunciei no início, gostaria de informar o PSD que já usou vinte e um minutos de tempo de intervenção o que é largamente mais do que o usual num ponto antes da ordem de trabalhos. Não quis interromper o senhor deputado nem interromperei nenhum senhor deputado, mas fica o alerta para que possamos ter contenção. Onde é que está isso escrito? Senhor deputado está no Regimento da Assembleia Municipal, e como no período de antes da ordem do dia o tempo máximo disponível é uma hora, dividido proporcionalmente pelos grupos, nos pontos da ordem do dia seria absolutamente inaceitável e o Regimento não nos leva a conclusão diferente, de que possa qualquer ponto da ordem do dia ser mais prolongado do que o período de antes da ordem do dia.

É uma interpelação à Mesa senhor deputado? Faça favor.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

É uma interpelação à Mesa para dizer que em nenhuma parte do Regimento nem no apêndice que marca os tempos, que diz x minutos por cada sessenta minutos de discussão, não há nada no Regimento nem nunca ouvi falar que qualquer ponto da ordem do dia tenha um tempo limite. Se for preciso cinco dias para discutirmos o orçamento, a nossa bancada estará aqui os cinco dias para continuar a discussão do orçamento. Eu penso que é ilegítima a tentativa do senhor Presidente da Assembleia, de limitar aos deputados o tempo que têm direito para discutir, pode limitá-lo no tempo relativo em relação aos outros, dar mais aos outros se eles o quiserem utilizar, mas se eles o não quiserem utilizar não pode limitar o nosso tempo. Isto não foi nunca, que eu saiba, nem nos quatro anos anteriores nem em anos anteriores, utilizada essa estratégia. E espero que no dealbar destes quatro anos nós não estejamos a assistir a uma presidência da Assembleia Municipal caracterizada pela musculatura.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados, senhor deputado Manuel Antunes!

Diz o n.º 2 do artigo 20.º do regimento, que trata do uso da palavra, o seguinte:

"Para intervir nos debates da ordem do dia é concedida a palavra a cada membro que para tal se inscreva no máximo por duas vezes, sobre cada assunto agendado.

Os pontos de intervenção em cada ordem do dia pelos grupos municipais é gerido pelos mesmos, em função do tempo que lhes for disponibilizado, tendo em consideração a sua representatividade proporcional no órgão, conforme anexo ao presente Regimento e que dele faz parte integrante."

Tendo o Presidente da Assembleia Municipal consciência de que nenhum anexo faz parte deste Regimento, anunciou no início desta sessão que não iria ser, nem fui, fui apenas delicado, taxativo nem autoritário, fui apenas delicado. Usei de delicadeza para chamar a atenção para o tempo que um determinado grupo político já tinha utilizado, acrescentei que não interrompi o uso da palavra a ninguém, o senhor deputado far-me-á o favor de reconhecer que foi verdade, o senhor deputado reconhecerá também que afirmei que não iria impedir ninguém de usar da palavra. Fiel ao que anunciei no início desta sessão, o que apelei é que tivéssemos alguma

contenção, e também não anunciei e portanto não me podem ser atribuídas nem afirmações nem intenções que eu não enunciei, que eu iria fazer uso deste artigo dizendo, em cada ponto da ordem do dia, será x para este partido, x para aquele, como o n.º 2 do artigo 20º parece permitir ao Presidente da Assembleia. Não o fiz, não tenciono fazê-lo, e portanto, limitei-me a, delicadamente, em nome de uma disciplina dos trabalhos, chamar a atenção para o prolongamento que uma sessão desta natureza pode ter. Mas não farei mais do que isso. Portanto, parece-me manifestamente desproporcionada a interpelação que é feita quando o Presidente da Assembleia se limitou delicadamente a chamar a atenção para um facto.

Já que se apelou à memória, eu gostaria de dizer que já houve mandatos nesta Assembleia Municipal, presididos por alguém do partido que o senhor deputado neste momento representa, onde a utilização dos tempos era absolutamente taxativa.

O senhor deputado António Sequeira pede a palavra para? Se é defesa da honra concedo!

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

António Sequeira, Partido Socialista.

Eu acho que agora é a minha vez de citar...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Eu gostaria de dizer que a figura da defesa da honra está prevista no Regimento e que interrompe a ordem que estava a ser seguida. Se não intervier em defesa da honra retirar-lhe-ei a palavra como é meu dever.

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

Eu quando falo de honra falo em má interpretação provavelmente e interpretação abusiva...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Oh senhor deputado, o senhor deputado far-me-á o favor, ou é em defesa da honra ou não é em defesa da honra..

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

É em defesa da honra sim senhor. Quando um senhor deputado, que aliás foi simpatiquíssimo com a minha pessoa, o senhor deputado Carlos Conceição, e nem o senhor calcula quanto me gabou, porque ainda me gabou mais do que aquilo que

pensa, porque o único defeito que me pôs e daí uma razão importante de eu vir aqui, foi que já sabia o que é que eu ia votar. Eu gostava de saber o que é que na minha intervenção lhe fez crer o que é que eu ia votar. E mais, a minha vinda aqui ainda é para salvaguardar uma coisa, é que alguém não pensasse que foi por causa da sua intervenção, que eu mudava o meu sentido de voto, e quero-lhe dizer que não há muita gente aqui dentro, mas há três ou quatro pessoas que sabem qual é o meu sentido de voto, desde hoje à tarde que lhes foi comunicado. É só isso que eu queria dizer.

Em relação a citações, aquilo que me parece que terá...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, isso não é defesa da honra, é direito de resposta...

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

Em relação àquilo que eu vim aqui dizer e parece-me que incomodou realmente bastante gente, foi o facto de eu ter vindo aqui assumir rigorosamente as mesmas coisas que andei a dizer ao longo dos anos em que intervim, isso é que me parece que incomodou muita gente. Senhor deputado Pedro Faria, somos amigos há muitos anos, fomos colegas vereadores, sabe bem que somos amigos, mas o senhor outro dia mostrou aqui, e está aqui em acta, que tem uma capacidade que eu não tenho. Quando foi da discussão do IRS, o senhor veio aqui dizer que tinha vários casacos e vários chapéus e que se estivesse na AIP vestia outro. Eu só tenho um, sou muito mais pobre que o senhor, só tenho um casaco, e como só tenho um casaco efectivamente eu tenho que vir dizer hoje, ontem, amanhã e sempre, e para o próximo mês de Dezembro ao senhor Presidente da Câmara, aquilo que lhe disse hoje em relação ao próximo orçamento se ele for igual a este. O senhor Presidente da Câmara só foi infeliz no termo que utilizou que foi "invenção", mas rigorosamente fez a mesma coisa que se tem feito até aqui, porque o empolamento, o cálculo, a inclusão de receitas que se sabem que não são com certeza conseguidas, eu nunca utilizei "inventado", vamos arranjar outro adjectivo qualquer, mas no fundo é uma invenção estar a atribuir receitas a vendas, inclusivamente de terrenos de bens que não existem. Portanto aí, talvez tenha havido alguma invenção.

Vou ser rápido senhor Presidente.

Em relação às soluções para obviar estes problemas, eu também as dei aqui, aliás é aquilo que faz o nosso Governo, o nosso Governo quer fazer obras que acha que são estruturantes, não tem dinheiro, endivida-se. É aquilo que eu proponho aqui em relação à Câmara, e aliás a Câmara de Leiria tem uma grande vantagem...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Oh senhor deputado vai desculpar-me mas é uma segunda intervenção e há muitas pessoas inscritas!

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

Vou terminar já senhor Presidente. A Câmara de Leiria ainda por cima tem uma vantagem, em relação ao próprio Governo, é que tem uma indulgência muito grande dos bancos coisa que o Estado não tem, em função das empresas que calculam o "rating" do nosso País. Portanto, a Câmara de Leiria consegue dinheiro barato, e essa é uma solução, desde que legal, e mesmo que depois não aceda a ele mas é uma solução absolutamente legal para pôr do lado das receitas, que é o financiamento bancário. Era só isto que eu queria dizer. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Comparando as receitas real e efectivamente realizadas até ao princípio deste mês, e o valor global da receita e da despesa para 2010, teremos que concluir que este orçamento e opções do plano, à semelhança dos anteriores, é irreal e nada credível. Convém não esquecer que estes orçamentos da gestão PSD e PSD/CDS eram criticados e com razão pelo PS, de irrealis e com a receita empolada, deveras empolada. Agora, vem cometer o mesmo erro, apresentando-nos um orçamento em que a solução técnica passa por inventar receitas, como é expressamente dito, que garantem o equilíbrio entre receitas e despesas, conforme se refere na nota introdutória. E é uma grande irrealidade, porque à medida que o tempo passa e passa sem concretização a maior parte das acções e obras que nos são apresentadas, a saída sistemática é sempre a mesma, é empolar ano após ano,

empolar mais um bocadinho o plano, tornando esta sistemática ampliação de carácter fictício e o plano é já a fuga para a frente sem qualquernexo e sem conta e medidas das receitas e com isso das despesas.

Contrariamente ao sobejamente referido pelo PS na sua campanha eleitoral, em que defendia como prioridade o rigor financeiro e o saneamento das contas da autarquia, apresenta-nos agora um orçamento em que aumenta a despesa em mais nove milhões de euros, mais 8% do que a previsão para 2009. Para cobrir esta despesa, claro, têm que ser inventadas receitas, a incongruência entre aquilo que se diz e aquilo que se faz, e aqui bem se pode avocar o velho aforismo “faz aquilo que eu digo não faças aquilo que eu faço”.

Quem acredita na verba da venda de trinta e seis milhões e seiscentos e cinquenta e seis mil euros de terrenos? São sempre os mesmos que nunca se vendem. E os quase três milhões e meio de vendas de habitações para famílias? Aonde? E as rendas de bens do domínio público no valor de quase onze milhões de euros? Assim deste plano, tal como acontecia sob a gestão do PSD, pode resultar uma fonte de injustiças na distribuição de recursos municipais e de inaceitáveis desequilíbrios entre sectores e freguesias, como aliás se verificam, porque o que se apresenta não corresponde à concretização que está muito dependente de factores aleatórios.

Por outro lado, permite não apenas subverter as prioridades definidas e anunciadas, como se cria a ilusão da solução de problemas que sistematicamente se adiam. É um plano que cumpre bem a formalidade de ser o receptáculo de todas as ilusões e de todos os compromissos, mas serve mal para gerir com equilíbrio e justiça o Concelho, dá jeito para grandes títulos de milhões na Imprensa, mas que na verdade e no concreto não se confirmam.

Haveria nestas opções do plano que definir prioridades face às reais receitas do Município, o que consideramos não ter sido feito. Consideramos que as transferências para os SMAS são insuficientes para o investimento necessário à cobertura do saneamento básico e renovação da rede pública de água. Tem-se falado sempre em grandes números de cobertura de saneamento, mas talvez se deva continuar a lembrar que a primeira grande preocupação que vem quando se fala de problemas das Freguesias, é o saneamento. A poluição do rio Lis não se resulte ao afluente ribeira dos Milagres, a poluição ocorre em todo o seu curso.

Foca-se ainda, na nota introdutória, a inserção de uma verba para apoio na comparticipação de medicamentos para pessoas carenciadas. Podem contar com o nosso apoio para tudo o que permita minorar as dificuldades crescentes que afectam um número também crescente de leirienses. Mas convém recordar que estamos a substituir o Estado numa sua obrigação constitucional, que sobre a gestão dos Governos do PS tão injusto tem sido para as autarquias locais, nomeadamente no que aos meios financeiros respeita.

É o primeiro orçamento deste executivo, mas entendemos que começa mal com os mesmos vícios dos anteriores e da responsabilidade do PSD e PS. Vamos, contudo, e face à herança, dar o benefício da dúvida, por isso a nossa abstenção.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Senhor Presidente, senhores deputados, em primeiro lugar quero associar-me às palavras que a senhora Presidente da Junta dos Marrazes, Isabel Afonso, aqui proferiu sobre a questão da obra do Museu-Escolar e da Filarmónica de São Tiago dos Marrazes, permitam-me dizer-vos que enquanto Presidente da Liga dos Amigos dos Museu-Escolar de Marrazes, fiquei sensibilizado pelo facto de ter trazido aqui essa questão, e sugiro que realmente que este elenco camarário se empenhe tanto quanto pelo menos o outro, em levar esta obra para a frente.

Mas em relação ao orçamento, permitam-me dizer-vos que eu não acompanho da maioria das intervenções que aqui foram feitas, a propósito de alguma incapacidade que possa haver da parte do elenco camarário, em fazer um outro orçamento e não aquele que aqui é apresentado. Eu acho que isto foi claramente propositado. Isto foi uma estratégia clara de vitimização do Partido Socialista para chegar aqui, qual cereja em cima do bolo, dizendo que o anterior elenco camarário lhes tinha deixado o caos e não tinham outra hipótese se não fazer um orçamento minimalista, para que pudessem cumprir aquilo que a lei prevê tinham que inventar alguma coisa só para compor as coisas, e de resto não tinham hipótese de fazer mais nada. Isto é a justificação para a vossa incapacidade política de apresentar aqui, perante os

leirienses, a vossa estratégia de mudança que vocês tanto apregoaram nas eleições, e que, foi sufragada pela maioria dos eleitores do Concelho de Leiria. E essa é que é a grande questão de fundo, essa é que é a grande questão de fundo, tudo o resto é tudo conversa para embalar meninos (desculpem-me a expressão), e portanto vocês hoje aqui, demonstraram essa incapacidade política de protagonizar a tal mudança que apresentaram. E isto, é tanto mais notório, porque sabem perfeitamente que o Governo do Partido Socialista atrasou a questão das verbas do QREN, e que portanto isso influi em tudo quanto diz respeito ao cumprimento orçamental que os Municípios em Portugal vêm adoptando. E portanto, também sob este ponto de vista, enfim, é como aqui foi dito, é chorar lágrimas de crocodilo.

Mas o que pode acontecer aqui e já aqui também foi sublinhado, é que vocês que prometeram uma auditoria deviam ter esperado efectivamente pela realização dessa auditoria, para fazer então um orçamento de verdade. Das duas uma, ou a auditoria confirma todas aquelas grandes páginas de jornais que vossas excelências têm ocupado, dizendo que existe o caos financeiro na Câmara de Leiria, ou então não prova nada disso e portanto têm a oportunidade de trabalhar com dados correctos, ou então fariam um orçamento já devidamente sufragado tecnicamente por essa auditoria. Em função disto que aqui temos, porque nós corremos o risco de, no início do próximo ano, os senhores estarem aqui a apresentar um orçamento rectificativo porque a auditoria veio concluir uma coisa diferente, porque as verbas do QREN entretanto trazem a aprovação de uns projectos e não outros, etc., e portanto podemos correr o risco de estarem aqui a ter necessidade de rectificarem aquilo que hoje é aqui apresentado. Até porque, conforme a vossa confissão, tratou-se aqui da apresentação de uma invenção e estamos perante uma peça processual assumidamente inventada.

Mas, a propósito desta questão das invenções e porque tenho o maior respeito por si e pela sua equipa, naturalmente veio aqui dizer que ia apresentar um orçamento de rigor, etc., etc., gostava de saber (as pessoas dizem as coisas nos jornais e depois vamos ver aos documentos e às vezes aquilo que se diz nos jornais não bate certo com os documentos e ficamos sempre na dúvida), quando o senhor diz a um semanário que há aqui uma verba, relativamente aquilo que consta no orçamento e àquilo que consta no orçamento da Leirisport, de onze milhões, em que são sete milhões e meio para transferências, mais um milhão para obras de infra-estruturas,

mais dois milhões por causa das dívidas que a Leirisport contraiu, mas no plano já não são onze milhões, no plano está escrito, são onze milhões trezentos e vinte mil seiscentos e quarenta e seis, no orçamento da Leirisport já não aparece este valor já aparece metade e que já inclui os custos do estádio, ou seja, o tal orçamento de rigor, acredito que seja, mas gostava de perceber algumas divergências que existem. Mas a nota que está realmente aqui subjacente a tudo isto e esta é a minha convicção clara é que isto é uma estratégia de vitimização do Partido Socialista, deste elenco camarário, para demonstrar a sua ineficácia política em apresentar uma proposta clara de concretização das suas promessas eleitorais, e como de promessas está o inferno cheio vamos aguardar para ver como é que as coisas vão correr. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Odete João.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Odete João, Partido Socialista.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores deputados municipais, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores.

Sobre a proposta de orçamento para 2010, há a referir um conjunto de factos que condicionam o actual executivo. E lembro, a situação financeira deixada pelo anterior executivo camarário, nomeadamente no que se refere a despesas efectuadas e a compromissos assumidos, como a dívida do Estádio e o próprio serviço da dívida, cerceadora da acção do actual executivo. Lembro ainda, o relatório da auditoria feita à Câmara Municipal de Leiria pela Inspeção-Geral de Finanças, reportada aos anos 2004/2006, que retrata bem, nas suas conclusões, a situação financeira da autarquia e refere a violação do princípio do equilíbrio orçamental.

Que conste não houve alteração.

O actual executivo vê-se na obrigação de pagar as dívidas que foram feitas pela anterior equipa, vê-se na obrigação de viabilizar compromissos que foram assumidos. Esta é a realidade. Portanto, o caminho não pode ser feito de outra

maneira que não seja encontrar o equilíbrio, difícil, entre as receitas existentes e as despesas assumidas pelo anterior executivo.

Os montantes de previsão orçamental e as baixas taxas de execução bem como a existência de pagamentos, para os quais não havia disponibilidade financeira, tem sido uma constante e isso sempre foi denunciado pela bancada do Partido Socialista. O erro, como eu já ouvi aqui dizer, não está nas regras do POCAL, o erro não está na legislação existente, o erro está, sim, nas despesas e compromissos assumidos que foram sempre feitos acima da receita e foram-no de uma forma sistemática, o erro está no governo do anterior executivo camarário, que sistematicamente assumiu despesas muito acima daquilo que lhe era possível.

Lembro novamente, a forma como o anterior executivo geriu a autarquia, recordando o relatório da Inspeção-Geral de Finanças, ao apontar a falta de fiabilidade da informação contabilística, a omissão de dívida, o aumento do endividamento municipal, bem como, sucessivos e crescentes saldos reais negativos de operações orçamentais, que conste esta situação não foi alterada e continuou a existir, como existia em 2006, uma situação financeira absolutamente caótica.

Será que não estaremos hoje, ainda, pior?

Basta lembrar a dívida de vinte milhões de euros que a autarquia contraiu no programa "Pagar a Tempo e Horas", para fazer face às despesas com serviços e efectuar o pagamento a fornecedores. E este dinheiro, caros concidadãos, não cai do céu, ele tem que ser pago, acrescenta na dívida da autarquia.

E então, perguntar-me-ão, o orçamento apresentado pelo actual executivo em que é que se distingue dos anteriores orçamentos?

De uma forma muito simples, enfrenta o problema, diz claramente que as receitas estão aquém das despesas efectuadas, ou seja, o Partido Socialista assume a verdade, assim como denuncia as práticas de gestão erradas, as opções políticas erradas, que condicionaram e que levaram a uma situação financeira caótica, que só pode ser imputada aos anteriores executivos camarários do Partido Social Democrata, pois foi quem esteve sempre no poder, ao longo das últimas décadas, na Câmara Municipal.

Mas todos sabemos: as dívidas contraídas têm de ser pagas e isso é um encargo excessivo para as disponibilidades existentes. Mas também sabemos, que é urgente credibilizar a gestão autárquica e assumir essas responsabilidades.

A autarquia tem ainda, em tudo o que é definido como essencial para o Concelho, de priorizar os investimentos assumidos nomeadamente as obras no âmbito do QREN que se revelem imprescindíveis. Este é o último quadro de apoio e recorrentemente apontaram-se atrasos nas autorizações para as obras QREN. Ora os dois últimos orçamentos, existiam rubricas que contemplavam especificamente verbas para estas obras e que não estando em curso, pergunto: onde estão as verbas? Não estão! Não estão porque nunca existiram.

Qual é então a diferença?

É que o PS assume claramente a inexistência de verbas neste orçamento, que a receita está aquém daquilo que são as despesas. Tecnicamente diz-se que receita tem de ser igual à despesa. Parece que gostamos de ser enganados? Não, o PS fala verdade, mesmo que isso choque muitos dos presentes, falar verdade é um dos princípios do PS e é por isso que este executivo autárquico assume claramente que as receitas estão aquém das despesas.

Mas é imperioso projectar o desenvolvimento do Concelho e é imperioso aproveitar as oportunidades que o QREN faculta. Por isso, acreditamos que esta gestão autárquica ao falar verdade, ao assumir claramente as suas prioridades, ao ter uma política de rigor e uma gestão que vai privilegiar o saneamento financeiro da autarquia está em tudo a devolver aos leirienses a confiança no futuro e a credibilidade da gestão autárquica.

Votos a todos de um bom ano de 2010.

Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

O senhor deputado Manuel José Carvalho.

DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (PSD)

Boa noite.

Manuel José Carvalho, PSD.

Apesar de já ser uma hora tardia, não deixo de cumprimentar a Mesa, senhor Presidente, senhores deputados, senhores vereadores, um cumprimento muito especial à senhora vereadora Isabel Damasceno, porque deve ser um grande gozo estar aqui a assistir a esta discussão depois de ter sido, durante a campanha,

criticada e os nossos orçamentos terem sido tão criticados, agora terem sido plagiados por um órgão autárquico que prometia mudança. Isso só por si deve dar um grande gozo e valeu a pena honrar-nos com a sua presença, porque não é fácil, uma Câmara que perde, são raros os casos, penso eu, em que o candidato á Câmara perdedor se mantém depois sentado aqui a ouvir a discussão e a participar activamente na discussão e nos desígnios dos Município. E a desejar participar na discussão e na elaboração deste plano, que como nós sabemos, foi manifestado e não foi devidamente aproveitado.

Também um pormenor especial de cumprimento ao senhor deputado António Sequeira, também prezo muito, somos amigos, já nos conhecemos há muito tempo de outras lides anteriores, e realmente pela sua honestidade moral que só quem não o conhece é que podia duvidar disso, mas eu como médico também lhe poderia receitar se quisesse e se assim o entendesse, algo para esse mal dispor que está a provocar esta discussão do plano (brincadeira à parte entenda-se).

Deixando estes preliminares, o que me traz aqui a esta curta intervenção, tem a ver com as Juntas de Freguesia. Depois de ter tido conhecimento e como já é do conhecimento dos senhores Presidentes de Junta, depois da reunião que tiveram com o senhor Presidente da Câmara, foi-lhes comunicado que haveria um corte de 10% nas transferências mensais para as Juntas no ano de 2010. Compreendemos o motivo e realmente a razão de ser dessa medida do senhor Presidente da Câmara e do actual executivo, mas isso não deixa de transparecer três sentimentos, e pensando que eu fui uma daqueles que tive o privilégio de assistir aos dois debates de todos os candidatos à Câmara, e tanto porque assisti a esses dois debates e assisti àquilo que foi dito e que foi prometido pelo senhor Presidente da Câmara.

O primeiro sentimento é um sentimento de incoerência perante aquilo que foi dito nos debates e em plena campanha. Incoerência porque aquando da campanha e como eu disse, tive o privilégio de assistir aos dois debates, dizia-se que iam acabar as mãos estendidas dos Presidentes de Junta, a pedir verbas ao senhor Presidente. Incoerência porque a mudança propalada é para pior, estou-me a focar nos senhores Presidentes de Junta, incoerência porque a proximidade aos Municípios que foi prometida não pode necessariamente existir sem a proximidade com os Presidentes de Junta, incoerência porque a auscultação dos Municípios, para o pôr a par das suas necessidades, e nem sequer foram ouvidos os senhores Presidentes de Junta para a

elaboração do plano de 2010, como é que podemos auscultar os nossos munícipes se nem sequer ouvimos os seus representantes, aqueles que são mais próximos e que todos os dias ouvem lá os seus conterrâneos a dizer o que é que há para fazer, e todos nós sabemos que os Presidentes de Junta têm por conhecimento de causa por proximidade de execução da obra, gerem muito melhor os nossos dinheiros públicos do que quando se está mais acima. É assim com os Municípios, com as autarquias, é com o Governo central, quando mais distante menos capacidade de gestão e de efectividade nos recursos e nos gastos.

Depois há um outro sentimento que é de ingratidão. Após uma festejada vitória, foi propalada a vitória eleitoral, com todo o seu mérito, o mínimo expectável por parte dos presidentes da Junta, aqueles novos e como sabemos muitos mudaram, o que eles mereciam menos eram cortes no seu orçamento para 2010, porque eles vão querer mostrar agora trabalho e começam logo coxos. E depois um último sentimento de temor e é por causa disso que eu também venho aqui, porque realmente ainda não ouvi os presidentes de Junta a evocar este assunto, o que eu compreendo porque naturalmente eles estão numa situação difícil, eles não podem já confrontar já a autarquia porque vão ter quatro anos pela frente, e vão ter que andar de mão estendida como já se começa a perceber. Estão atemorizados porque naturalmente ficaram traumatizados com essa primeira reunião com o senhor Presidente da Câmara, é preciso não esquecer que muitos mudaram os elencos e em vez de receberem uma palavra de alento desta Câmara receberam um profundo desalento. Depois, ao invés de uma natural expectativa para serem ouvidos, foram confrontados com o facto consumado, menos de 10% de transferências mensais para o ano de 2010, que eu já tive hoje oportunidade de ver, em que algumas Juntas é menos 15%, de transferências, e a não execução de muitas obras que já estavam de certa maneira previstas para o ano de 2010. E porquê eu vir falar nisto? Pela mesma razão que eu referi há bocado, porque há um temor nos senhores Presidentes de Junta, nomeadamente aqueles que são novos, porque começaram logo q andar para trás na primeira reunião com o senhor Presidente da Câmara. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhores deputado, não me levem a mal que faça esta pergunta. Mais alguém pretende inscrever-se para este ponto da ordem de trabalhos? Porque eu gostaria de encerrar as inscrições.

Senhor deputado José Manuel Silva.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, do Partido Socialista.

Telegraficamente e para tentar recentrar o debate, primeira questão:

A posição que o PS aqui defendeu de há longos anos para cá, nas assembleias municipais, não foi apenas como aqui se disse, relativamente aos orçamentos. Foi em relação à orientação política do Município, expressa também nos orçamentos mas não apenas nos orçamentos. E portanto, dizer que nós (eu não vou usar sequer aqui o vocabulário que alguns dos senhores deputados utilizaram para qualificar as nossas intervenções), as posições que aqui manifestámos, é preciso que fique muito claro que foram posições relativas à orientação política do Município e não apenas exclusivamente em relação aos orçamentos. Os orçamentos são instrumentos técnicos e o que está aqui em causa é que, subjacentes aos orçamentos estão políticas municipais e foi fundamentalmente em relação a essa matéria que nós sempre, nas discussões dos orçamentos e fora das discussões dos orçamentos, interviemos.

Segunda questão. Nada do que vossas excelências aqui digam, quando me refiro aqui é fundamentalmente aos senhores deputados do PSD, apaga a derrota humilhante que o senhor Presidente da Câmara e o PS infligiram ao PSD. E esta é que é a questão que aqui está em debate, vossas excelências acirram-se agora relativamente àquilo que foram as nossas posições em relação ao orçamento, porque perderam as eleições e vão ter que permanecer quatro anos na oposição, sempre a dizerem eventualmente as mesmas coisas, mas agora custa-lhes e nós compreendemos a vossa posição. Já passámos por isso, mas agora inverteram-se os papéis. Vossas excelências, o que aqui têm dito, nem sequer se apercebem que cada vez que vêm aqui intervir contra o orçamento que aqui está a ser apresentado ou contra as intervenções do Partido Socialista, estão a intervir contra vocês próprios, contra os senhores, contra a vossa política. O PS está há sessenta dias na Câmara de Leiria, vossas excelências governaram a Câmara na última encarnação, digamos assim, durante doze anos. Como é possível, honestamente, querer que o PS

apresente aqui um orçamento completamente diferente, se o PS está na Câmara há sessenta dias e herdou os efeitos da política que vossas excelências desenvolveram ao longo dos últimos doze anos?

Eu compreendo e todos nós compreendemos, e o Presidente da Câmara e o executivo são os primeiros a concordar, que este orçamento devia ser diferente. Agora a questão que se coloca é, do ponto de vista político, que margem de manobra tinha este executivo para fazer um orçamento completamente diferente daquele que os senhores apresentaram, resultante da política que ao longo dos últimos doze anos (para não dizer dos últimos trinta anos) mantiveram na Câmara Municipal de Leiria? Por outro lado, é preciso que se perceba uma coisa.

Quando vocês aqui apelam a que o PS se candidatou e ganhou, as eleições, com base num programa de mudança, a mudança não é para fazer em sessenta dias. O executivo será julgado não apenas por vossas excelências, que naturalmente têm todo o direito de o fazer, e quando eu digo o que estou aqui a afirmar, não significa menos respeito nem pelas vossas intervenções nem pelos vossos princípios que respeito naturalmente mas combato politicamente, como reconhecerão que é meu direito. Como eu dizia, relativamente ao juízo que vai ser feito deste executivo não são vossas excelências aqui que vão julgar isso, não são vossas excelências que julgar a mudança, quem vai julgar isso são os eleitores daqui a quatro anos. E sinceramente, já todos compreendemos qual é a vossa atitude nesta Assembleia, os senhores vêm para aqui ao ataque para disfarçar as vossas fraquezas porque acabaram de ser derrotados nas urnas. Paciência! É a vida, como diria o outro.

Finalmente uma nota.

Foi aqui glosado, quase até à saciedade, a questão do inventado. Eu devo dizer o seguinte:

Se vossas excelências quisessem ler o que cá está escrito, percebiam que o que cá está escrito não é aquilo que vossas excelências têm estado aqui a dizer. E eu, permito-me gastar vinte segundos, para vos ler o que cá está e se for necessário, há sempre aqui algum linguista que poderá dar uma ajuda a interpretar ainda melhor. O que cá está escrito, passo a citar: " *Desta evidência, e considerando os compromissos assumidos e a obrigatoriedade legal de apresentação dos presentes documentos, a solução técnica passa por "inventar"* (vossas excelências conhecerão tão bem como eu o que significa uma palavra estar entre aspas) *receitas que*

garantam...", o que significa estar entre aspas significa sentido figurado, significa que é uma palavra que cá está procurando um sentido polissémico que não é exactamente o que cá está. Eu gostava que os senhores tratassem esta Assembleia com o respeito que ela nos merece. Eu não vim para aqui brincar convosco, agradeço que mantenham a mesma atitude, porque é com seriedade que nós aqui estamos a fazer política, continuando a citar "*o princípio orçamental do equilíbrio entre receitas e despesas*". E agora sublinhado meu "*o que não passa de um artifício*" e agora ouçam com atenção "*que foi sempre usado pelos anteriores responsáveis da autarquia*". O que o Presidente da Câmara está a dizer muito claramente é a imputar ao executivo anterior que aqui está representado pela sua máxima responsável, e por outros responsáveis, a técnica de inventar receitas para compensar o orçamento e a solução técnica do orçamento. Por isso é que vossas excelências nem sequer se apercebem que ao estarem aqui a criticar as posições do PS estão a criticar as posições do anterior executivo, e as vossas próprias que sempre deram aqui apoio aos orçamentos nos doze anos que passaram. Sinceramente senhores deputados, não me surpreende nada, devo dizer com toda a franqueza, a posição do PSD aqui. Aliás, não é nada que nós não esperássemos, nem sequer nos conseguem surpreender, agora o que é facto é que o PS ganhou, as eleições, infligiu-vos uma derrota humilhante, temos quatro anos para mostrar a diferença, e certamente nos próximos anos os orçamentos que aqui forem apresentados serão diferentes do actual, e esperemos até que sejam orçamentos participativos, que haja a possibilidade de serem incluídos nos orçamentos rubricas que resultem de uma discussão ampla com a população, e que possam traduzir uma maior verdade do que aquela que neste momento está neste orçamento, como alguns senhores vereadores assumiram na própria Câmara e como aqui já foi assumido pelo senhor Presidente da Câmara, que este orçamento só pode ser um orçamento de continuidade naquilo que é tecnicamente uma imposição que não se pode resolver por passos de mágica. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado dá-me licença que trate as coisas formalmente? O senhor deputado Manuel Antunes pede a palavra no direito de resposta, nunca lhe foi pedido que dissesse porque é, portanto o senhor deputado pede a palavra para o direito de resposta fará o favor de a usar, tem o tempo que o Regimento concede.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Eu certamente não terei a eloquência do senhor deputado José Manuel Silva, porque a nossa formação académica é diferente, e portanto, a ele compete falar como fala. Simplesmente, isso não lhe permite, não pode permitir, que faça aquilo que fez agora aqui. É pela segunda sessão consecutiva, que o senhor qual pavão emproado, porque ganhou por três mil e quinhentos votos, põe em dúvida, a honestidade intelectual de toda uma bancada do PSD. E isso, não lho permitiremos senhor deputado.

Eu devo dizer que aproveitei esta altura do Natal, que me permitiu nos meus afazeres profissionais alguns momentos mais livres, para ler, o que não tinha feito antes, toda e cada uma das actas dos últimos quatro anos. É um exercício que vale a pena fazer senhor deputado, leia e veja quais foram as suas intervenções, o tema das suas intervenções, a maneira como interveio nesta Assembleia, ao qual devo dizer, o Presidente da Assembleia nunca obsteu nem nunca limitou o tempo. Mas vale a pena, é um exercício que talvez consiga introduzir alguma modéstia para as suas actuações nas próximas assembleias municipais.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor deputado está a pedir a palavra para usar do direito de resposta? Faça favor.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Eu compreendo o que o senhor deputado Manuel Antunes esteja mal e se sinta mal neste momento com as intervenções que eu aqui faço. Mas as intervenções que eu aqui faço, são intervenções de natureza política, não belisco a honestidade pessoal de ninguém, mas não me coíbo de fazer aquilo que sempre fiz que é chamar as coisas pelos nomes naquilo que em políticas deve ser um debate vivo, naturalmente fraterno, porque nós lá fora continuamos a ser amigos uns dos outros, mas o senhor fará o favor de deixar para o juízo de cada um as minhas qualidades ou defeitos relativamente à forma como eu aqui me expressei, porque eu também não lhe chamei o que o senhor há pouco me chamou e podia ter chamado. Eu acho que é preciso usar com cuidado os adjectivos que se utilizou aqui para qualificar as pessoas. Eu posso não gostar das actuações que os senhores deputados do PSD ou qualquer outro deputado de outra bancada faça, mas isso não me dá o direito de lhes

chamar o que me apetece. Eu tenho o direito de fazer intervenções políticas e naturalmente ninguém compreenderia, que estando nós numa posição diferente relativamente àquilo que era a nossa posição durante os anos anteriores, que nós não tenhamos intervenções que são mais ou menos musculadas, em função da vossa posição, o que é óbvio. Os senhores e as senhoras que fazem parte das outras bancadas acusam o PS de uma forma mais dura ou menos vigorosa consoante o que está em causa, as temáticas, as intervenções que nós fazemos.

O que me parece importante, não é que se tente, porque é o que vossa excelência está a tentar, limitar a minha liberdade de expressão nesta Assembleia, é limitar a minha capacidade de expressão nesta Assembleia e eu peço ao senhor Presidente da Mesa que tome isto em consideração. O que o senhor deputado Manuel Antunes tentou fazer agora é limitar a forma como eu me expressei, mas senhor deputado Manuel Antunes, eu sou mais ou menos da mesma idade que o senhor e nunca, desde os tempos da minha juventude, me calei quando entendo que devo dizer o que eu julgo que está nos limites da minha competência e da minha capacidade de expressão, e não é o senhor que me vai impedir de o fazer. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Tem a palavra a senhora deputada Ana Paula Silva.

DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)

Ana Paula Silva, Independente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhora deputada, peço-lhe desculpa mas deve dizer o nome do partido pelo qual foi eleita, não há deputados independentes nesta Assembleia Municipal.

DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)

Ana Paula Silva, Independente, eleita nas listas do PSD. Está correcto? Obrigada.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia e respectiva Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimos senhores Presidentes de Junta, excelentíssimos senhores jornalistas, excelentíssimo público.

Este orçamento é, a meu ver, absolutamente anti-social, por três motivos. É anti-social porque não apresenta no âmbito da Acção Social, medidas excepcionas de

intervenção social face à crise excepcional que a sociedade portuguesa atravessa nomeadamente a leiriense. Também não apresenta medidas económicas excepcionais de promoção de investimento no Concelho com o conseqüente aumento do emprego. Logo, do ponto de vista de preocupação social, este orçamento é estéril.

Segundo motivo, é anti-social porque aumenta a competência das Juntas de Freguesia na sua acção, mas corta-lhes as receitas em cerca de 10%. Logo, este orçamento não foi elaborado com a preocupação de ajudar e acarinhar aqueles, os Presidentes de Junta, que estão mais perto da população e por isso eu o entendo como anti-social.

Terceiro motivo, é anti-social porque é uma falácia, tal como o senhor Presidente da Câmara o considerou, e é uma inverdade perante esta Assembleia Municipal mas é-o sobretudo perante os leirienses que sufragaram um programa eleitoral que se impôs com o slogan "Mudança".

Perante este slogan, perante esta ficção, eu acho, penso, e votarei contra este orçamento porque o considero anti-social. Leva-me a dizer que ganharam estas eleições num pressuposto de uma falácia, por tudo isto, e sendo a primeira vez que faço parte da Assembleia Municipal de Leiria, não tendo vícios nem manhas de executivos anteriores, votarei contra este orçamento pela coerência de ser preferível uma verdade nua e crua, do que começar uma nova era no Concelho de Leiria tendo como sustentáculo um documento fictício, logo, estéril.

A credibilidade da gestão autárquica começa exactamente por se falar verdade, e não copiar e cometer os erros que se apontam até quase à exaustão, ao anterior executivo. Do ponto de vista político, se assim tivessem tido essa vontade, apresentariam mais tarde este orçamento, até porque a lei o permite, esse sim, poderia ser o orçamento do executivo do Partido Socialista e não uma cópia. E permita-me, senhor deputado José Manuel Silva, pobrezinha daqueles que foram apresentados pelo executivo anterior.

Fico senhor Presidente, a aguardar pelo próximo orçamento, como senhor Presidente, fiquei a aguardar o plano excepcional de Acção Social que me foi dito que seria apresentado ou pelo menos eu assim o entendi, aquando da minha última intervenção nesta última Assembleia Municipal. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado Carlos Poço!

DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)

Carlos Poço, PSD.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, excelentíssimo público, senhores jornalistas.

Derrota humilhante, foi a classificação dada pelo senhor deputado José Manuel Silva, quando o PSD teve cinco vereadores e o PS teve cinco vereadores. Que classificação daríamos nas anteriores eleições, quando o resultado não tinha nada a ver com cinco/cinco? Qual era o adjectivo que o senhor deputado utilizou quando foi derrotado humilhanamente com cinco/três, ou quatro/dois, ou outros números? Há classificações que realmente não existem. O senhor deputado também se esquece, que nos últimos doze anos que referiu, que o PSD estava no poder na autarquia de Leiria, o senhor deputado também participou, também aprovou, despesas que a Câmara assumiu. Portanto, não vamos aqui lavar as mãos, vocês foram derrotados humilhanamente porque nós nos outros tempos não tínhamos derrotas desse tamanho.

Onde esteve o Partido Socialista nestes últimos doze anos? O Partido Socialista não conhecia as políticas da Câmara Municipal de Leiria? O Partido Socialista não conhecia os orçamentos que foram apresentados à Assembleia Municipal? O Partido Socialista não conhecia as opções que a Câmara Municipal tomou ao longo dos últimos doze anos? Qual seria a política de verdade? Seria chegar hoje aqui o senhor Presidente da Câmara, legitimamente eleito e que o saúdo pela vitória que teve, mas não infligiu nenhuma derrota humilhante ao PSD, e dizia assim "A nossa política é diferente da do PSD e o PSD traz-nos agora despesas que nós vamos ter que pagar nesta, naquela e naquela obra que nós não teríamos feito, se fossemos nós executivo". Mas se formos ver essas obras, seguramente que foram também com a aprovação dos vereadores do Partido Socialista no executivo, seguramente que foram. Gostaria de conhecer quais são as verdadeiras políticas do Partido Socialista, ao enunciar aqui as obras que não mereciam ter sido feitas em Leiria. E hoje, quando viessem aqui apresentar o orçamento de verdade, mas que orçamento de verdade se é baseado numa frase que todos conhecemos "temos que inventar". Mas se vamos

inventar inventamos verdades senhor deputado, não é possível inventar e fazer um orçamento de verdade.

Um orçamento de verdade seria chegar aqui, com este orçamento, e dizer “vamos desistir destas obras que poderíamos fazer no âmbito do QREN, mas não temos receitas para as fazer, portanto vamos cortá-las do orçamento, porque é esta a opção de verdade”. Isso é que é política de verdade, não é chegar aqui e dizer que têm que aprovar estas obras porque o QREN está a acabar, o QREN que foi obra deste Governo socialista, que o apresentou tarde e a más horas, todos sabemos as dificuldades que temos no orçamento para executar, e o senhor Presidente da Câmara também devia explicar, porque nós sabemos que as verbas que têm que estar alocadas têm a ver com um programa plurianual, mas têm que estar na sua totalidade previstas no orçamento e isto foi explicado ano após ano, todas as vezes que o orçamento do PSD aqui foi apresentado. Esta é a verdade.

As receitas foram previstas para cobrir as despesas previstas que não seriam executadas nesse ano, foi assumido que as obras não seriam executadas nesse ano, teriam uma execução plurianual. Todos nós constatámos no orçamento do ano anterior que as obras têm uma execução relativamente pequena, porque estão adaptadas às receitas. Este era o orçamento do PSD, assumimos este como o orçamento do PSD, não vamos aqui criar a expectativa de que afinal de contas temos que fazer estas obras, não temos receitas, a nossa solução é inventar.

Os executivos do PSD sempre explicaram com clareza as suas opções, o PS apresenta um orçamento baseado nas ideias do PSD mas não consegue dar uma explicação de verdade.

O orçamento é o documento político mais importante, que define a política do executivo para o ano seguinte. É esse documento que nós queríamos conhecer, quais são os sinais do executivo para aquilo que vamos ter no próximo ano, sinais que temos, invenção, porque não foram feitas as opções. Mas temos um sinal claro que saiu daqui, que não resolveu o problema do orçamento, mas foi dado, vamos cortar 10% nas verbas destinadas à autarquia. E este sinal tem que ser interpretado por todos, não resolve, mas dá o sinal claro, autarquias não sabem gerir as verbas, por isso no futuro, quando nós tivermos mais capacidade, cortamos ainda mais. Esta é a nossa interpretação sobre o sinal que está a ser dado pelo executivo através deste

documento. Política de verdade é falar verdade, e este orçamento não fala verdade. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho, sendo uma segunda intervenção peço-lhe que seja breve. E volto a chamar a atenção das senhoras e senhores deputados, de facto nós excedemos larguissimamente o tempo, se quiserem eu direi outra vez o tempo que os vários grupos utilizaram, é um tempo bastante largo para discutir qualquer ponto da ordem de trabalhos. Vou manter a delicadeza que utilizei há pouco, de facto excedemos largamente os tempos. Aliás devo dizer-lhe que esta minha opinião não se aplica ao grupo que representa senhor deputado.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Muito obrigado, senhor Presidente.

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Polissémico, palavra que tem várias acepções, vários significados. E há uma coisa que eu lhe vou dizer, embora não fosse esta a razão que aqui me trazia. Tenho a certeza absoluta que a todo e qualquer um de nós que aqui estamos nesta sala, inventar quer dizer rigorosamente o mesmo com aspas ou sem aspas. Todos, perante a palavra "inventar", temos rigorosamente a mesma interpretação, não há aqui qualquer tipo de polissemia, zero polissemia.

Mas como não era este o assunto que aqui me traz, são duas questões:

A primeira, uma questão para a senhora deputada Odete João, que sendo também deputada da nação, presumo que tenha aprovado o programa que referiu, Pagar a tempo e Horas. Eu na minha ignorância provinciana, desconheço o que é que levou o Governo da nação a apresentar este projecto-lei. Uma coisa tenho a certeza absoluta, não foi para concelhos como Ponte de Lima, de certeza absoluta. Presumo que o programa Pagar a Tempo e Horas, recuperando a intervenção do senhor deputado José Alves, que disse que a generalidade dos Municípios portugueses, estão altamente endividados. Creio que de tal forma endividados, que perante essa circunstância, o Governo da nação, do Partido a que a senhora pertence, fez aprovar um projecto-lei, para que as câmaras municipais pudessem fazer face ao seu cumprimento do endividamento. Ora, sendo muito bem, de tal forma bem, que esta

Assembleia votou favoravelmente esse diploma e também queria fazer aqui um inciso na conversa, é que eu não venho aqui porque estivesse de acordo e ficou bem claro, e que fique bem claro, que não estou de acordo, nunca estivemos de acordo, apesar de ter sido referido, mal, que era o orçamento da maioria PSD/CDS, nunca foi, e tão claras foram as votações do PSD e do CDS, quem é quem votou uma coisa e outra, e portanto, extraído este inciso, eu gostava que ficasse claro e que a senhora me pudesse explicar, na minha ignorância de provinciano, se foi algum erro ou é daí que advém os problemas que esta Câmara foi enfrentar, este executivo, porque há uma coisa que eu quero dizer, aquilo que eu não desculpo neste processo é que, como aqui já foi dito, na pretérita Assembleia, o Partido Socialista estava há trinta e cinco anos a preparar-se para ser Governo nesta Câmara. O Raul de Castro, pessoa por quem tenho um grande apreço, há doze anos que fazia parte da vereação camarária, ele pode invocar tudo, menos desconhecimento do que se passava na Câmara, tudo, menos desconhecer o que se passava na Câmara. E é por isso que eu lanço um repto ao senhor Presidente de Câmara, e o desafio que o CDS lhe deixa é tão claramente o seguinte:

Ok, esta foi uma má interpretação da lei, que afinal não é um imperativo legal mas interpretaram assim. Mas eu lanço um desafio, para Junho, que nos apresente aqui um orçamento rectificativo que seja o balizamento do programa político efectivo do Partido Socialista. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Leonel Costa.

DEPUTADO LEONEL COSTA (PSD)

Boa noite!

Boas festas a todos. Leonel Costa, PSD, Independente.

Eu normalmente quando faço intervenções, de alguma forma, têm sempre um aspecto crítico. De facto o orçamento é importante, mas nós continuamos a debater assuntos e a não construir nada. É sempre a mesma coisa. Normalmente, e a maioria das pessoas que aqui estão, alguns provavelmente são empresários, outros são médicos, outros são advogados, e nós temos que trabalhar. Amanhã são oito da manhã num instante. Sugeriria que este tipo de assembleias e este tipo de atitudes

tivessem um pouco mais de sensibilidade por parte de todos os deputados, e por parte também do senhor Presidente da Assembleia, para ser mais célere na actuação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

A senhora deputada Odete João para direito de resposta e depois haverá uma última intervenção. Peço à senhora deputada que seja breve.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Serei breve senhor Presidente.

O programa Pagar a Tempo e Horas permitia às autarquias contrair um empréstimo e consequentemente pagar serviços e pagar a fornecedores evitando situações como aquela que ocorreu na Câmara Municipal de Leiria.

Nesta autarquia as dívidas a terceiros eram pagas num prazo médio de cento e trinta dias em 2004, em 2006 já ia em cento e noventa e dois dias, e em 2007 já ultrapassava duzentos e oitenta dias. Isto significava que, para estes pequenos fornecedores, os serviços que eram prestados à Câmara, estavam a paralisar a economia local.

Portanto, a necessidade de dinamizar o tecido económico não deixando fornecedores reféns das dívidas das autarquias conduziu à aprovação do programa Pagar a Tempo e Horas.

Não estava nas previsões do Governo nem daqueles que aprovaram este programa, que, autarquias de uma forma por vezes exagerada fossem buscar, como a autarquia de Leiria, quase vinte milhões de euros. Esta dívida a juntar à dívida existente trouxe aos leirienses um problema gravíssimo a acrescer ao que eram dívidas e despesas desta autarquia.

Este é de facto o problema, a utilização pouco criteriosa deste programa por algumas autarquias, como a de Leiria. No entanto, permitiu animar a economia não prejudicando os pequenos fornecedores e todos aqueles que prestavam serviços às autarquias e assim viram os seus serviços pagos mais rapidamente.

Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

A última intervenção é do senhor deputado Carlos Conceição e sendo uma segunda intervenção, peço-lhe que seja breve.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Vou ser muito breve para não abusar da generosidade do senhor Presidente da Mesa e da sua paciência.

Se o Estado central pagasse a tempo e horas às autarquias não havia necessidade deste programa nas autarquias, sejamos claros. Eu queria recentrar o tema naquilo que nos interessa e o que nos interessa é o orçamento, acho que é por isso que estamos cá.

Disse o senhor deputado, que eu carinhosamente cumprimento, o senhor deputado José Manuel Silva, que anteriormente não se votava apenas o orçamento, votava-se o orçamento e um conjunto de opções do plano. Estamos de acordo, sendo que o orçamento, e os empresários sabem isto muito bem e todos nós sabemos, cumpre uma estratégia, eu primeiro desenvolvo uma estratégia e depois crio o orçamento, obviamente que nos Municípios é um bocadinho diferente, nós sabemos como é que é. E eu peço desculpa, eu não quero branquear o passado porque eu cheguei aqui agora, e como não sou político, e acrescento eu graças a Deus, há aqui duas ou três notas que são muito importantes...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados, nós precisamos de chegar ao fim deste debate e levá-lo até ao fim com dignidade. Faça favor de continuar senhor deputado.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Nós no PSD gostamos da alternativa democrática, mesmo quando não estamos no poder. Nós no PSD estamos aqui a dar o exemplo, eles estão aqui atrás, não fugiram para lado nenhum. Nós, no PSD, assumimos o que fazemos, o mau está assumido, e o bom ainda não ouvimos falar. Nós, no PSD, temos uma cultura de responsabilidade democrática, sermos acusados de derrotas humilhantes e não foram nada humilhantes, porque isto faz-se na democracia, a não ser que democracia seja o PS dizer, discordar e votar contra os orçamentos, ditadura é agora vir defendendo com os mesmos argumentos a favor, aquilo que anteriormente usava para votar contra, ou democracia é sermos nós a mandar e ditadura é os outros? Mas que, permitam-me a expressão, democracia é esta a vossa? Se esta é a vossa democracia, do

Partido Socialista, então eu não quero esta, valha-me deus, parece que somos sobrinhos do “Ti António Salazar”, e não há aqui sobrinhos. Deixem-me ser claro, eu não sou político posso dizer estas coisas politicamente incorrectas, sejamos claros e transparentes, ninguém do PSD fugiu para lado nenhum, estão aqui, e estão disponíveis, até estiveram disponíveis para participar neste plano e ninguém lhes perguntou nada. Mas que pena!

Bom, margem política, a Câmara, este elenco que eu conheço e respeito e do qual tenho imensas expectativas e queria deixar isto lavrado em acta, conheço, respeito e tenho imensas expectativas, mas precisam de se libertar das desculpas fáceis. Primeira desculpa fácil a culpa é do PSD. Hoje o Eng.º Sócrates continua a queixar-se do PSD, já está no poder há não sei quantos anos e continua a queixar-se do PSD, vossas excelências vão fazer o mesmo? Margem política? Se não têm margem política agora, quando estão há dois meses no poder, vão ter quando? Quando estiverem desgastados, ao fim de quatro anos? Pergunto eu, que não percebo nada disto e que não sou político. Agora é que era desculpai-me! Agora é que era com objectividade e dizer com toda a clareza “meus senhores o PSD fez estas asneiras, está aqui a correcção, vamos estar desequilibrados um ano ou dois? Vamos! Vamos assumi-lo, vamos não fazer obra porque não temos dinheiro vamos assumi-lo, mas vamos falar verdade e vamos ser exactos nos números...”, e não há números exactos, não há auditorias, ninguém sabe. O senhor Presidente pode saber, nós não sabemos, por isso é que era fundamental uma auditoria, porque não há contas que resistam, porque o papel aceita tudo. Eu posso ter o orçamento que quero, empolo a receita, tira custos, façam o que quiser, o papel é amigo, ele nem refila, ponham cá uma tonelada ou duas, a ver se ele refila, eu gostava de ser papel, ao menos aguentava com tudo, e este orçamento também. Mas está errado! E agora era o tempo certo para o corrigir, sejamos claros, não vale a pena estarmos com lérias.

Eu recorde, Educação 17% no plano, muito bem, Desporto 14%, Rede Viária e Sinalização 12,5% (estou a falar das opções do plano e das percentagens do orçamento alocadas, para os mais distraídos), Operações de Dívida autárquica muito bem, 10%, Acção Social 1,4% do orçamento. Senhor Presidente, eu sei que os recursos não abundam e são sempre escassos, mas eu gostava muito, e já comparei, gostava muito, senhor Presidente, que fosse possível, assumo que não seja, num ano de crise em que as famílias precisam de apoio, de ver este valor reforçado,

porque uma das coisas que a Câmara Municipal anterior fazia e muito bem, era esta obra social. Eu sei do que vos falo e para os mais distraídos posso explicar.

Termino, recordando uma frase que escutei com muita atenção, eu escuto frases e fixo-as, e termino com uma frase que me marcou particularmente. Eu não votei no Dr. Castro, está bem de ver, mas eu recordo uma frase que ele disse no lançamento da candidatura dele, no jantar na Quinta do Paúl, e ele disse assim “Eu sei como se faz, já fiz, sei fazer...”. Senhor Presidente, por favor faça! Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Para encerrar o debate, o senhor Presidente da Câmara tem direito a responder às várias questões suscitadas. Faça favor senhor Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Queria começar por lembrar aqui dois ou três parâmetros, e um deles estranhar a postura de algumas pessoas, tinham obrigação de perceber ligeiramente mais do que aquilo que apresentaram aqui, ou que aparentaram, nomeadamente no que respeita à auditoria.

Faz hoje dois meses que tomámos posse, é preciso que esteja no orçamento prevista a verba, que não estava, para suportar essa auditoria. Fizemos já as consultas, está a correr o processo, para ter efeitos só a partir de 2010. Portanto, não nos peçam para estar a violar intencionalmente a lei. São as regras, não havia nada a fazer.

Queria começar por dizer, esta é uma resposta em particular ao senhor deputado e amigo, deputado Manuel Antunes, para dizer que a auditoria tem que aguardar, para o primeiro trimestre estará concluída.

Queria depois dizer à senhora deputada Susana Rodrigues, e aliás digo em geral, era mais fácil dizermos, em vez de estar lá o “inventar”, vamos vender o Topo Norte, como já aconteceu, ou o Estádio, ou o rio, ou o Castelo, qualquer coisa do género, ficava tudo pacífico. Tivemos a coragem de dizer aqui, com toda a verdade, que tivemos que inventar e digo-vos porque é que tivemos de inventar.

O valor dos compromissos assumidos e não pagos que transitam de 2009 são cerca de vinte e cinco milhões de euros. Não é o que está facturado, é aquilo que já foi facturado e que não foi pago. O valor da despesa com obras que podem ser susceptíveis de ter financiamento comunitário, são quinze milhões e meio de euros, o

montante das candidaturas ultrapassa para já, os quarenta e um milhões de euros, nós afectámos cerca de 30%, ainda ao ano de 2010, como passível de se fazer obra. Os encargos com a banca são nove milhões trezentos e oitenta e cinco mil euros; transferências para as Freguesias são oito milhões novecentos e trinta e cinco mil euros; para a Leirisport, contando com o milhão e oitocentos mil euros que está aqui como compromissos ainda a pagar de 2009, são seis milhões novecentos e trinta e sete mil euros. Bom, digam lá aonde é que se vai cortar, o que é que se vai aqui eliminar, talvez haja alguém que tenha uma solução, com estes montantes...

Eu tive o cuidado de explicar aos senhores Presidentes de Junta, numa reunião que tive com todos eles, e tive o cuidado de dizer que estava a reunir pela primeira vez com todos e não só com aqueles que foram eleitos pela minha lista, se não estão habituados a que se fale verdade, têm que aceitar que daqui para a frente é com verdade. Era melhor dizermos que vendemos isto ou aquilo? Não, dissemos claramente que tivemos que inventar face aos compromissos havidos.

Quero aqui recordar que, em 31 de Dezembro de 1997, a dívida da autarquia rondava à moeda actual, cerca de quinze milhões de euros. Isto é, banca, Fornecedores, e outros credores. Hoje temos, à banca noventa e um milhões e meio, temos Fornecedores e a outros devedores e credores onze milhões e meio.

Façam favor de dizer, alguém que sugira, o que é que se vai cortar para repor o orçamento. Eu tive o cuidado de dizer que esta é uma questão de técnica. Se temos um compromisso superior àquilo que é a receita, como é que se faz? O compromisso está assumido. Nós estamos aqui a falar de obras, se estiverem com atenção é tudo o que vem de trás, todas as intenções que vêm de trás, pouca coisa aqui temos de novo. Dizer que devíamos ter ouvido os Presidentes de Junta. Então mas se não temos já verba para aquilo que é necessário, para quê ouvi-los? Esta é que é a razão.

Eu quero aqui citar, para dar resposta ao deputado Carlos Conceição, eu já fiz, já passei por essas agruras, estive dois anos com a corda no pescoço, cheio de dívidas, e depois passámos a pagar a quarenta e cinco dias. E posso aqui dar-lhe conta, de uma situação, que é aquela que também é preocupante.

Nós temos dívidas a trinta dias, a sessenta, a noventa, a cento e vinte, a cento e oitenta, a duzentos e setenta, a trezentos e sessenta, a um ano e meio, e até superior a um ano e meio. Está aqui o documento da Câmara, de 24 de Novembro.

Portanto, vamos ser realistas para perceber qual é a verdadeira situação das coisas, e se alguém tiver alguma solução para o orçamento, porque também vocês não sabem como é que ele vai evoluir durante o ano de 2010. Pode inclusivamente haver receitas extraordinárias, quem sabe se, em conversas que estão preparadas para Janeiro, não iremos ter aí algum investidor que queira comprar o Estádio, quem sabe se, um protocolo que foi aceite e discutido no outro mandato, e que há aqui uma tentativa de associarmo-nos a outros Municípios, com as Águas de Portugal, com a SIMLIS, para gerirem as redes em baixa, temos aí também património, temos cinquenta milhões de património, não podemos estar a associarmo-nos sem ter algum retorno desse património. Em que condições? Também não sabemos, estamos na fase das conversas.

Portanto, é bom que se diga que estamos aqui há dois meses, não estamos aqui há dois anos, esta é a realidade com que temos de lidar, esta é que é a verdade, os números são estes. Se há aqui gente que quer cortar digam aonde é que querem cortar, vejam os valores que aqui estão, não têm problema nenhum. Alguém mais gostaria de fazer as coisas que constam do seu programa? Alguém mais gostaria de fazer com que as Juntas andassem mais para a frente? Alguém mais gostaria que as Juntas se transformassem também em centros autárquicos, com o Balcão Único também a funcionar, para um melhor atendimento das pessoas, alguém mais gostaria de fazer obra do que nós? Desiludam-se, desiludam-se! E eu disse outro dia aos Presidente de Junta, ou nós temos aqui a consciência da actual situação e da conjuntura em si, e de que estamos no último quadro comunitário, e nos vamos unir, para tentar juntos arranjar soluções, nós não somos autistas, tragam soluções não tragam problemas. E portanto, o conjunto de situações que foram aqui focadas, penso que ficam explicadas por aquilo que se passou.

Eu ouvi aqui algumas intervenções que realmente me desiludem, tenho que o dizer. Face aos números, que milagres temos aqui? Dêem soluções! Não façam só crítica! Cortamos em quê? Aonde? As obras que têm garantia de fundos comunitários, só serão feitas se tivermos autorização da tutela para, se assim a Câmara e o executivo todo decidir, fazermos um novo empréstimo, sem tentarem que depois nos venham impor um plano de reestruturação financeira. Esta é que é a verdade, porque podemos deixar cair as obras todas, quase todas, algumas estão em curso. E eu

pergunto, querem cortar? Cortamos, venham lá dizer quais é que cortamos, para ver se estamos todos de acordo.

Nós tentámos apostar em pólos industriais, várias vezes falámos nisso no outro executivo, nem sequer podemos ir à banca contrair empréstimo para adquirir terrenos para fazer pólos industriais, porque a capacidade de endividamento da Câmara está esgotada e ultrapassada. Só há capacidade, se formos autorizados, para as obras que são financiadas, porque se quisermos ir comprar terrenos não temos o dinheiro para isso. Esta é que é a realidade. E aquilo que também nós sabemos todos, é que durante os últimos dois/três anos, basta contar as empresas que saíram do Concelho de Leiria, e agora estamos a tentar acelerar o processo de Monte Redondo e já estamos com receio do resultado daquilo. Demorou-se demasiado tempo, as contas foram feitas para um determinado período, já se passaram oito anos com todas as dificuldades que tem havido, e hoje, o preço que está a ser equacionado, não sei se vai ter sucesso, mas isso vamos ter o ano todo para trabalhar. E seguramente há uma coisa que têm que assumir, é que estamos cá para tentar fazer o melhor, não no sentido do que é que a Câmara pode fazer por vocês ou o que é que vocês podem fazer pela Câmara, mas o que é que nós podemos fazer juntos. Não vale a pena iludirmo-nos, o que é que podemos fazer juntos, tenho muita pena, isto tem que ser assim. Se a maioria tiver interessada em contribuir para o desenvolvimento do Concelho, temos todas portas abertas, não vamos é iludir-nos, porque está aqui a palavra invenção? O que é que fizemos senão inventar? O que é que foi feito nos outros anos? Vende-se o Topo Norte, vende-se não sei o quê, o que é que temos mais para vender? É só por isso? É por essa razão que isto está tudo em causa? Este é que é o drama que nós temos neste momento, e eu tive o cuidado de dizer a solução técnica para apresentar um orçamento, dizer agora que poderíamos apresentá-lo até Março ou Abril? Claro que a lei o permite, mas se a situação é esta para quê? Nós temos é que ir à procura de outras soluções ver se temos espaço de manobra para isso, para todos em conjunto podermos fazer mais pelo Concelho, isso é que é a aposta.

Em relação à intervenção da senhora deputada Susana Rodrigues, que tem a ver com as questões do pessoal e com os investimentos estruturantes...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, a intervenção do senhor Presidente da Câmara é a última intervenção no debate deste assunto. Se é um pedido de esclarecimento limitar-se-á à pergunta. Não vamos reacender o debate.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Basta ir ao plano que é o que lá está, o que é que foi sujeito ao QREN, está lá tudo, se as fazemos ou não dependerá de muita coisa. Umas porque têm limitação temporal, outras porque não temos dinheiro para assumir a nossa parte e portanto há aqui outro tipo de problemas. De qualquer maneira está lá, não quer dizer que o façamos, porque também vamos fazer à medida do sapato, não queremos calçar um sapato no qual não caibamos nem vice-versa.

Dizer também que, o quadro que foi aprovado o ano passado e que é o mesmo que apresentamos hoje, o tal de unidades que prevê o quadro da Câmara, não mexemos em nada, vamos mexer mais para a frente, de uma forma ponderada arranjar outro tipo de soluções, tem novecentos e quarenta e uma unidades, estão ao serviço setecentos e noventa e sete, portanto, temos aqui uma diferença de cerca de cento e quarenta e quatro unidades que obviamente, a maioria não vai ser ocupada.

Terminei senhor Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente da Câmara.

Oh senhor deputado, eu estive a reflectir melhor e não é habitual eu recuar, mas se eu abrir um período para que o senhor deputado peça um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, eu tenho que consentir que qualquer deputado presente nesta sala peça esclarecimentos ao senhor Presidente da Câmara sobre a intervenção dele. A intervenção do senhor Presidente da Câmara é regimentalmente a última intervenção, é assim que está escrito no Regimento. Perdoar-me-ão os senhores deputados que diga, antes de colocar este ponto à votação, o seguinte:

Mão me levarão a mal que o diga assim, sensatamente e com delicadeza. Eu não fui eleito Presidente desta Assembleia só para dar a palavra à medida que as pessoas se inscrevem. Fui eleito para cumprir uma série de competências regimentais entre as quais interpretar o Regimento, entre as quais disciplinar as reuniões, e por aí adiante (leiam com atenção o Regimento), e portanto, isso exige da minha parte o exercício

de alguns poderes, por vezes nem sempre agradáveis. O senhor deputado perdoar-me-á, eu estava a transigir numa coisa que reflectindo bem não devo transigir, o senhor Presidente da Câmara usou da palavra regimentalmente para encerrar a discussão deste ponto da Ordem de Trabalhos, e terminado este ponto da Ordem de Trabalhos, votaremos. Enquanto eu for Presidente desta Assembleia, utilizarei aquele que é o meu critério, e portanto, a leitura que faço dos poderes do Presidente da Assembleia, outra pessoa fará uma leitura diferente dos poderes do Presidente da Assembleia, seguramente, submeto-me ao vosso veredicto naturalmente.

O processo de debate do orçamento, lido a essa luz, nunca mais estaria concluído, daqui a oito dias continuaríamos a pedir esclarecimentos.

Senhoras e senhores deputados vamos votar o ponto n.º 2 da ordem de trabalhos – Proposta de Orçamento para 2010 e Opções do Plano do Município de Leiria para 2010/2013.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/01 delibera por maioria com trinta e dois votos a favor, quinze votos contra e onze abstenções, aprovar as Opções do Plano para 2010/2013 e a Proposta de Orçamento para 2010, do Município de Leiria.

Tal como tínhamos combinado, vamos fazer uma pausa de dez minutos, para retomar o espírito natalício.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Vamos ocupando os lugares por favor, senhoras deputados e senhores deputados municipais, senhoras vereadoras e senhores vereadores, temos uma longa ordem de trabalhos pela frente.

Peço a vossa atenção por favor. Eu presumo que já temos quórum para reiniciar a sessão, creio que não temos esse problema.

O ponto terceiro da ordem de trabalhos é a proposta de orçamento para 2010 e opções do plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria para 2010/2013.

3 PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2010 E OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA PARA 2010/2013 – Apreciação, discussão e votação;

Pergunto ao senhor Presidente da Câmara se pretende usar da palavra sobre este ponto?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Só para dar conta que este orçamento é perfeita continuidade, 100%. Não alterámos nada daquilo que estava previsto.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente da Câmara.

Alguém pretende inscrever-se? Para organizar o tempo eu pediria que quem pretender inscrever-se que manifeste agora essa intenção, é preferível assim.

Só tenho uma inscrição, a do senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente, uma vez que diz que é um orçamento de continuidade, o orçamento dos SMAS, eu quero também fazer uma intervenção de continuidade.

É possível ser verificado na proposta de orçamento, que há zonas, nomeadamente da cidade de Leiria, que vão ter uma requalificação, penso que é a quinta ou a sexta fase. Eu não podia deixar de referir ao senhor Presidente, a quantidade significativa de zonas que continuam sem ter saneamento, e acho que, como já intervimos em algumas vezes aqui na Assembleia, eu tenho alguma dificuldade em aceitar em democracia que haja gente que esteja a ter um benefício pela segunda e terceira vez com tantos cidadãos que não tiveram pela primeira. É uma questão que eu acho que é extremamente importante e que lhe peço a sua melhor atenção. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor Presidente da Câmara pretende responder? Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Só para dar a explicação que este tipo de intervenção tem a ver com os anos que aquele tipo de condutas têm, são do Centro Histórico, e são muito mais antigas do que em outros pontos, podem ocasionar rupturas, perda de água, e portanto também têm uma parte de investimento na sua recuperação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Não havendo mais nenhuma intervenção, eu vou colocar à votação proposta de orçamento para 2010 e opções do plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria para 2010/2013.

Quem vota contra?

Quem se abstém

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/01 delibera por unanimidade aprovar as Opções do Plano para 2009/2012 e a proposta de Orçamento para 2009 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria.

<p>4. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE CARREIRA, REGUEIRA DE PONTES, MARRAZES E CARANGUEJEIRA. ALTERAÇÃO DOS OBJECTOS - Apreciação, discussão e votação;</p>
--

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara pretende esclarecer?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Este tipo de propostas de alteração dos objectos dos protocolos que foram em devido tempo assinados, tem a ver com alterações das ruas que inicialmente seriam umas e depois as Juntas de Freguesia, considerando o mesmo valor que tinha sido

protocolado, optaram por beneficiar outras ruas. E portanto, é a proposta à Assembleia Municipal para autorizar este tipo de alterações que não traz mais encargos de natureza financeira, mantém-se os valores.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Desejam pedir algum esclarecimento?

Senhor deputado Carlos Guerra!

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, Partido comunista português.

São cinco alterações de objectos de protocolo que vêm aqui a esta sessão. Em todas as sessões há várias situações destas, e como estamos numa situação, embora não seja ainda da responsabilidade deste executivo, em que se fala tanto da mudança e do rigor, acho que as Juntas de Freguesia devem ter mais rigor na escolha das ruas para que não haja sistematicamente esta alteração. As alterações têm que ser casos excepcionais, todas as sessões há alterações destas, e algumas passa mais de um ano, temos aqui duas, de Abril de 2008. Era só esta chamada de atenção, para que a Câmara também pressionasse um pouco as Juntas para haver mais rigor nestas situações.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado. Não vendo intenção de mais ninguém de intervir, vou colocar à votação.

Os senhores deputados consideram que podemos votar conjuntamente as cinco propostas? Não vejo nenhuma objecção a esse respeito e portanto votaremos em conjunto as alterações propostas aos objectos de delegação de competências com as Freguesias de Carreira, Regueira de Pontes, Marrazes e Caranguejeira.

Quem vota contra?

Quem se abstém

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar as alterações dos objectos de protocolo de delegação de competências com as Freguesias de Carreira, Regueira de Pontes, Marrazes e Caranguejeira.

<p>5. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA - Apreciação, discussão e votação;</p>
--

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara!

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

É um protocolo com a validade de Novembro de 2009 a Novembro de 2010, que tem por objecto pequenas reparações e arranjos diversos em jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico. Tem em anexo o montante disponível para cada Freguesia, como há pouco se referiu na discussão do orçamento, houve uma um aumento dos duzentos mil euros para trezentos e três mil, portanto é este protocolo-modelo, é um modelo que depois será analisado pelas Juntas de Freguesia que o queiram subscrever, com aquele objectivo.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Tem a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal.

DEPUTADO ARLINDO BRITES (Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal)

Arlindo Pereira, Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal.

Muito boa noite senhor Presidente, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas, minhas senhoras e meus senhores.

Em primeiro lugar, eu gostava que o senhor Presidente me desse um esclarecimento. Se este protocolo tem a ver só com as escolas, ou tem a ver com o fundo municipal de delegação de competências?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Só com as escolas.

DEPUTADO ARLINDO BRITES (Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal)

Então peço desculpa, eu pretendo intervir no ponto a seguir.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, Partido Comunista Português.

Eu só tenho uma questão que gostaria de colocar à Câmara. Relativamente ao ponto n.º 2 do artigo 4º, propunha que fosse retirado porque acho que não está de acordo com a lei "...A Junta de Freguesia pode adquirir materiais aos armazéns municipais para cumprimento do presente protocolo...". Os armazéns municipais não podem vender, e era isso que eu acho que não está correcto e devia ser retirado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor Presidente quer responder?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Juridicamente penso que não há problemas. De qualquer das maneiras podemos tentar clarificar isto, mas penso que não haverá qualquer problema nesta matéria, porque aqui a entidade adquirente pode ser uma Junta ou pode ser um particular, isto está previsto em orçamento, pode haver receitas de bens, pode haver a cedência também.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor Presidente da Junta do Arrabal.

DEPUTADO ARLINDO BRITES (Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal)

Arlindo Pereira, Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal.

Eu peço desculpa mais uma vez, mas eu continuo equivocado, porque não está agendado mais ponto nenhum para discussão das delegações de competências às Juntas. Este é o único ponto. Portanto, ou este ponto abrange as escolas e o fundo municipal de delegação de competências e apoio técnico, ou então o fundo municipal de delegação de competências e apoio técnico não pode ser votado aqui.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor Presidente da Câmara pode esclarecer.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Tem os dois.

DEPUTADO ARLINDO BRITES (Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal)

Então afinal eu é que estava certo. Muito obrigado pelo esclarecimento.

Relativamente ao fundo municipal de delegação de competências e apoio técnico, foi-nos anunciado pelo senhor Presidente da Câmara e aliás já foi afirmado aqui pelo senhor Presidente da Câmara, de que o corte seria 10%. Efectivamente o valor proposto, para a Freguesia do Arrabal, tem um corte de 15,4%, a anterior verba eram setenta mil novecentos e setenta e sete euros, anuais, e a verba proposta são sessenta mil e trinta e seis euros.

Portanto, eu punha a questão ao senhor Presidente, se de facto são os 10% ou se são os 15,4%?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

O corte é mesmo 10%, deve haver aí algum lapso, porque é o valor que foi determinado o ano passado, os critérios são os mesmos, e fez-se o corte igual para todos em 10%.

DEPUTADO ARLINDO BRITES (Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal)

Ok! Obrigado pelo esclarecimento.

Relativamente ao fundo municipal de delegação de competências e apoio técnico, tem entrada em vigor no dia 1 de Janeiro. O senhor Presidente na reunião que teve com os Presidentes de Junta, disse que ainda ia fazer um pequeno esforço para ver se contemplava os meses de Novembro e Dezembro. Sabendo nós que os meses de Novembro e Dezembro são dois mas resumem-se a três porque há que pagar também o subsídio de Natal, e nós não podemos dispensar os trabalhadores dois meses, temos que lhes pagar na mesma, a minha questão é a seguinte:

Se está previsto nalgum outro ponto a verba para esses dois meses.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

O protocolo anterior era de mandato e acabou em Outubro, administrativamente só era possível pagar até ao mês de Outubro. Nós para aliviarmos essa situação, até porque o custo dos meses ia para trezentos e cinquenta mil euros e nós não tínhamos para o pagar e estava assumido, alterámos o protocolo para ser por anos civis. E portanto, aquilo que vai acontecer em próximo mandato é, independentemente do ciclo eleitoral, é por anos civis e ficamos com as contas

claras. Neste momento não é possível recuperar Novembro e Dezembro porque o protocolo anterior era de mandato e acabou em Outubro.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia. Eu pedia que as questões fossem todas colocadas agora e o senhor Presidente responde no final, caso contrário, entramos aqui num diálogo que não faz qualquer sentido do ponto de vista de organização da sessão.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Azoia)

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Eu sempre fui um defensor de uma iniciativa ou pelo menos deu um grande avanço à iniciativa de, nos mandatos anteriores, haver delegação de competência com as Juntas de Freguesia. Continuarei e na sequência até do apelo que o senhor Presidente fez há pouco, antes de comermos o bolo, e portanto podia-se dizer que em casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão, se calhar eu agora mudaria o discurso e passaria então a ter uma atitude colaborativa e não só de crítica. E até me atreveria a dizer que li algures, que uma casa senhorial no século XIX adoptou a máxima "*quaes con que fin dite*", o que significa "para nós, não existem obstáculos". E portanto, era isso que eu queria, que esta Câmara e as Juntas de Freguesia de facto, não tivessem obstáculos. E penso também que os Presidentes de Junta irão colaborar activamente, como o fazem, como o sabem fazer, com a Câmara Municipal. Eu da minha parte prontificar-me-ei para isso.

Espero, que a Câmara também tenha a mesma atitude com as Juntas de Freguesia e confio plenamente nisso e acredito que isso irá acontecer.

Também em relação a esta colaboração que deve haver, se me permitem, nas aldeias, no mundo rural, eu ouvi algumas expressões a pessoas do povo que nem sequer a 4ª classe tinham, e um dia numa quinta a plantar vinha, isto há muitos anos, os trabalhadores cavavam a vinha e quando encontravam a proprietária pediam-lhe para que ela intercedesse junto do marido, para que levasse mais uma pinguita para os homens aguentarem melhor a cavar. E o marido dizia-lhe que isso ia acarretar uma despesa. Então ela voltava-se para o marido e dizia "oh homem, não olhes só para o vinho que eles bebem, olha também para a terra que eles cavam". Portanto era também isso que eu queria chamar a atenção da Câmara, que olhasse

para a terra que as Juntas e os Presidente de Junta cavam e muitas vezes não deixam que essa terra venha sujar as botas dos executivos das câmaras municipais porque servem de escudo a muita poeira e não só, a muita solicitação, a muitos protestos que recebem contra o Município e que as Juntas acabam por segurar lá nas Freguesias.

Relativamente aos protocolos de delegação de competências das escolas, por exemplo, na Freguesia de Azoia desde Outubro para cá nós não temos combustível, gasóleo, mas temos lenha, nós compramos a lenha logo no início, para que as senhoras professoras não estivessem a fazer queixa ao Município, julgo que as escolas estão satisfeitas quer com a qualidade da Lenha quer com a quantidade, e os meninos assim estão mais quentes nas aulas. Eu gostaria de saber se podemos mandar as facturas dessa lenha adquirida há um mês ao abrigo deste protocolo que agora vamos celebrar, ou se isso será inviabilizado.

Um outro aspecto que eu gostava de referir tem a ver com um protocolo realizado com a Junta de Freguesia de Azoia, no mandato anterior, cujo valor ainda não recebi, apesar de as obras estarem feitas, e está por receber também uma comparticipação que a Câmara deliberou atribuir às despesas efectuadas pelas Freguesias no âmbito do programa AGRIS. E estes dois montantes são inferiores ao montante que está aqui para a Freguesia de Azoia, na rubrica "despesa de capital". Eu queria saber se isso era algum equívoco ou se algum desses montantes não estará aqui contemplado. Na folha dois e três, está aqui um valor de oitenta e três mil quatrocentos e oitenta e cinco euros, e o valor do protocolo para arruamentos era de quarenta e cinco mil. Como nós fizemos o limite máximo para o programa Agris, que era de quarenta mil, isto dá oitenta e cinco mil e aqui só está oitenta e três mil quatrocentos e oitenta e cinco euros, por isso não sei se estão ou não contemplados aqueles valores. Gostaria que alguém depois me respondesse a esta questão, não precisa de ser hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Manuel Antunes.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente, senhores deputados, eu não quero ser muito reivindicativo, quero até utilizar um tom conciliatório nesta matéria. Mas eu não sei se os senhores deputados, talvez o copinho de vinho do Porto nos tenha aligeirado um pouco, notaram o que o senhor Presidente da Câmara acabou de dizer, em relação à questão dos protocolos que eram por mandato e agora passam a ser de ano civil.

Eu reconheço as dificuldades financeiras, já as discutimos anteriormente, que o senhor Presidente tenha e reconheço-lhe toda a legitimidade para poder realinhar o calendário dos protocolos se assim o entender, até provavelmente acho bem que eles passem a ser por ano civil porque assim não há mais dificuldades, raramente as eleições ou tomadas de posse são no dia 31 de Dezembro ou dia 01 de Janeiro. Mas o senhor Presidente tem, certamente, que encontrar uma solução, não pode pura e simplesmente dizer que havia uma responsabilidade até ao dia 31 de Outubro, e que não tem responsabilidade nenhuma a partir dessa data. Portanto, independentemente de assinar com as Juntas de Freguesia um protocolo diferente, com um calendário diferente, deve, tem a obrigação, deixe alguns canos rebentarem se for necessário, de fazer com que estes Presidentes de Junta de Freguesia tenham ao menos verbas suficientes para pagar os salários de Novembro e de Dezembro e o subsídio de Natal aos seus funcionários. Isso é o mínimo que se impõe, talvez o senhor Presidente da Câmara não se tenha expressado bem, mas eu espero que a Assembleia tenha a noção que isto é absolutamente um "*sine qua non*". Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Amílcar Gaspar, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

DEPUTADO AMÍLCAR GASPAR (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

Amílcar Gaspar, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

Boa noite a todos. Vou ser breve.

Relativamente ao protocolo de delegação de competências na área da Educação, a nível de justificação do próprio protocolo penso que não está em causa, e isso é claro, a forma como ele foi feito.

Relativamente à forma como ele é pago, digamos assim, parece que o anterior executivo fazia de uma forma mais correcta, isto a nível da gestão das próprias Juntas de Freguesia, para gerirem esse fundo e para não andarmos, desculpem-me a expressão, tipo orçamento militar em que tem que se cabimentar dentro daquele prazo e tem que se gastar determinado valor dentro daquele período par ficar exactamente cabimentado. Portanto, penso que seria uma forma mais prática de nós gerirmos o fundo se realmente ele fosse transferido mensalmente e não em função do montante das facturas que fossem apresentadas, se bem que isso tenha que ser feito à mesma.

Relativamente aos outros protocolos, gostava de salientar o seguinte:

Se repararem no relatório financeiro, na página oito, no ano que já correu, já houve uma quebra de 10% dessa receita dos protocolos, já tinha, relativamente a 2008, havida uma quebra de 10%. Agora sofremos mais uma quebra de 10% e com mais dois meses vamos ficar sem receber, estamos a falar em 17%. Isto totalizado em dois anos, eu faço as contas para dois anos, cada um faz as contas conforme lhe dá mais jeito, perdemos 37% de receitas. Penso que é pesado demais para as Juntas de Freguesia e todos nós, Presidentes de Junta, sabemos que realmente as dificuldades já são imensas, penso que talvez devesse ter havido outra sensibilidade nesse campo, e a cortar, cortar por outros campos que não necessariamente este.

O fundo realmente já é muito pouco para podermos gerir e fazer alguma coisa, e assim ficamos, cada vez mais, de mãos atadas e é essa a questão que eu gostava de salientar. Obrigado.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, Partido Socialista.

Duas notas breves.

Uma para sublinhar e juntar a nossa voz à do deputado Manuel Antunes relativamente à questão que aqui foi colocada, o senhor Presidente da Câmara que nos desculpe, mas vai ter que arranjar uma solução para o problema que aqui foi levantado dos protocolos, porque evidentemente que este é um problema que tem que ser resolvido com alguma inventiva, tomo aqui a utilização do termo que hoje tanto tem sido aqui glosado, mas nesta matéria aplica-se, aliás, houve um amigo que me mostrou há pouco uma definição em que aparece exactamente invenção, inventar é criar coisas novas, portanto neste caso também é bom que se crie uma

coisa nova, e que não se deixem as Juntas (desculpem-me a expressão) penduradas. Como isto é um assunto que afecta toda a gente, é da mais elementar justiça que o senhor Presidente da Câmara e o seu executivo, no seu conjunto, encontrem uma solução para este problema.

A segunda nota, é uma nota de natureza técnica, que não tem que ver com o protocolo mas tem que ver com um assunto que me parece que é importante que aqui e coloque. Não é para o debatermos aqui hoje nem para ser resolvido, mas tem a ver com esta questão dos protocolos e eu julgo que é um problema que tem que ser encarado numa perspectiva nova.

Como saberão, ou alguns saberão, de há uns anos para cá, a organização do sistema escolar sofreu profundas modificações. E portanto, hoje em dia todas as escolas do 1º ciclo pertencem a agrupamentos, têm uma direcção, correspondem nalguns casos a territórios educativos que nem sequer são coincidentes apenas com uma Freguesia, por exemplo, e do meu ponto de vista, isto é uma posição pessoal, não é sequer uma posição política, é uma questão técnica, deixava aqui a sugestão. Aliás, já outro dia o fiz numa reunião de natureza partidária, que no futuro se equacione a possibilidade de a gestão do parque escolar do 1º ciclo ficar a cargo das direcções dos agrupamentos, e não necessariamente nas Juntas de Freguesia. Acho que há aqui um upgrade que se tem que fazer nesta matéria, não faz hoje nenhum sentido, do meu ponto de vista e tecnicamente, que as Juntas de Freguesia se tenham que ocupar das escolas do 1º ciclo enquanto outras entidades se ocupam das outras. Não faz nenhum sentido actualmente. As escolas do 1º ciclo pertencem a agrupamentos, tal como as escolas secundárias têm uma gestão própria, as escolas do 1º ciclo têm uma gestão própria, têm uma direcção própria, que aliás agora é eleita segundo uma outra metodologia, e portanto, a meu ver, não faz nenhum sentido que se continue a tratar as escolas do 1º ciclo como se tratavam há cinquenta anos atrás.

Era esta nota que eu deixava, que tem apenas natureza técnica, é uma posição pessoal, nem sequer é uma posição política, e deixava isto aqui como recomendação. Já outro dia a deixei aos nossos vereadores mas queria aqui pô-la de uma forma clara na Assembleia, porque me parece que isto é importante como elemento de reflexão para o futuro. Obviamente que agora não se poderá fazer nada, mas no futuro, poder-se-á fazer, e como já disse, reitero também a minha total disponibilidade, de uma forma mais técnica, se precisarem de algum apoio ou

aprofundar a discussão nesta matéria, naturalmente podem contar comigo. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Não tenho mais nenhum pedido de inscrição.

Relembro que o que temos de votar são os textos que nos foram presentes pela Câmara Municipal “Protocolos de Delegação de Competências em Juntas de Freguesia”, e que neles não acrescentamos nem retemos nada, votamos com a indicação expressa pelo senhor Presidente da Câmara, no caso específico da Freguesia do Arrabal, que a diferença em relação ao ano transacto é de 10%, o senhor Presidente da Câmara assumiu claramente isso, e, tendo em conta este pormenor, é o que temos que votar é isto. O resto poderiam ser recomendações que teriam que ser votadas à parte e não propriamente dentro do ponto da ordem de trabalhos.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com um voto contra e dez abstenções, aprovar os protocolos de delegação de competências em Juntas de Freguesia.

O senhor deputado Carlos Guerra vai fazer uma declaração de voto.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, Partido Comunista Português.

Voto contra, relativamente ao protocolo das escolas, porque como referi há pouco, entendo que o ponto n.º 2 do protocolo não está conforme com a lei. Portanto, é com esse fundamento, votaria a favor o outro protocolo, mas como estão os dois juntos vou votar contra.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, eu admito que possamos aceitar a proposta verbalmente formulada, porque a proposta é muito simples, é a recomendação à Câmara Municipal de que encontre uma solução para os meses de Novembro e Dezembro. Isto é uma recomendação à Câmara Municipal, vale apenas como isso, admito que depois os partidos se entendam, no sentido de escrever a recomendação. Se me

derem o vosso voto de confiança, eu redijo o ofício nesse sentido, é uma recomendação à Câmara Municipal de que encontre uma solução para o problema dos meses de Novembro e Dezembro no quadro dos protocolos de transferências para as Juntas de Freguesia. É esta recomendação que colocarei à votação, muito genericamente, sendo que o vosso voto inclui um voto de confiança em mim para escrever a recomendação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade recomendar à Câmara Municipal de Leiria, de que encontre uma solução para o problema dos meses de Novembro e Dezembro no quadro dos protocolos de transferências para as Juntas de Freguesia.

<p>6. CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE DE CADA GRUPO MUNICIPAL – Apreciação;</p>
--

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Conforme tive oportunidade de informar os dirigentes dos vários grupos políticos, a proposta aprovada em sede de Câmara Municipal e que foi apresentada pelo senhor vereador que tem o pelouro do trânsito, diz que o Conselho Municipal de Trânsito terá um representante de cada grupo político da Assembleia Municipal.

A minha interpretação, assumo, a título pessoal, como Presidente desta Assembleia, é que, se essa Comissão tem um representante de cada grupo político desta Assembleia, eu pedi aos vários grupos políticos que indicassem o seu representante e portanto, entendo eu que a Assembleia não tem que votar esta representação. A assembleia tem que tomar conhecimento de que o CDS/PP indica José Manuel Coelho Francisco, o partido Socialista indica Luís Pedro Biscaia, não tenho nenhuma indicação por parte do PSD até este momento, e, obviamente que o deputado Carlos Guerra será o representante do PCP e o deputado Vitorino Vieira Pereira o representante do Bloco de Esquerda, porque só têm um deputado cada um. Esta é a minha interpretação que a Assembleia, obviamente, validará ou não validará.

Tem a palavra o senhor deputado Manuel Antunes.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente, eu peço que me esclareça. Estamos a tratar do Conselho Municipal de Trânsito?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Exactamente!

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Que eu saiba, à bancada do PSD não foi pedida a nomeação de nenhum representante até este momento. Evidentemente que o senhor Presidente nesse aspecto tem o nosso aval para poder escolher o tipo, neste assunto específico...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Oh senhor deputado, permita-me que o interrompa mas há aí coisas que têm que ficar claras. O expediente que foi utilizado para contactar os grupos políticos foi o mesmo para todos. Eu peço, excepcionalmente, a esta Assembleia que consinta que a senhora D. Teresa Pinto, que é a secretária do gabinete de apoio, ajude a esclarecer este assunto. O email que eu tenho aqui indica que todos os representantes receberam, pergunto à D. Teresa Pinto se teve alguma devolução do email enviado ao PSD e a quem enviou? Não teve devolução e, no caso, enviou ao senhor deputado Manuel Antunes? Muito bem.

Senhor deputado, não estou a pôr em causa que o senhor tenha ou não tenha recebido como não porá em causa que eu envie.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente dá-me licença? Por acaso não estou a gostar do rumo que as coisas estão a seguir. Eu disse, e há-de estar registado na gravação, que eu e por meu conhecimento, a bancada do PSD não recebeu, não duvidei que tivesse sido enviada, não pus isso em causa, só disse que não recebi. Não sei porque não recebi, posso até ter perdido, posso até ter enviado para a lixeira, pode ter sido enviado de muitas maneiras, por spam, enfim, eu não recebi, e o senhor Presidente também não pode duvidar da minha palavra. E portanto temos que corrigir isso, eu não fiz mais nenhum comentário.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado corrige-se facilmente, se o PSD não quiser indicar hoje indicará noutro dia...

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Não, não, estamos preparados para o indicarmos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Então não a vale a pena estarmos com muita confusão...

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Então quem é o deputado que representará o PSD?

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Indicá-lo-emos mais tarde, o senhor Presidente não me dá oportunidade de o apresentar aqui, põe-se com considerações, eu expliquei porque é que não o tinha apresentado, o senhor Presidente não quer que o apresente agora, indicarei noutra altura...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Portanto o PSD não quer indicar hoje...

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Não foi isso senhor Presidente! O senhor Presidente impediu-me de o apresentar hoje...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Não, não o impedi. O senhor deputado se quiser indicar fará o favor de o fazer. Se me fiz entender mal, peço desculpa.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Para informação desta Assembleia a bancada do Partido Social Democrata, fez uma abordagem à senhora deputada Odete João, no sentido de discutir estas várias nomeações e eleições, porque alguns têm que ser eleitos, para os vários Conselhos que constam dos pontos seis a onze da nossa agenda de trabalhos. Portanto, não

estivemos parados, fizemos o nosso trabalho, e lamentamos que o Partido Socialista, e é por isso que esta confusão se está a criar, não tenha estado disponível para distribuir a representação desta Assembleia nos vários órgãos que a seguir vamos eleger, das várias bancadas.

Há aqui pontos em que há um representante por cada bancada, e isso é pacífico, há pontos em que há apenas um representante, um das Freguesias e um da Assembleia. A nós, parecia-nos conveniente que houvesse alguma concertação no sentido de distribuir pelas várias bancadas e não pedimos apenas pela nossa. O Partido Socialista não esteve disponível para que distribuíssem essa representação. Naturalmente que, não negamos o direito que lhes dá a maioria, mas penso que a concertação teria ficado bem aqui. Deste modo, não resta outra alternativa ao PSD, que não seja apresentar listas de candidatos a todas as posições que venham a ser sujeitas a eleição, cuja constituição depende naturalmente do mecanismo de votação que a Mesa vier a adoptar.

E por isso, para o Conselho Municipal de Trânsito, a bancada do PSD nomeia o senhor deputado João Cunha.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados, perdoar-me-ão que diga mas conforme eu tinha depreendido, há aqui um equívoco. Estamos no ponto seis da ordem de trabalhos, o ponto seis reporta-se, exclusivamente, ao Conselho Municipal de Trânsito. O ponto seis não fala em votação nem em eleição em lugar algum, Conselho Municipal de Trânsito, a Assembleia limita-se a tomar conhecimento dos nomes indicados por cada partido. Porquê? Porque foi essa a deliberação da Câmara Municipal. A Câmara Municipal pede um representante de cada grupo político, o que, leva à conclusão, levou à minha conclusão, de que não havia lugar a votação. Pedi a cada grupo político que indicasse o seu representante, e não tenciono, e continuo a não tencionar, a menos que esta Assembleia suscite o problema da votação, não tenciono colocar este assunto à votação. Foi assim que foi decidido na Câmara Municipal, não há lugar a votação, cada partido político indica o seu representante, sendo que o Bloco de Esquerda e o PCP não podem indicar porque só têm um, e portanto ficamos a saber que o Partido Socialista indica o deputado Luís Pedro Biscaia, ficamos a saber que o CDS indicou o deputado José Francisco, e que o PSD indica o deputado João Cunha. E não há votação, obviamente que não retiro qualquer legitimidade ao senhor

deputado Manuel Antunes e ao Partido Social Democrata para fazer a interpretação que faz, mas diz respeito aos pontos a seguir e não a este. Não pode haver lugar a concertação porque a Câmara não consente a votação. Ficou claro?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento que foram indicados como seus representantes no Conselho Municipal de Trânsito os deputados Luís Pedro Biscaia (PS), João Manuel Cunha (PSD), José Manuel Francisco (CDS/PP), Carlos Guerra Coelho (PCP) e Vitorino Vieira Pereira (BE).

7. COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – INDICAÇÃO DE 4 REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA –

Apreciação e votação;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Pergunto se há listas, se não houver listas de consenso, a seguir, eu terei de colocar o problema a votação desta Assembleia.

Senhora deputada Odete João.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Odete João, do Partido Socialista.

Senhor Presidente, senhores deputados, relativamente à indicação de quatro representantes, e o PS na conversação que manteve com o Partido Social Democrata, entendeu que a melhor situação seria manter aquilo que já vinha do anterior mandato, ou seja, um representante de cada força partidária, sendo elas o PS, o PSD, o CDS e o Bloco de Esquerda. Pelo Partido Socialista é indicada a deputada Sílvia Lopes, pelo Bloco de Esquerda o deputado Vitorino Vieira Pereira, pelo CDS o senhor deputado Domingos Carvalho ficou de indicar o seu representante, não sei se já tem, e o PSD já tem o documento para indicar o nome. Portanto, numa atitude democrática é dividido, tal como foi na anterior Assembleia, por as quatro forças partidárias.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Repito que estamos no ponto sete da ordem de trabalhos, há uma proposta no sentido de que seja um representante de cada uma das quatro forças políticas mais

votadas, esta é a proposta. Presumo que metodologicamente seja mais adequado perguntar se esta Assembleia tem alguma proposta alternativa a esta?

Se suscitar teremos que colocar o assunto à votação.

Não há? Então eu vou pôr esta proposta à votação, que é uma proposta de critério não de nomes.

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos carvalho, CDS/Partido Popular.

Só para dar nota que o documento que circulou, eu fiz a indicação da deputada Maria Clara Monteiro, que aditei àquela lista e portanto eu também tenho alguma dúvida que a letra da proposta suscite votação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, nós podemos dispensar a votação, se cada grupo me indicar o seu representante, eu dispenso a votação, há aqui uma questão de fundo.

Senhores deputados vamos entender-nos. Isto tem que ser votado e tem que ser votado por votação secreta, envolve nomes. Na anterior, a Câmara Municipal deliberou que é um representante de cada grupo político, nesta a Câmara Municipal pede quatro representantes, que até podem nem ser da Assembleia Municipal, são quatro pessoas a designar.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Senhor Presidente apenas para que não “inventemos” e nos cinjamos aqui a uma forma correcta de funcionar. É evidente e há pouco colocava-se a questão de saber se este elenco deveria sair da Assembleia Municipal ou não. No passado não saía da Assembleia Municipal e creio que, não vi a letra da lei, o espírito deve ser que os partidos, através da Assembleia, indiquem.

Eu recordo-me que o nome que nós tínhamos indicado no pretérito mandato, Mário Bento, é uma pessoa que não fazia parte da Assembleia Municipal e foi indicado por email, enviei um email com essa indicação. Tenho alguma dificuldade em perceber que nós aqui votemos pessoas, que não façam parte desta Assembleia, porque isso implicaria a aceitação das pessoas a essa candidatura.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Eu acho que assim que o documento me chegar às mãos o problema ficará resolvido. Tenho uma proposta formal, assinada pela senhora deputada Odete João, pelo senhor deputado Manuel Antunes e pelo senhor deputado Domingos Carvalho, e que tem quatro nomes: Sílvia Isabel Francisco Lopes, Laura Esperança, Maria Lara Monteiro e Vitorino Vieira Pereira. São as quatro pessoas propostas como representantes da Assembleia na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Leiria. Tanto quanto me recordo, e eu peço ao senhor deputado Manuel Antunes que me ajude, da última vez isto foi votado, por voto secreto, porque envolve nomes. Portanto, teremos que fazer uma votação secreta. O que vem no ponto a seguir da ordem de trabalhos vai suscitar o mesmo problema, quanto mais tempo gastarmos com discussões, mais tarde demoramos a resolver este problema. Podemos passar à votação desta proposta? Muito bem.

A votação será da seguinte forma: Como esta lista é única, esta lista será considerada a lista A, votar em branco é votar em branco, votar nulo é qualquer outra coisa que não seja A. Certo? Vou pedir à D. Teresa que distribua os boletins para a votação e irei fazer a chamada nominal e ficarão aqui os restantes boletins porque vamos ter que fazer várias votações, quem vier votar leva outro boletim.

(chamada nominal para votação secreta)

A Assembleia Municipal delibera aprovar por maioria de votos obtidos, a lista única composta por: Sílvia Lopes (PS), Laura Esperança (PSD), Maria Clara Monteiro (CDS/PP) e Vitorino Vieira Pereira (BE);

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Por uma questão de tornar isto mais prático, peço licença a esta Assembleia que consinta o seguinte: os dois secretários da Mesa vão começando a contar estes votos e nós vamos a seguir proceder aos pontos seguintes da ordem de trabalhos. Pode ser assim? Muito bem.

8. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS – Apreciação e votação;

A minha pergunta é se há alguma candidatura.

Foram entregues duas propostas na Mesa, uma proposta do PSD subscrita pelo deputado Manuel Antunes, que indica como representante das Freguesias no

Conselho Municipal de Educação, o Presidente da Junta de Freguesia de Azoia, Manuel de Jesus Carvalho. Uma proposta do Partido Socialista subscrita pela deputada Odete João, que indica como representante das Freguesias neste mesmo Conselho a Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes, Maria Isabel Afonso Pereira Santos.

À candidatura entregue pelo PSD chamarei lista A e à candidatura entregue pelo Partido Socialista chamarei lista B.

A senhora deputada pediu a palavra para intervir sobre este assunto? Faça favor.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Para dizer que a escolha recaiu sobre a Presidente de Junta de Freguesia dos Marrazes pelas razões que enuncio: primeiro é uma professora do 1º ciclo, aposentada, conhece bem a realidade do nosso parque escolar, conhece bem as competências da autarquia nesta matéria, foi ainda membro de um agrupamento de escolas durante vários anos. Em suma, por ter provas dadas na sua carreira e por saber muito bem quais as competências e intervenção da Junta de Freguesia e da autarquia nas questões da Educação.

É a presidente de junta de freguesia com melhor perfil para ser a representante no Conselho Municipal de Educação. Por tudo isto o PS não aceitou partilhar com o PSD este lugar, porque entendemos que a professora Isabel Afonso é a quem está melhor posicionada para representar todas as Freguesias no Conselho Municipal de Educação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor deputado Manuel Antunes como proponente indica o senhor deputado João Cunha para fazer a apresentação da candidatura.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Naturalmente se entrar aqui em campeonato de qualidades, porque cada um tem a sua personalidade, mas a candidatura do PSD neste caso concreto é de uma pessoa que já esteve nessa Comissão, tem a experiência, já está traquejado nessa matéria, é um autarca, é um professor também e portanto, naturalmente que irá desempenhar essas funções com todas as qualidades. Naturalmente que houve aqui uma abertura de todas as bancadas para que se indicasse uma pessoa mas dado que

foi adoptada esta metodologia, nós indicámos o Presidente da Junta de Freguesia da Azoia. Muito obrigado.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente, dá-me licença q1ue use da palavra para responder à deputada Odete João?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, eu não vou impedi-lo, mas isto são apresentações de candidaturas. Fará o favor.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Apenas porque isto é importante, esclarecer a Assembleia que, tal como eu disse anteriormente, e talvez não tenham notado, eu não propus à senhora deputada Odete João distribuímos isto entre o PSD e o PS. Foi uma distribuição pelas várias bancadas da Assembleia, que é uma coisa diferente, há pelo menos quatro lugares individuais que podiam ser perfeitamente distribuídos por várias bancadas, e assim satisfaria todos, suponho. Não tivemos nenhum interesse em divisão salomónica.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Vamos passar à votação deste ponto. Repito que quem vota Manuel de Jesus Carvalho, Presidente da Junta de Azoia escreve A, quem vota Maria Isabel Afonso Pereira Santos, Presidente da Junta de Marrazes, escreve B, qualquer outra coisa que não seja A ou B é voto nulo e o voto branco é obviamente um voto branco.

(chamada nominal para votação secreta)

O resultado da votação é o seguinte: a Lista A obteve vinte e três votos e a lista B trinta e um votos.

A Assembleia Municipal delibera, aprovar por maioria de votos obtidos, a lista B, e indicar como representante das Freguesias Maria Isabel Afonso Pereira Santos (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes;

9. COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL – INDICAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA E UM REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE LEIRIA - Apreciação e votação;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Pergunto se há alguma proposta?

Foram apresentadas duas propostas. A primeira a que chamarei lista A, subscrita pela deputada Odete João e que contém os seguintes nomes: Paulo Pedrosa Pedro, como representante da Assembleia Municipal, e o deputado Vítor Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Maceira como representante das Freguesias. Uma outra proposta subscrita pelo deputado Manuel Antunes e a que chamarei B, com os seguintes nomes: o deputado Vítor Lourenço, como representante da Assembleia Municipal, e o deputado Arlindo Brites, Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal como representante das Freguesias do Concelho. Ficou claro? Agora há duas hipóteses, ou a votação é por lista e ganha uma lista e a outra perde, ou a votação é por Método de Hondt, acontece que, na minha interpretação, a interpretação do Presidente da Assembleia, como as duas pessoas não estão em pé de igualdade, porque cada uma representa uma situação, há uma representante da Assembleia Municipal e um representante das Freguesias, entendo que deve ser lista. O que nos levaria a fazer o seguinte: ou votamos separadamente, primeiro um nome e depois o outro, ou votamos a lista. Desculparão mas para mim o silêncio não é consenso. Se ninguém quer intervir faz-se uma votação formal de braço no ar.

Quem discorda da minha interpretação?

Quem se abstém? Duas abstenções.

Portanto a minha interpretação é de que a votação é por lista e vamos votar como tal.

(chamada nominal para votação secreta)

O resultado da votação foi o seguinte: a Lista A obteve trinta e um votos, a lista B vinte e quatro, um voto branco e um voto nulo

A Assembleia Municipal delibera, aprovar por maioria de votos obtidos, a lista A, e indicar como representante da Assembleia Municipal Paulo Pedrosa Pedro (PS), e como representante das Freguesias Vítor Manuel da Silva Santos, Presidente da Junta de Freguesia da Maceira;

10. COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE LEIRIA – Apreciação e votação;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Tenho duas propostas. Uma proposta subscrita pela deputada Odete João, que indica Artur Rogério de Jesus Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeias, e uma proposta subscrita pelo deputado Manuel Antunes que indica Hilário Estrada, Presidente da Junta de Freguesia de Bajouca.

Pergunto aos proponentes se querem usar da palavra?

Ninguém se manifesta nesse sentido, vamos passar à votação.

O candidato Artur Rogério de Jesus Santos, Presidente de Junta de Colmeias, tem a letra A, o candidato Hilário Estrada, Presidente da Junta de Bajouca, a letra B.

(chamada nominal para votação secreta)

O resultado da votação foi o seguinte: a lista A teve trinta votos, a lista B vinte e dois, há dois votos brancos e um voto nulo.

A Assembleia Municipal delibera, aprovar por maioria de votos obtidos, a lista A, e indicar como representante Artur Rogério de Jesus Santos (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Colmeias;

Vamos proceder do mesmo modo para a próxima votação.

<p>11. ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO PINHAL LITORAL – INDICAÇÃO DE 9 REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE LEIRIA – Apreciação e votação;</p>
--

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Tenho uma lista subscrita pelos deputados Odete João, Domingos Carvalho e Manuel Antunes. Os representantes indicados como efectivos são: Carlos Manuel Bernardo Ascenso André (PS), Manuel de Jesus Antunes (PSD), Maria Odete da Conceição João (PS), Vitor Manuel Domingues Lourenço (PSD), José Manuel Carraça da Silva (PS), Maria Paula Nunes Santos Gonçalves Oliveira (PSD), António José de Almeida

Sequeira (PS), Pedro Lopes Pereira Faria (PSD), e Domingos José de Almeida Carvalho (CDS/PP).

Os representantes indicados como suplentes são: Ana Elisa da Silva Costa Santos (PS), Carlos Alberto Garcia Poço (PSD), José da Silva Alves (PS), Maria Clarisse Carvalho Martins Louro (PSD), e José Manuel Coelho de Jesus Francisco (CDS/PP).

Obviamente, parte-se do mesmo princípio, julgo que não são necessárias mais explicações a não ser que queiram usar da palavra os proponentes. Esta lista tem a letra A, qualquer outra coisa é nulo e branco é branco.

Chamo a atenção dos senhores deputados que a seguir a esta votação ainda temos mais um ponto da ordem de trabalhos, sendo que os outros dois últimos foram retirados, a pedido do da Câmara Municipal, tal como informei no início da sessão.

(chamada nominal para votação secreta)

O resultado da votação foi o seguinte: a lista A e única teve cinquenta votos a favor e há quatro votos brancos.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria de votos obtidos, aprovar a lista A e única, com a seguinte composição:

Efectivos:

Carlos Manuel Bernardo Ascenso André (PS), Manuel de Jesus Antunes (PSD), Maria Odete da Conceição João (PS), Vitor Manuel Domingues Lourenço (PSD), José Manuel Carraça da Silva (PS), Maria Paula Nunes Santos Gonçalves Oliveira (PSD), António José de Almeida Sequeira (PS), Pedro Lopes Pereira Faria (PSD), e Domingos José de Almeida Carvalho (CDS/PP).

Suplentes:

Ana Elisa da Silva Costa Santos (PS), Carlos Alberto Garcia Poço (PSD), José da Silva Alves (PS), Maria Clarisse Carvalho Martins Louro (PSD), e José Manuel Coelho de Jesus Francisco (CDS/PP).

<p>12. REGULAMENTO MUNICIPAL DO MOINHO DO PAPEL - Apreciação, discussão e votação;</p>

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara pretende usar da palavra?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Eu dispensava na medida em que este regulamento esteve já em consulta pública e foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhoras e senhores deputados municipais, alguém pretende usar da palavra na discussão deste ponto?

Senhor deputado Carlos Guerra, faça favor.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Isto esteve em discussão pública e eu já devia ter tido a obrigação de ver alguns erros que estão aqui neste regulamento. Fala-se em espólio quando se devia falar em acervo, e isso é focado em vários artigos, e depois, há aqui alterações que eu pretendia fazer, só que, face ao adiantado da hora é um bocado complicado, não sei se isto não poderia vir de novo em Fevereiro.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor deputado propõe que a discussão e votação deste ponto sejam adiadas para a próxima sessão em Fevereiro?

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Sim, se não houver inconveniente, eu até faço chegar à Câmara a proposta das alterações e correcções que entendo que deverão ser introduzidas.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, entendamos, a Assembleia é soberana. O senhor Presidente da Câmara tem alguma objecção?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Nenhuma!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Antes de prosseguirmos a discussão deste ponto há uma proposta apresentada pelo senhor deputado Carlos Guerra no sentido de o ponto doze "Regulamento Municipal do Moinho de Papel", transitar para a sessão ordinária de Fevereiro. Alguém pretende pronunciar-se sobre esta proposta?

Se ninguém quer pronunciar-se eu vou colocar esta proposta à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal delibera, por unanimidade, aprovar a proposta e retirar da ordem de trabalhos o ponto doze “ Regulamento Municipal do Moinho de Papel”.

Senhoras e senhores deputados permitam-me só uma palavra final, cabe-me dar por encerrada a sessão, apenas uma palavra muito rápida.

Eu agradeço a vossa capacidade de resistência ao longo de toda esta sessão, agradeço também a compreensão para com o papel que o Presidente da Assembleia Municipal tem que exercer neste caso, e agradeço o esforço feito no sentido de cumprirmos a ordem de trabalhos. Cumprimos a ordem de trabalhos e adíamos um ponto.

Senhores deputados, desejo a todas e a todos um excelente ano de 2010. Muito obrigado.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 03.15 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse para a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Técnica, transcrevi e subscrevo. -----

APROVAÇÃO DA ACTA

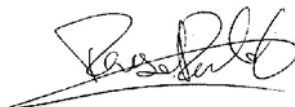
De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 26 de Fevereiro de 2010, delibera, por maioria, três abstenções, aprovar acta.-----

O Presidente da Assembleia



Carlos Manuel B. Ascenso André

A Assistente Técnica



Teresa Paula Pinto